



FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

CONSTRUIR A MORADA

Proposta de uma Residência para Cidadãos Idosos na Colina de Santana

Bernardo Maria Melo Egídio Nadais

(Licenciado)

Dissertação/Projecto para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura

Orientador Científico: Professor Doutor Ricardo Silva Pinto

Júri:

Presidente: Doutor Luís Afonso

Vogais: Doutor António Leite

Doutor Ricardo Silva Pinto

Lisboa, FAUTL, Março, 2013



Título da Dissertação: Construir a Morada: Proposta de uma Residência para Cidadãos Idosos na Colina de Santana

Nome do Aluno: Bernardo Maria Melo Egídio Nadais

Orientador: Professor Doutor Ricardo Silva Pinto

Mestrado: Mestrado Integrado em Arquitectura

Data: Março 2013

RESUMO

Partindo do reconhecimento do papel duplo da arquitectura habitacional, encarregue de assegurar a privacidade dos seus habitantes, ao mesmo tempo que encoraja as relações sociais e a noção de comunidade, esta dissertação propõe-se à compreensão destes dois momentos indispensáveis do Habitar humano, não como opostos, mas sim complementares e indissociáveis. Analisa-se assim o conceito de Morada, como elemento fundamental, não só desse Habitar, mas também do domínio privado, salientando-se as suas características de privacidade – apoiada no controlo da relação com o “mundo exterior” – alteridade e correspondência. É explorado o papel desempenhado pela Morada, o modo como se materializa numa realidade construída – associado à noção de lugar, sua natureza e características físicas, e ao processo de apropriação do qual resulta – e a complexa relação que mantém com o espaço colectivo, assente na relatividade e disseminação das características da Morada, e nas situações intermédias ou ambíguas daí resultantes. Investiga-se ainda o papel específico dos conceitos explorados no caso particular do cidadão idoso, tendo em conta as suas limitações e a importância acrescida que atribui à memória. As conclusões retiradas são então confrontadas com o caso específico do projecto de uma Residência para Cidadãos Idosos - integrado na requalificação da Cerca do Hospital de Santo António dos Capuchos - desenvolvido em paralelo.

Palavras-chave: Morada; privacidade; recolhimento; lugar; memória; idoso.



Dissertation Title: Building the Dwelling: Proposal for an Elderly Citizen's Residence in Colina de Santana

Student's Name: Bernardo Maria Melo Egídio Nadais

Orientation: Professor Doutor Ricardo Silva Pinto

Masters: Integrated Master's Degree in Architecture

Date: March 2013

ABSTRACT

Based on the recognition of the dual role played by residential architecture, charged with assuring the privacy of its inhabitants while encouraging social contact and a feeling of community, this dissertation attempts an understanding of these two fundamental moments of human dwelling, not as opposites, but as complementary and inseparable. The concept of Dwelling is thus analyzed as an essential element, not only of the act of dwelling, but also of the private domain, with particular regard to its properties of privacy – built upon a control of the relationship with the outside – alterity and correspondence. Both the role played by the Dwelling, the way it is materialized into a built reality – associated with the notion of place, its nature and physical attributes, as well as the process of appropriation from which it is created – and the complex relationship it maintains with collective space, based on the relativity and dissemination of the properties of the Dwelling, as well as the resulting intermediate or ambiguous situations, are explored. The specific role of these concepts in regard to the elderly is also investigated, taking into account their limitations and the increased relevance they place upon memory. The conclusions achieved are then confronted with the specific case of the proposal of an Elderly Citizen's Residence – integrated in the Requalification of the Enclosure of the Santo António dos Capuchos Hospital – developed simultaneously with this study.

Keywords: Dwelling; privacy; recollection; place; memory; elderly.

ÍNDICE

Resumo	i
Abstract	iii
Índice	v
Índice de imagens	vii
Introdução	01
1. O conceito de Morada	05
1.1. A Morada como espaço privado	07
1.2. Privacidade - o controlo na relação com o mundo exterior	08
1.3. O recolhimento	10
1.4. Alteridade e correspondência	11
1.5. Correspondência e polivalência na Morada	13
1.6. Morada e subjectividade	15
2. Morada e lugar	17
2.1. A Morada e o Habitar	19
2.2. De espaço a lugar	20
2.3. O limite e a criação de um interior	22
2.4. Orientação e identificação.....	25
2.5. A Morada e o lugar.....	28
2.6. A escolha como mecanismo de controlo	29
3. Morada e espaço colectivo	33
3.1. Densidade e aglomeração	35
3.2. Privacidade – o controlo na relação com o outro	36

3.3. A envolvente como condicionante do comportamento.....	38
3.4. Tipos de contacto	40
3.5. A segurança da Morada	43
3.6. Espaços intermédios	44
4. Proposta de uma Residência Assistida.....	47
4.1. Localização e enquadramento	49
4.1.1 A Colina de Santana	49
4.1.2 O Hospital de Santo António dos Capuchos	51
4.1.3 A proposta de requalificação	53
4.2. A Morada e o idoso	58
4.3. Programa	60
4.4. Organização e espaços comuns.....	61
4.5. Tipologias habitacionais	68
4.6. Linguagem e construção	73
Considerações Finais	77
Referências Bibliográficas	81
Anexos	
A.1. Tabela de áreas	
A.2. Peças desenhadas	
A.3. Processo de trabalho	
A.4. Legislação consultada	

ÍNDICE DE IMAGENS

Fig.1 – Faculdade de Arquitectura da UTL, Lisboa. Fotografia do autor, 2010.....	05
Fig.2 – Praça do Comércio, Lisboa. Fotografia do autor, 2012.....	06
Fig.3 – Jardim 25 de Abril, Lisboa. Fotografia do autor, 2012.....	17
Fig.4 – Parque de Montjuïc, Barcelona. Fotografia do autor, 2011.....	18
Fig.5 – Praça do Comércio, Lisboa. Fotografia do autor, 2011.....	33
Fig.6 – Praça do Comércio, Lisboa. Fotografia do autor, 2012.....	34
Fig.7 – Situação actual do antigo claustro do Convento de Santo António dos Capuchos, Lisboa. Fotografia do autor, 2012.	47
Fig.8 – Limite Oeste da Cerca do Hospital de Santo António dos Capuchos, Lisboa. Fotografia do autor, 2012.	48
Fig.9 – Os hospitais da Colina de Santana.	50
Fig.10 – Relação entre o Hospital e a cidade. Fotografias do autor, 2012.....	52
Fig.11 – Situação actual do edificado do Hospital. Fotografias do autor, 2012.....	54
Fig.12 – Planta da proposta de requalificação do Hospital.....	56
Fig.13 – Programa da Residência Assistida para Cidadãos Idosos.	62
Fig.14 – Planta do piso superior da Residência.	66
Fig.15 – Tipologias habitacionais.....	70

INTRODUÇÃO

“O ordenamento do espaço nos edifícios é na realidade acerca do ordenamento de relações entre pessoas. Por assim ser, a sociedade entra na própria natureza e forma dos edifícios.”

Julienne Hanson e Bill Hillier, *The Social Logic of Space*¹

O impacto da arquitectura no desenvolvimento das diferentes relações sociais, seja como sua expressão ou como potencial instrumento da sua resolução, é um tema abrangente e amplamente analisado, estendendo-se a sua exploração tanto temporalmente como do ponto de vista da variedade de metodologias, objectivos e disciplinas científicas convocadas no seu decurso.

Colocado, no entanto, o desafio de desenvolvimento de um edifício - ou conjunto - de habitação multifamiliar, a pertinência deste tema mantém-se actual, particularmente tendo em conta a crescente escala e complexidade desta tipologia, bem como a constante evolução e mutação das relações sociais a que pretende responder.

Enfrentando a problemática mais específica de um edifício destinado à habitação colectiva de cidadãos idosos, como é o caso do projecto que motiva esta investigação, esta questão ganha um impacto particular. Por um lado, a tendência para a inactividade e o progressivo afastamento do mercado de trabalho, bem como de outras rotinas diárias, sentidos por este grupo etário, colocam uma maior ênfase na criação e manutenção de laços sociais, ao mesmo tempo que a segregação e isolamento ameaçam a sua destruição. Por outro lado, a sua privacidade, condição essencial à habitação de qualquer indivíduo, bem como à manutenção da sua dignidade, tende a ser constantemente condicionada e perturbada, devido tanto às condições físicas e mentais do próprio indivíduo, como às tentativas exteriores - frequentemente bem-intencionadas - de lhe assegurar companhia, apoio e segurança.

¹ Tradução do autor; “The ordering of space in buildings is really about the ordering of relations between people. Because this is so, society enters into the very nature and form of buildings.” HANSON, Julienne, HILLIER, Bill (1984). *The Social Logic of Space*, 4ª ed. Cambridge, Cambridge University Press, 1997. P.1-2.

A identificação destas duas facetas indispensáveis da habitação - a comunidade e a privacidade - representa o ponto de partida para esta investigação. Mais especificamente, coloca-se a questão de como assegurar a privacidade de cada habitante, permitindo-lhe simultaneamente a possibilidade de participação numa comunidade, de modo não só a garantir a integridade de ambas situações, mas também a potencializá-las através da sua correcta articulação.

Reconhecendo a necessidade de uma metodologia que permita orientar a aproximação a esta vasta problemática, optou-se por tomar como ponto de partida o espaço privado e as relações que este estabelece com a sua envolvente, não só pelo seu valor próprio, mas também como elementos de qualificação da vida comunitária, sendo que se pretende com isto, não substituir ou menosprezar eventuais análises do papel do espaço público e sua caracterização nesta questão, mas simplesmente uma sua abordagem a partir de um ponto de vista complementar. O conceito de Morada², relacionado, como será desenvolvido, por vários autores, tanto a essa privacidade como, de um modo mais amplo, ao próprio acto humano de Habitar³, surge assim com um ponto de abordagem à sua relação.

Este estudo inicia-se então, ao longo do primeiro capítulo, intitulado *O Conceito de Morada*, com a busca de uma sua definição. Tal como a obra de Emmanuel Levinas, em que se baseia fortemente, este capítulo procura assim uma compreensão do papel da Morada e das características que lhe permitem desempenhá-lo, mais do que da sua realidade física, sendo que, tendo em conta os objectivos propostos, é colocada particular ênfase no âmbito da privacidade.

A questão da transição de um conceito de Morada para uma sua concretização física é abordada no segundo capítulo, *Morada e Lugar*, tendo como ponto de partida a sua interacção com o Habitar, particularmente como colocada por Martin Heidegger e Christian Norberg-Schulz. A relação com o conceito de lugar, introduzida por este autor, bem como a sua definição, apresentam-se como pontos cruciais da abordagem desenvolvida, constituindo grande parte do corpo deste capítulo. É igualmente estudada a noção de variedade como característica qualificadora do habitat humano,

² Este conceito é introduzido em LEVINAS, Emmanuel (1980). *Totalidade e Infinito*. Lisboa, Edições 70, 2000. P.135-156. Adicionalmente, pretende-se como uma tradução do conceito de *dwelling* utilizado por vários autores citados ou referidos. Evitaram-se traduções mais imediatas tais como habitação ou casa por se procurar manter um conceito relativamente liberto de conotações formais ou de escala.

³ Utiliza-se a palavra habitar não no sentido de residir, mas sim no significado mais amplo que lhe confere Heidegger: "O modo como tu és e eu sou, a maneira segundo a qual nós homens somos sobre a Terra é o Buan, O Habitar." HEIDEGGER, Martin (1954). *Construir, Habitar, Pensar*. In *Vortrage und Aufsätze*. Pfullingen, Gunther Neske, 1954. P.2.

conduzindo assim a uma interpretação mais ampla do conceito de Morada, e introduzindo a problemática explorada no capítulo seguinte.

Tal como o seu nome sugere, o terceiro capítulo, *Morada e Espaço Colectivo*, explora o modo como o conceito de Morada pode ser alargado de modo a incluir o espaço colectivo, apesar da relação, à primeira vista, potencialmente contraditória entre estes. Tomando como premissa que a interacção com os outros constitui uma vertente indispensável, e frequentemente positiva, da experiência humana, são, no entanto, considerados os potenciais riscos que esta coloca para o bem-estar do indivíduo. Analisa-se assim o modo como a envolvente construída pode acolher, condicionar e participar no contacto social, surgindo aqui a privacidade, novamente, como uma questão chave.

Estabelecido o enquadramento teórico do conceito de Morada, o quarto capítulo, *Proposta de uma Residência Assistida*, explora a natureza particular da sua relação com o indivíduo idoso, tendo em conta as suas potenciais limitações, tanto físicas como psicológicas, e a acrescida importância da memória na definição da sua identidade. Foca-se assim na proposta de uma Residência para Cidadãos Idosos - desenvolvida em paralelo a este estudo - integrada num Projecto de Requalificação da Cerca do Hospital de Santo António dos Capuchos. Apresentam-se as problemáticas específicas colocadas pelo seu contexto, programa e público-alvo - como exemplos das questões até aqui levantadas - bem como as soluções propostas, procurando-se definir uma aplicação prática dos conceitos desenvolvidos ao longo dos capítulos anteriores.

O CONCEITO DE MORADA

1



← **Fig.1 – Faculdade de Arquitectura da UTL, Lisboa.**

Qualquer vão implica sempre, essencialmente, uma relação controlada com um exterior. Tal controlo pode ser exercido unicamente pela própria envolvente, ou colocado nas mãos do seu habitante (mediante a presença de cortinas, portadas, etc. ou até pela simples possibilidade de abertura).

↓ **Fig.2 – Praça do Comércio, Lisboa.**

Um elemento marcado por uma forte relação com o Tema da paragem e contemplação. A sua estrutura fixa convida a uma variedade de interpretações.



1.1. A Morada como espaço privado

Procurando uma compreensão do carácter essencial da Morada, e reconhecendo-a como uma situação particular de espaço privado, descobre-se, antes de mais, a necessidade de clarificar a aplicação da própria palavra 'privado'.

Ao defender que “Os conceitos *público* e *privado* podem ser vistos e compreendidos em termos relativos como uma série de qualidades espaciais que, diferenciando-se gradualmente, se referem à acessibilidade, responsabilidade, à relação entre propriedade privada e supervisão de unidades espaciais específicas.”⁴, Herman Hertzberger caracteriza estes conceitos, no contexto da arquitectura, como um conjunto de qualidades espaciais que estabelece relações com, ou que se apoia em, certos factos sociais - sem, acrescenta-se, que a eles se resume. Estabelece-se assim o privado como condição espacial, que se diferencia do privado enquanto condição de posse (propriedade privada), sendo que a conotação aqui procurada será a primeira. É, portanto, possível que um indivíduo sinta um espaço como privado apesar de este não lhe pertencer (basta lembrar o grande número de pessoas que não é efectivamente dono da habitação que lhe serve de Morada), bem como que isto não aconteça num outro espaço que é, de facto, seu (pense-se, por exemplo, um quintal exposto à rua). A característica fundamental do espaço privado - não da propriedade privada – será então, não a posse, mas a privacidade.

Quanto a esta *privacidade*, as questões levantadas por Hertzberger de acessibilidade, responsabilidade e supervisão, apontam já para uma sua compreensão. Por sua vez, Julienne Hanson e Bill Hillier referem que cada edifício ou sua unidade “...identifica pelo menos um *habitante*, no sentido de uma pessoa com especial acesso a, e controlo sobre, a categoria de espaço criada pela fronteira [dessa unidade].”⁵ Sendo que podemos considerar esta *categoria de espaço* como um espaço privado (pelo menos relativamente ao espaço contra o qual se define) surge aqui então, a adicionar às questões já colocadas, a noção de controlo como componente do privado, componente esta que pode facilmente ser expandida para englobar as

⁴ Tradução do autor; “The concepts ‘public’ and ‘private’ may be seen and understood in relative terms as a series of spatial qualities which, differing gradually, refer to accessibility, responsibility, the relation between private property and supervision of specific spatial units.” HERTZBERGER, Herman (1991). *Lessons for Students In Architecture* 4ª ed. Rotterdam, 010 Publishers, 2001. P.13.

⁵ Tradução do autor; “Every building, even a single cell, identifies at least one ‘inhabitant’, in the sense of a person with special access to and control of the category of space created by the boundary.” HANSON, Julienne, HILLIER, Bill (1984). Op.Cit. P.146.

restantes, uma vez que controlo de um espaço poderá significar não só controlo físico sobre a sua alteração mas também sobre a sua acessibilidade e actividades lá realizadas. Assim, de certo modo, privacidade significa controlo, mas basta regressar ao exemplo anterior do quintal exposto - espaço obviamente controlado pelo seu habitante em vários sentidos, mas sem que esta característica se manifeste - para verificar que se trata, na realidade, de um tipo e nível específicos de controlo.

Antes, no entanto, de analisar mais profundamente esta ideia, é possível encontrar ainda na obra destes autores uma outra característica fundamental da Morada, nomeadamente na sua descrição do *visitante*. Assim, surge que os visitantes pertencem a uma "...categoria de ser mais do que estranhos [...],mas menos do que habitantes, no sentido em que não têm controlo sobre o edifício e a sua individualidade social não está representada na estrutura espacial desse edifício."⁶. Mais do que a própria definição de visitante, interessa aqui a implicação do habitante, não só como alguém que exerce controlo sobre o espaço, mas que, inclusivamente, se encontra reflectido nesse espaço. Esta resposta do espaço ao seu habitante - esta *correspondência* - não sendo limitada à Morada, é, no entanto, uma peça fundamental da sua compreensão, pelo carácter de intimidade e especificidade que esta lhe permite atingir.

1.2. Privacidade - o controlo na relação com o mundo exterior

Para compreender adequadamente a importância do controlo, há, antes de mais, que reconhecer a sua profunda integração no próprio comportamento humano. Qualquer indivíduo protege de certa maneira os seus sentimentos e pensamentos das pessoas que o rodeiam - ou, pelo menos, procura fazê-lo - se não os escondendo completamente, então escolhendo o que partilhar, com quem e quando. O indivíduo mantém assim barreiras que protegem o seu *Eu* mais íntimo - uma *fachada pública*, como lhe chama Edward Hall, que salienta a conotação arquitectónica desta nomenclatura⁷ - e lhe permitem regular, até certo ponto, a sua interacção com a sociedade. Posto isto, Hall avança que "Manter uma fachada pode exigir um enorme

⁶ Tradução do autor; "...this category of being more than strangers [...], but less than inhabitants, in that they have no control over that building and their social individuality is not mapped into the structure of space within that building." Ibidem, P.147.

⁷ "O emprego da palavra 'fachada' é, em si próprio, revelador: assinala bem o reconhecimento dos estratos protectores do Eu e o papel desempenhado pelos elementos arquitectónicos que fornecem as barreiras para trás das quais as pessoas periodicamente se retiram." HALL, Edward (1966). *A Dimensão Oculta*. Lisboa, Relógio d'Água, 1986. P.123.

dispêndio nervoso. A arquitectura reúne certas condições que permitem aliviar desse fardo os seres humanos.”⁸, estabelecendo assim o paralelismo entre o papel desta *fachada pública* e o da própria Arquitectura.

A privacidade – característica da Morada - surge então como a criação de uma barreira entre o seu habitante e o mundo exterior. A natureza dessa barreira não é, no entanto, indiferente para a concretização desta afirmação. Dificilmente é possível considerar um indivíduo trancado no interior de um compartimento inteiramente fechado como estando numa situação de privacidade, apesar de este constituir sem dúvida uma barreira. Tal não é o caso se esse indivíduo tiver liberdade de entrar e sair à sua vontade. Se a isto for acrescentada a existência de uma janela para o exterior, surge já uma situação semelhante a um qualquer quarto, expressão espacial por excelência da privacidade na arquitectura habitacional. A privacidade consiste então, será possível concluir, não na separação do indivíduo do mundo exterior, mas sim na possibilidade do próprio habitante controlar a sua relação com esse mundo. Assim defende Peter King, ao referir que “...privacidade não é mera insularidade. Não é acerca de nos encerrarmos do mundo completamente. Em lugar disso, é sobre a regulação de intrusão do mundo exterior e, significativamente, quem está a agir como o regulador.”⁹.

É possível encontrar um pensamento semelhante no raciocínio de Emmanuel Levinas: “Mas essa suspensão [da relação imediata com o exterior] não aniquila a relação do eu com os elementos. A morada permanece, à sua maneira, aberta para o elemento de que se separa. À distância, por si mesma ambígua, a um tempo afastamento e aproximação, a janela tira essa ambiguidade para tornar possível um olhar que domina, um olhar que escapa aos olhares, o olhar que contempla. Os elementos mantêm-se à disposição do eu – a pegar ou largar.”¹⁰. Neste excerto, o autor capta a relação entre o habitante e o mundo exterior como mediada pela Morada. Essa mediação é efectuada através de mecanismos de controlo (neste caso é referida a janela, mas pode o conceito ser facilmente alargado a outros tipos de vãos ou elementos arquitectónicos, ou até a outros sistemas, mais recentes, tais como a televisão, o telefone ou a internet, que a arquitectura luta ainda por integrar) que colocam - ou, pelo menos, deveriam, quando bem resolvidos, colocar - o habitante

⁸ Ibidem. P.123.

⁹ Tradução do autor; “...privacy is not mere insularity. It is not about closing us off from the outside world entirely. But rather it is about the regulation of intrusion from the outside world and, importantly, who is acting as the regulator.” KING, Peter (2004). *Private Dwelling: Contemplating the Use of Housing*. London, Routledge, 2004. P.50.

¹⁰ LEVINAS, Emmanuel (1980). *Totalidade e Infinito*. Lisboa, Edições 70, 2000. P.139.

numa situação de superioridade, estabelecendo-se essa relação nos seus próprios termos.

Protegido assim do exterior, e afastado do condicionamento directo da sociedade, o habitante torna-se livre não só de viver como quer, mas também de conviver intimamente com outros¹¹. A Morada torna-se assim um "... espaço que é suposto sancionar e defender a intimidade."¹², como diz Gaston Bachelard, não só do próprio habitante mas também das suas relações.

1.3. O recolhimento

O papel do controlo na Morada não se resume, no entanto, à interacção com o mundo exterior, sendo que para o habitante se encontrar verdadeiramente livre de condicionantes e pressões é-lhe necessário controlar igualmente o próprio espaço interior, não só de modo a mais facilmente se identificar com este, através da sua apropriação (fenómeno que será tratado mais adiante), como também a garantir uma segurança da sua estabilidade, tomando-a como certa, e assim evitando uma sua consciência activa. É, então, necessário que a Morada funcione de modo discreto e consistente, sem que seus mecanismos falhem – ou a isso ameacem ou aparentem ameaçar, sendo aqui a percepção igualmente importante – de modo a permitir ao seu habitante manter a sua complacência.¹³

Só assim se torna possível a "...suspensão das reacções imediatas que o mundo solicita, em ordem a uma maior atenção a si próprio, às suas possibilidades e à situação."¹⁴ que Levinas denomina de recolhimento.

A importância específica deste fenómeno é ilustrada por John Ruskin na sua obra *The Seven Lamps of Architecture*¹⁵. Aqui, o autor descreve a sua agradável experiência de uma paisagem particularmente bela e serena, contrastando-a com o

¹¹ Sobre o papel da privacidade na intimidade ver KING, Peter (2004). Op. Cit. P.37-58.

¹² BACHELARD, Gaston (1957). *A Poética do Espaço*. São Paulo, Martins Fontes Editora, 1989. P.48

¹³ As questões da estabilidade e complacência são desenvolvidas em KING, Peter (2004). Op. Cit. P.72-76.

Particularmente: "Necessitamos que a morada funcione e que o faça consistentemente. No entanto, o mecanismo de suporte deve ser discreto e reservado: deve estar escondido de vista. [...] Em vez disso, de forma a mantermos a nossa complacência, procuramos uma continuidade: procuramos estabilidade." ["We require the dwelling to operate and to do so consistently. However, the supporting mechanism should be discreet and unobtrusive: it should be hidden from view.[...] Rather, in order to maintain our complacency, we seek a continuum: we seek stability."] P.72 ; e "... a morada privada é onde podemos ser complacentes. É onde podemos ter o que temos, e tomá-lo por garantido." [... private dwelling is where we can be complacent. It is where we can take what we have, and take it for granted."] P.174

¹⁴ LEVINAS, Emmanuel (1980). Op. Cit. P.137.

¹⁵ RUSKIN, John (1880). *The Seven Lamps of Architecture*, 2ª ed. New York, Dover Publications, 1989. P.176-178.

medo sentido ao imaginar essa mesma paisagem como parte de uma região inexplorada, e portanto afastada da segurança imposta pela ocupação humana, e pela própria Morada. O modo como o contacto directo e sem mediação com essa paisagem permite que o medo e a incerteza se sobreponham à consciência da beleza, anteriormente reconhecida, ilustra com clareza o papel dessa mesma mediação.

Recorrendo a um exemplo mais comum: qualquer pessoa sentiu já, após um certo dia particularmente complicado, a necessidade de regressar a sua casa, se afastar dos problemas e distrações do mundo que a rodeia, e, de algum modo, *processar* os eventos decorridos. Até que surja essa possibilidade, esses acontecimentos são sentidos como algo menos que reais, como se o seu impacto, positivo ou negativo, não se tenha ainda manifestado completamente.

Estes exemplos pretendem demonstrar o modo como o recolhimento - permitido, como referido, pela privacidade da Morada - apresenta um papel crucial na percepção que o ser humano tem da realidade. Só através da introspecção é possível ao homem relacionar-se com os acontecimentos vividos, convertendo-os assim em experiências, a partir das quais constrói o seu conhecimento - e memória, pois esta não é possível sem a experiência - do universo que o rodeia e de si próprio. É isto que reconhece Levinas ao dizer: "O recolhimento necessário para que a natureza possa ser representada e trabalhada, para que se manifeste apenas como mundo, realiza-se como casa."¹⁶

Mas, para que a Morada permita este recolhimento, não lhe é suficiente a característica da privacidade. Seguindo ainda o pensamento do mesmo autor, surge que o recolhimento não será possível "A menos que a distância em relação à fruição [...] seja vivida positivamente como uma dimensão de interioridade a partir da familiaridade íntima em que a vida mergulha."¹⁷

1.4. Alteridade e correspondência

A necessidade que Levinas pretende salientar é aquela que foi já referida a propósito da obra de Hillier e Hanson: a resposta da Morada ao seu habitante. Não é, portanto, suficiente que esta simplesmente exista, permitindo que o habitante a utilize como deseja; como uma qualquer ferramenta cujo objectivo seria o controlo da relação

¹⁶ LEVINAS, Emmanuel (1980). Op. Cit. P.135.

¹⁷ Ibidem. P.137.

com o mundo exterior. Para que o habitante sinta o papel da Morada como algo desempenhado não *por ele*, mas sim *para ele*, e portanto algo que não requer a sua constante atenção e de que se pode abstrair, é necessário que esta se revele como uma identidade em seu próprio direito – como “...o não-eu que protege o eu.”¹⁸. Surge assim outra característica da Morada: a sua alteridade.¹⁹

Que a Morada seja algo exterior ao indivíduo não implica, no entanto, que não estabeleça com ele uma relação. Referiu-se anteriormente que uma das características da privacidade era a de permitir a intimidade. Esta intimidade vai então sentir-se também na relação que o habitante estabelece com a sua Morada. Levinas caracteriza-a como uma “...linguagem sem ensino, linguagem silenciosa, entendimento sem palavras, expressão no segredo.”²⁰, salientando a discrição²¹ desta presença que se manifesta.

Na sua tese de doutoramento, *Palácios da Memória II*, Pedro Marques Abreu identifica nesta relação (não especificamente com a Morada, mas sim com a obra da arquitectura em geral), que equipara a uma amizade, uma vertente de *caridade*, que caracteriza como “...uma apresentação de sentido, inteira e real, numa identidade, irreduzível ao outro mas *para o outro*.”²² Esta especificidade da presença da obra de arquitectura como algo destinado ao seu habitante antevê já outra característica nela reconhecida pelo autor: a necessidade de uma correspondência entre eles. Assim, temos que: “A apresentação de personalidades concretas concorre para dar rosto a essa compreensão da obra por mim, potenciando assim o sentimento de acompanhamento, mas de nada serviria se antes se não verificasse uma correspondência, se não existisse uma comunhão de visões e intenções.”²³

Para que se verifique então esta correspondência – para que o habitante da obra de arquitectura se sinta *acompanhado* pela sua presença, no sentido de a entender como destinada a si e em concordância com os seus objectivos ao habitá-la – é então necessário que esta possua um *tema* compatível com a sua utilização. Este

¹⁸ BACHELARD, Gaston (1957). Op. Cit. P.24.

¹⁹ “Há sempre na arquitectura uma absoluta alteridade uma irreduzível alteridade; existe na arquitectura uma objectividade, um ser completamente distinto do sujeito que não corre nas outras artes.” ABREU, Pedro Marques (2007). *Palácios da Memória II*. Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2007. P.164.

²⁰ LEVINAS, Emmanuel (1980). Op. Cit. P.138.

²¹ Esta discrição leva a que o autor identifique a presença da Morada com a da Mulher: “E o Outro, cuja presença é discretamente uma ausência a partir da qual se realiza o acolhimento hospitaleiro por excelência que descreve o campo da intimidade, é a Mulher.” Ibidem. P.138.

²² ABREU, Pedro Marques (2007). Op. Cit. P.164.

²³ Ibidem. P.109.

conceito – semelhante ao de *vontade de ser* [*existence-will*]²⁴, introduzido por Louis Kahn – pode ser compreendido como “aquilo que a obra pretende representar”²⁵, ou, no caso específico da arquitectura, “aquilo que a obra *pretende acolher*”²⁶.

Assim sendo, temos que: “O *tema* da arquitectura tende assim a definir-se em função dos diferentes modos de o Homem estar no Mundo. Mas o *tema* da arquitectura, como objecto do abraço e do acolhimento da arquitectura, é sempre o Homem – o homem em acção ou contemplação, o homem em relação com alguma coisa ou com alguém.”²⁷

1.5. Correspondência e polivalência na Morada

Sendo então o *tema* da arquitectura em geral o Homem e a sua utilização do espaço, facilmente será possível identificar o *tema* específico da Morada com a privacidade que permite o Recolhimento, sendo, como verificado, estes fenómenos essenciais à sua existência. Isto não significa que os usos específicos de cada espaço não sejam reconhecidos e acolhidos - que os espaços não se apresentem como espaços para dormir ou para a alimentação ou para a higiene se tal for o caso - mas simplesmente que seja respeitada a necessidade desse *tema* geral.

A necessidade de manifestação de uma identidade própria da Morada - estabelecendo uma correspondência com o habitante através do Tema da privacidade - levanta, em si mesma, um aparente problema. Correspondendo, como verificado, a privacidade a um controlo da relação com o mundo exterior, exercido especificamente pelo habitante através da arquitectura da Morada, como será então possível que esta se manifeste como entidade própria, e portanto independente do habitante, sem destruir esse controlo?

²⁴ Relativamente ao conceito de *existence-will* ver: KAHN, Louis I. (1959). “Talk at the Conclusion of the Otterlo Congress”. In TWOMBLY, Robert (ed.) (2003). *Louis Kahn: Essential Texts*. New York, WW Norton & Company, 2003. P.37-61. Particularmente: “Ele [o arquitecto] tem que encontrar de alguma maneira um reino de espaços onde é bom viver. [...] ele não dá nome aos quartos, quartos de dormir e salas de estar e cozinhas, ele tem que o fazer de tal maneira que seja óbvio, pela maneira como estão servidos, que estas coisas estão lá e que estão lá correctamente e que querem estar lá.” [“He has to find somehow a realm of spaces where it is good to live. [...] he does not name the rooms, bedrooms and living-rooms and kitchens, he has got to do it in such a way that it is obvious because of the way they are served, that these things are there and that they are there rightfully and they want to be there.”] P.43.

²⁵ “Tema em Arte é aquilo que a obra pretende representar ...”. ABREU, Pedro Marques (2007). Op. Cit. P.169.

²⁶ “O *tema* em arquitectura – ou o *objecto* da arquitectura – seria então aquilo que a obra *pretende acolher*.” Ibidem. P.170.

²⁷ Ibidem. P.208.

Uma situação em que o habitante se encontra completamente responsável por definir a sua relação com o mundo exterior – uma solução, portanto, de completa flexibilidade – carece desta correspondência que valida e acolhe tanto as interações escolhidas como o próprio retiro e recolhimento. Por outro lado, a situação inversa – de completa rigidez – em que a própria arquitectura determina completamente essa relação, destrói a noção de privacidade, aproximando-se do exemplo do homem aprisionado no quarto cerrado. É então necessário que exista uma situação intermédia.

A solução para esta questão poderá talvez ser encontrada nos conceitos de *competência* e *performance* utilizados por Hertzberger. Este caracteriza-os, respectivamente, como o “potencial de uma forma para a interpretação” e “como ela é interpretada numa dada situação”²⁸. Relaciona-os ainda com a arquitectura referindo que o primeiro corresponderia àquilo que se encontra fixo, e o segundo a tudo o que se encontre em constante alteração²⁹.

Aplicando então estes conceitos à questão levantada poder-se-á considerar que o espaço da Morada apresenta uma *competência* própria, na qual se manifesta a sua identidade, permitindo, no entanto ao habitante diferentes interpretações, ou seja, deixando-o encarregar da *performance* específica. Os elementos fixos da Morada podem então conceder ao habitante esta medida de controlo, permitindo-lhe escolher entre diferentes utilizações potenciais que lhes são inerentes, do mesmo modo que - pedindo emprestada a comparação de Hertzberger³⁰ - um instrumento musical permite ao músico controlar a sua própria música, dentro das possibilidades, e das limitações, do próprio instrumento.

Assim, tem-se que a Morada – com a discrição que lhe atribui Levinas³¹ – se deverá materializar num espaço que, sem impor ao habitante uma determinada utilização, seja suficientemente estruturado e caracterizado para lhe permitir, e inclusive para lhe sugerir, um número de potenciais usos. A utilização do espaço encontra-se então, ultimamente, controlada pelo habitante - com a arquitectura como

²⁸ “Uma parte essencial do estruturalismo, como se relaciona com a arquitectura, é a sua capacidade de fazer uma distinção entre *competência* (potencial de uma forma para a interpretação) e *performance* (como ela é interpretada numa dada situação). [“An essential part of structuralism as this relates to architecture is its capacity to make a distinction between *competence* (a form’s potential for interpretation) and *performance* (how it is interpreted in a given situation).”]. HERTZBERGER, Herman (2000). *Space and the Architect*. Rotterdam, 010 Publishers, 2000. P.176.

²⁹ “Quando ligamos os conceitos de *competência* (o potencial ao nosso comando) e *performance* (o uso que fazemos do nosso potencial) à arquitectura, então estamos a distinguir entre o que é, relativamente falando, fixo e então duradouro (o ciclo a longo-prazo) e aquilo que é constantemente sujeito à mudança (o ciclo a curto-prazo). [“When we attach the concepts of *competence* (the potential to our command) and *performance* (the use we make of our potential) to architecture, then we are distinguishing between what is relatively speaking fixed and so enduring (the long time-cycle) and what is constantly subject to change (the short time-cycle).”]. Ibidem. P.177.

³⁰ Ibidem. P.179.

³¹ Ver nota 21.

instrumento desse controlo - sendo que qualquer uso escolhido, estando já sugerido pela Morada, se encontrará necessariamente previsto, e descobrirá nela uma correspondência. Este espaço – fixo mas passível de ser habitado e compreendido de uma variedade de maneiras – poder-se-á então considerar um espaço *polivalente*³².

1.6. Morada e subjectividade

Até aqui propôs-se a Morada como uma entidade que, sendo exterior ao seu habitante, lhe permite um certo nível de controlo sobre o espaço que o rodeia e, em especial, sobre a sua relação com aquilo que define como *mundo exterior*, dentro de uma estrutura de possibilidades nas quais a identidade particular da obra se manifesta, permitindo-lhe acolher e validar o modo de habitar escolhido. Munida assim das características da privacidade e da correspondência a Morada permite ao seu habitante um recolhimento que é, simultaneamente, um acolhimento. Para estabelecer uma relação entre este conceito e a realidade da sua aplicação há, no entanto, que abandonar a clareza que a abstracção até aqui permitiu.

Antes de mais, haverá que entender que a própria noção da Morada, assente como está em conceitos relativos e até subjectivos, não se trata de uma situação absoluta. À primeira vista parece coincidir com o conceito de habitação – ou talvez de casa ou lar - e, nos casos em que esta é individual, resulta de facto um exemplo bastante claro da ideia. Se for considerada, por outro lado, uma habitação familiar, a situação não será já tão nítida. A família como conjunto considerá-la-á como Morada, mas, no entanto, cada indivíduo terá, provavelmente, dentro dela, um espaço mais íntimo. Poder-se-ia considerar então que esse espaço – um quarto, por exemplo – seria então a verdadeira Morada desse indivíduo, mas esta não será uma descrição inteiramente exacta, uma vez que ele se sentirá, provavelmente, *em casa* não só aí, mas em todo o espaço da habitação, pelo menos em determinadas situações. Ilustra-se assim o modo como uma leitura inicial de Morada e *espaço exterior* se encontra

³² Hertzberger define uma forma polivalente como “uma forma que pode ser destinada a diferentes usos sem ter ela própria que sofrer mudanças, de tal modo que um mínimo de flexibilidade pode ainda produzir uma solução óptima.” [“...a form that can be put to different uses without having to undergo changes itself, so that a minimal flexibility can still produce an optimal solution.”]. Ibidem. P147. O autor salienta ainda a importância da polivalência ao dizer: “O que construímos tem que constituir uma oferta, tem que ter a capacidade de eliciar, uma e outra vez, reacções específicas adequadas a situações específicas; então não deve ser meramente neutro e flexível – e portanto não-específico – mas tem que possuir essa eficácia mais ampla a que chamamos polivalência.” [“What we make must constitute an offer, it must have the capacity to elicit, time and again, specific reactions befitting specific situations; so it must not be merely neutral and flexible – and hence non-specific – but it must possess that wider efficaciousness that we call polyvalence.”]. P.152.

fortemente dependente do ponto de vista adoptado, ponto de vista este que dependerá não só do indivíduo que realiza essa consideração, mas também do seu estado de espírito, das funções que pretende desempenhar, de outros potenciais habitantes desse espaço e, talvez mais claramente, da escala que se considera. Assim, um quarto definir-se-á como Morada em comparação com uma habitação partilhada, enquanto esta tomará o mesmo carácter perante o espaço público.

Começa-se então a compreender a Morada como algo mais que uma designação aplicável aos espaços mais absolutamente individuais que demonstram certas características. “Todo o espaço habitado traz a essência da noção de casa.”³³, diz Bachelard, e na realidade, mais do que um espaço específico, a Morada corresponde a uma faceta da obra de arquitectura em geral. A privacidade acolhida e sancionada que está no seu âmago é algo que se manifesta através de todo o espectro individual / colectivo do habitat humano, com diferentes níveis de intensidade, e a sua correcta manipulação é algo de indispensável à criação de ambientes prontos a acolher a variedade da sociedade humana. É exactamente a esta extensão dos conceitos desenvolvidos a propósito da Morada, dos espaços estritamente individuais - onde são talvez mais óbvios - até ao campo dos espaços colectivos, que os próximos capítulos se irão dedicar, analisando o seu papel, não só a nível destes espaços, como também na articulação entre ambas escalas.

³³ BACHELARD, Gaston (1957). Op. Cit. P.25.

MORADA E LUGAR

2



← **Fig.3 – Jardim 25 de Abril, Lisboa.**

Uma convexidade no pavimento, juntamente com um banco e a sombra de uma árvore, criam a estrutura física de um lugar, preparada para que lhe seja atribuído um significado.

↓ **Fig.4 – Parque de Montjuïc, Barcelona.**

A vista panorâmica é um exemplo de como a natureza das relações definidas pelos limites de um lugar contribuem para o estabelecimento de um carácter ambiental específico.



2.1. A Morada e o Habitar

Colocada, no final do capítulo anterior, a Morada como uma faceta da arquitetura em geral e, assim sendo, a necessidade de uma sua compreensão que ultrapasse a convidativa analogia com a habitação privada ou familiar, este capítulo preocupar-se-á, então, com o papel deste conceito na relação do Homem com a envolvente construída em geral.

Esta relação, esta “maneira como nós homens somos sobre a Terra”, como a descreve Martin Heidegger, é aquilo a que chama o Habitar³⁴. Ao desenvolver este conceito, o autor tem o cuidado, no entanto, de o distanciar da ideia de habitação, no sentido de alojamento. Especificamente, refere que: “A ponte e o hangar, o estádio e a central eléctrica são construções, mas não habitações; a estação de caminhos-de-ferro e a auto-estrada, a barragem e o mercado são construções, mas não habitações. No entanto, as construções referidas encontram-se no âmbito do nosso Habitar. [...] Ele [o Homem] habita-as e todavia não habita nelas, se Habitar quiser apenas dizer que ocupamos um alojamento.”³⁵

Se forem consideradas as traduções inglesas comuns das palavras Habitar, *to dwell*, e Morada, *Dwelling*, a relação entre estes conceitos torna-se mais aparente. Nomeadamente, a Morada surge como aquilo que acolhe o Habitar, neste sentido mais amplo, do mesmo modo que a habitação acolhe o habitar, no seu sentido mais restrito.

Christian Norberg-Schulz apresenta uma interpretação semelhante ao defender que “*Ponto de apoio existencial e Morada* são sinónimos...”³⁶, reforçando assim uma sua compreensão como elemento essencial da relação entre o Homem e o mundo que o rodeia, ou seja, do Habitar, que caracteriza dizendo que “O Homem habita [*dwells*] quando se consegue *orientar dentro de e identificar com* um ambiente, ou, resumindo, quando experiencia o ambiente como significativo. Morada, portanto, significa algo mais que *abrigo*. Implica que os espaços onde a vida ocorre são *lugares*, no

³⁴ “O modo como tu és e eu sou, a maneira segundo a qual nós homens somos sobre a Terra é o Buan, O Habitar.” HEIDEGGER, Martin (1954). Op. Cit. P.2.

³⁵ Ibidem. P.1.

³⁶ Tradução do autor; “*Existential foothold and dwelling are synonyms ...*” NORBERG-SCHULZ, Christian (1980). *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. New York, Rizzoli International Publications, 1980. P.5.

verdadeiro sentido da palavra.”³⁷ O autor estabelece assim, como condição do Habitar, a necessidade de o ambiente permitir ao Homem tanto uma orientação como uma identificação. Apresenta também a noção de lugar, intencionalmente diferenciado de espaço, como solução para essa necessidade - sendo assim uma peça indispensável para a concretização do Habitar, e, portanto, da Morada. Antes de mais, será então necessário definir este conceito, e compreender de que modo poderá contribuir para uma melhor definição desta.

2.2. De espaço a lugar

“O que quer que espaço e tempo signifiquem, lugar e ocasião significam mais. Pois espaço na nossa imagem é lugar, e tempo na nossa imagem é ocasião.”

Aldo van Eyck, *Place and Occasion*³⁸

Neste seu famoso excerto, Aldo van Eyck define o lugar como espaço *humanizado*, ou seja, colocado em relação com o Homem. Apesar de não ser mais aprofundada, a natureza dessa relação é, de certo modo, esclarecida pela analogia com os conceitos de tempo e ocasião. Assim, tal como a ocasião se destaca da imensidão do tempo, tornando-se compreensível para o Homem, através da associação com um determinado acontecimento, o “Espaço é transformado em lugar à medida que adquire definição e significado.”³⁹

O carácter específico desta relação - particularmente o modo como esse significado é atribuído ao lugar, bem como as condições necessárias para que isso aconteça - é explorado por Herman Hertzberger, na sua obra *Space and the Architect*. Antes de mais, este procura clarificar a utilização da palavra espaço, salientando a diferença entre o conceito abstracto de espaço infinito e a ocorrência específica de um

³⁷ Tradução do autor; “Man dwells when he can *orientate himself within* and *identify himself with* an environment, or, in short, when he experiences the environment as meaningful. Dwelling therefore implies something more than *shelter*. It implies that the spaces where life occurs are *places*, in the true sense of the word.” Ibidem. P.5.

³⁸ Tradução do autor; “...space in our image is place, and time in our image is occasion.” VAN EYCK, Aldo (1961). “Place and Occasion”. In SMITHSON, Alison (1962). *Team 10 Primer*. Cambridge, MIT Press, 1968. P.101.

³⁹ Tradução do autor; “Space is transformed into place as it acquires definition and meaning.” TUAN, Yi-Fu (1977). *Space and Place: The Perspective of Experience*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1977. P.136.

espaço definido⁴⁰, que caracteriza ao referir que “Um espaço é determinado, no sentido de finito, e fixado pela sua periferia e/ou objectos no seu interior. Um espaço é destinado a algo, oferece protecção a algo ou torna uma coisa acessível. É, em certo grau, criado especificamente, talvez variável na sua função, mas não accidental.”⁴¹ Reconhece assim um número de características deste espaço definido, nomeadamente a sua definição por meio de um limite, bem como uma intencionalidade que remete para as noções de alteridade e correspondência desenvolvidas no capítulo anterior. Ao acrescentar que “Lugar implica um valor especial adicionado a um espaço.”⁴², sugerindo que está dependente deste, estas características (que serão exploradas mais adiante) surgem como necessárias também ao conceito de lugar.

O espaço definido constitui então a estrutura física do lugar, permitindo ao seu habitante atribuir-lhe um significado - esse valor acrescido ao qual o autor se refere. Assim, poder-se-á considerar que “...espaço e lugar se podem relacionar como *competência e performance*.”⁴³, conceitos já explorados a propósito da relação do habitante com a Morada. Do mesmo modo, então, que a estrutura fixa da Morada, o espaço definido expressa uma alteridade que acolhe as diferentes interpretações do seu ocupante, permitindo que um número de potenciais significados se concretize num lugar específico. Como “...eventual apropriação emocional de um espaço originalmente sem significado mas que é potencialmente significável...”⁴⁴, o lugar (performance) resulta então da atribuição de um determinado significado a um espaço com características fixas (competência), sendo assim variável conforme a interpretação realizada pelos seus diferentes ocupantes.

A este processo mediante o qual “...o espaço, apropriado e familiar, se torna lugar.”⁴⁵, através da interpretação e consequente significação por parte do seu habitante, podemos então chamar *apropriação*, conceito que Hertzberger clarifica ao escrever que “Aquilo que torna o espaço em lugar é o preenchimento que lhe é dado

⁴⁰ “Quando nós, no mundo da arquitectura, falamos de espaço, na maior parte dos casos queremos dizer *um* espaço. A presença de um mero artigo determina se nos estamos a referir ao espaço infinito, a um espaço mais ou menos contido, ou algo intermédio, nem infinito nem contido.” [“When we in the architectural world speak of space in most instances we mean *a* space. The presence or absence of a mere article determines whether we are referring to infinite space, to a more or less contained space, or something in-between, neither endless nor contained.”] HERTZBERGER, Herman (2000). Op. Cit. P.15.

⁴¹ Tradução do autor; “A space is determined, meaning finite, and fixed by its periphery and/or the objects in it. A space is meant for something, offers protection to something or makes a thing accessible. It is to some degree specifically made, maybe variable as regards function, but not accidental.” Ibidem. P.15.

⁴² Tradução do autor; “Place implies a special value added to a space.” Ibidem. P.24.

⁴³ Tradução do autor; “...space and place can relate as competence and performance.” Ibidem. P.25.

⁴⁴ Tradução do autor; “...place is an ultimate emotional appropriation of a space that originally was unsignified but is potentially signifiable ...” Ibidem. P.25.

⁴⁵ Tradução do autor; “...space, appropriated and familiar, becomes place.” Ibidem. P.24.

pelos seus ocupantes/utilizadores. Uma localidade torna-se então um lugar *particular*, colorido por ocorrências passadas e presentes que lhe concedem associações.”⁴⁶ António Reis Cabrita reforça também o papel do ocupante no processo de apropriação, considerando que esta é “...feita através da projecção do sujeito para esse espaço de representação (o habitat e o alojamento) e para esses objectos associados a essa representação (o habitat).”⁴⁷ Neste sentido, o carácter do lugar, resultante de uma interpretação e, portanto, pessoal, é o produto tanto da identidade do espaço particular, que este autor chama de habitat, como do ocupante que com ele se relaciona.

O lugar surge, assim sendo, como o resultado de um processo - mental e pessoal - de apropriação, e não meramente de um conjunto de características físicas. Estas são-lhe, no entanto, essenciais, na medida em que tornam esse processo possível ao estabelecer a estrutura fixa – chame-se-lhe competência, habitat ou identidade – à qual é atribuído o significado. Torna-se assim necessário, para uma sua compreensão, clarificar a natureza dessas características.

2.3. O limite e a criação de um interior

Retomando o raciocínio de Norberg-Schulz, este oferece uma definição inicial de lugar como “...uma totalidade composta por coisas concretas tendo substância, forma, textura e cor. Juntas, estas coisas determinam um *carácter ambiental*, que é a essência do lugar.”⁴⁸ Sugere assim que este é um todo⁴⁹ composto por características que lhe são específicas, a que se refere, no seu conjunto, como *carácter ambiental*. Este *carácter ambiental* representará então a estrutura física do lugar (ou do espaço que lhe dá origem), ou seja, a identidade particular com a qual o Homem se relaciona, conduzindo a um significado através da sua interpretação. A manifestação deste

⁴⁶ Tradução do autor; “The thing that turns space into place is the infill given it by its occupants/users. A location then becomes a *particular* place colored by occurrences past and present which lend it associations.” Ibidem. P.25.

⁴⁷ “A apropriação é assim uma contribuição, complementar mas fundamental, para que o espaço e o objecto cumpram os objectivos indicados de formação de personalidade, feita através da projecção do sujeito para esse espaço de representação (o habitat e o alojamento) e para esses objectos associados a essa representação (o habitat).” CABRITA, António Reis (1995). *O Homem e a Casa: Definição Individual e Social da Qualidade da Habitação*. Lisboa, LNEC, 1995. P.55.

⁴⁸ Tradução do autor; “... a totality made up of concrete things having substance, shape, texture and color. Together these things determine an environmental character, which is the essence of place.” NORBERG-SCHULZ, Christian (1980). P.6.

⁴⁹ A noção de lugar como um todo é fortalecida quando o autor refere que: “Um lugar é um fenómeno qualitativo total, que não podemos reduzir a nenhuma das suas propriedades [...] sem perder de vista a sua natureza concreta.” [“A place is a qualitative, total phenomenon, which we cannot reduce to any of its properties [...] without losing its concrete nature out of sight.”] Ibidem. P.8.

carácter como distinto da sua envolvente em geral, e, portanto, específico, implica simultaneamente – no sentido em que tanto *depende de* como *conduz a* – uma separação dessa envolvente.

A ideia de separação como ponto crucial é fortalecida quando o autor, em continuação, identifica como características essenciais do lugar - ou, pelo menos, do lugar construído pelo Homem – a *clausura* e a *concentração*⁵⁰, que se poderão entender, respectivamente, como a sua definição e separação da envolvente por meio de um limite, e sua consequente centralização, orientado a atenção para dentro de si mesmo.⁵¹ O próprio autor clarifica o seu significado, ao considerar, numa obra anterior, que “Por definição, então, o lugar requer um limite bem definido ou fronteira. O lugar é experienciado como um *interior*, em contraste com o *exterior* que o rodeia.”⁵²

Relativamente ao carácter do limite - implícito, então, na definição do lugar - há que salientar que este não implica uma barreira construída, como um muro ou uma vedação, podendo ser sugerido por elementos da envolvente (alterações na materialidade, organizações específicas de elementos, objectos criando focos de atenção, etc.) sem que o acesso seja fisicamente condicionado⁵³. Note-se a definição de limite apresentada por Kevin Lynch: “Os limites são os elementos lineares não usados nem considerados pelos habitantes como vias [...] podem ser barreiras mais ou menos penetráveis que mantêm uma região isolada das outras, podem ser costuras, linhas ao longo das quais regiões se relacionam ou encontram.”⁵⁴ O limite não implica, portanto, necessariamente um isolamento, mas sim a definição de um relacionamento específico, controlado pelas suas características.

Anteriormente, a propósito da questão da privacidade, foi referida como característica da Morada a criação de uma barreira que separa o seu habitante do mundo exterior, controlando – ou, mais especificamente, permitindo a esse habitante

⁵⁰ “A característica básica dos lugares criados pelo Homem é então a concentração e clausura.” [“The basic property of man-made places is therefore concentration and enclosure.”] Ibidem. P.10. Relativamente ao conceito de encerramento o autor acrescenta que “Encerramento significa, primariamente, uma área distinta que está separada da envolvente por meio de uma fronteira construída.” [“Enclosure primarily means a distinct area which is separated from the surroundings by means of a built boundary.”] Ibidem. P.58.

⁵¹ “O tamanho limitado dos lugares conhecidos está naturalmente acompanhado por uma forma centralizada. Uma forma centralizada significa, em primeiro lugar, *concentração*” [“El tamaño limitado de lugares conocidos va naturalmente acompañado de una forma centralizada. Una forma centralizada significa en primer término *concentración*.”] NORBERG-SCHULZ, Christian (1975). *Existencia, Espacio y Arquitectura*, Trad. Adrian Margarit. Barcelona, Editorial Blume, 1975. P.23.

⁵² Tradução do autor; “Por definición, pues, el lugar requiere un limite bien definido o borde. El lugar es experimentado como un *interior*, en contraste con el *exterior* que lo rodea.” Ibidem. P.23.

⁵³ “Ela [a fronteira] pode manifestar-se também, de forma menos rígida, como um conjunto denso de elementos, onde uma fronteira contínua é inferida, em lugar de positivamente presente. Um *espacio enclausurado* [enclosure] pode até ser criado por uma mera mudança na textura do pavimento.” [“It [the boundary] may also manifest in less strict form as a dense cluster of elements, where a continuous boundary is inferred rather than positively present. An enclosure may even be created by a mere change in the texture of the ground.”] NORBERG-SCHULZ, Christian (1980). Op. Ct. P.58.

⁵⁴ LYNCH, Kevin (1960). *A Imagem da Cidade*, Trad. Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa, Edições 70, 2008. P.52.

controlar – a relação entre estes. Nesse sentido, também o conceito de Morada, tal como o de lugar, implica a existência de um limite. Levinas considera, inclusive, como função original da Morada “...quebrar a plenitude do elemento, abrindo aí a utopia em que o “eu” se recolhe...”⁵⁵, pressupondo a separação do mundo exterior que é concretizada pelo limite. A consequência desta separação, implícita nesta frase sob a forma de uma utopia, é a criação de um interior, que, como foi já referido, Norberg-Schulz considera essencial ao conceito de lugar.

Aldo van Eyck contribui para uma definição deste interior ao definir, por oposição, o exterior como “...aquilo que precede o ambiente construído pelo Homem; aquilo que é contrariado por ele; aquilo que é persuadido a tornar-se comensurado ao ser interiorizado.”⁵⁶ Assim, coloca que, ao ser delimitado e tornado interior, o espaço se torna *comensurado*, ou seja, ganha uma dimensão e proporção que é compreensível para o seu ocupante. É então possível caracterizar o interior como um espaço que, definido pela sua separação da envolvente mediante um limite, ganha uma determinada escala e identidade que permitem ao Homem relacionar-se com ele. Hertzberger estabelece um raciocínio semelhante ao considerar que “Lugar faz-nos pensar, inicialmente, em dimensão restringida ...”⁵⁷ O autor clarifica, no entanto, o significado dessa restrição, ao acrescentar que “Lugares podem também ser muito grandes, desde que sejam adequados ao que quer que vá ser levado a cabo dentro deles. Lugar é onde te reconheces a ti próprio, algo familiar e seguro, especialmente para ti.”⁵⁸ A característica do lugar é, então, não uma dimensão pequena, mas sim uma dimensão adequada que revela uma intencionalidade, e, através dela, o potencial para uma correspondência.

Josep Muntanya Thornberg, na sua obra *La Arquitectura como Lugar*, estabelece a certa altura uma cronologia da evolução do conceito de lugar segundo vários autores, surgindo a existência de um limite como um ponto comum entre diversas definições⁵⁹. É de particular interesse, por clarificar a relação entre o limite e a caracterização do seu interior (exemplificados pela envolvente de um edifício e seu interior), a apresentada por Pierre Kaufmann ao referir que “A superfície interior do

⁵⁵ LEVINAS, Emmanuel (1980).Op. Cit. P.139.

⁵⁶ Tradução do autor; “For exterior is what precedes the manmade environment; that which is counteracted by it; that which is persuaded to become commensurate by being interiorized.” VAN EYCK, Aldo (1961). “The Medicine of Reciprocity Tentatively Illustrated” in VAN EYCK, Aldo, LIGTELJUN, Vincent (ed.) (1999). *Aldo van Eyck: Works*, Trad. Gregory Ball. Basel, Birkhauser, 1999. P.89.

⁵⁷ Tradução do autor; “Place makes us think primarily of restricted dimension...” HERTZBERGER, Herman (2000). Op. Cit. P.24.

⁵⁸ Tradução do autor; “Places can also be very large, as long as they are suited to whatever is to be enacted in them. Place is where you recognize yourself, something familiar and safe, specially for you.” Ibidem. P.24.

⁵⁹ MUNTAÑOLA THORNBERG, Josep (1974). *La Arquitectura como Lugar*. Barcelona, Universidad Politécnica de Catalunya, 1996. P.23-45.

edifício cumpre uma função dupla: por um lado, constitui os pontos de referência a partir dos quais o sujeito se constitui como centro intencional, por outro lado, é, no seu conjunto, um ecrã visual que dirige a uma visão pré-fixada pelo outro. Deste modo, o sujeito está instruído de que maneira e modo está excluído de um espaço ou lugar exterior.”⁶⁰ Segundo esta afirmação, o limite exprime uma alteridade, não só no estabelecimento de um espaço com uma dimensão intencional, mas também pela sua própria caracterização, tanto no modo específico como condiciona a relação com o exterior, como no modo como estabelece referências para o espaço interior. Esta alteridade permite ao ocupante do espaço assim definido compreender-se como seu *centro intencional*, ou seja, como seu propósito ou *Tema*, conduzindo a uma correspondência.

O lugar aproxima-se então ao conceito de Morada, no sentido em que exprime uma alteridade – uma identidade própria e independente do seu habitante, derivada duma separação intencional da envolvente e caracterização específica - que, estabelecendo uma correspondência para com este, concretizada pelo processo de apropriação, acolhe o seu Habitar.

2.4. Identificação e orientação

“Para ganhar um *ponto de apoio existencial* o Homem tem que se conseguir *orientar*; ele tem que saber *onde* está. Mas ele tem, também, que se *identificar* com a envolvente, isto é, ele tem que saber *como* está num certo lugar.”

Christian Norberg-Schulz, *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*.⁶¹

Esclarecido então o conceito de lugar, interessará agora compreender o modo como este participa no acto de Habitar, especificamente nas duas vertentes que lhe

⁶⁰ Tradução do autor; “La superficie interior del edificio cumple una función doble: por una parte, constituye los puntos de referencia a partir de los cuales el sujeto se constituye como centro intencional, por otra parte, es, en su conjunto, una pantalla visual que dirige a una visión prefijada por el otro. De este modo el sujeto está instruido de que manera y modo está excluido de un espacio o lugar exterior.” KAUFMANN, Pierre (1967). *L'Expérience Émotionnelle de l'Espace*. Paris, Vrin, 1967. P.269. Citado em: Ibidem. P.36.

⁶¹ Tradução do autor; “To gain an *existential foothold* man has to be able to *orientate* himself; he has to know *where* he is. But he also has to *identify* himself with the environment, that is, he has to know *how* he is a certain place.” NORBERG-SCHULZ, Christian (1980). Op. Cit. P.19.

foram identificadas por Norberg-Schulz como essenciais, nomeadamente a identificação e a orientação. Quanto à primeira, como estabelecimento de uma relação com a envolvente através da qual o habitante se reconhece nela, esta resulta então do processo de apropriação, e, conseqüentemente, do lugar investido de significado pelo próprio habitante, e preenchido, portanto, pelas suas memórias e associações. Já a orientação, por sua parte, convida ao reconhecimento de uma vertente diferente do lugar, nomeadamente o seu valor com ponto de referência.

Este conceito de orientação poderá ser compreendido inicialmente como a capacidade de um indivíduo se localizar no espaço, mas implica também, no entanto, a capacidade de compreender esse espaço - não no sentido de atribuição de significado, associado à identificação, mas sim através da sua estruturação - conduzindo a um conhecimento das relações espaciais entre diferentes localidades. No seu livro, *The Image of the City*,⁶² que dedica à exploração das estruturas mentais desenvolvidas pelo Homem com o objectivo de apreender a sua envolvente, Kevin Lynch reconhece a importância dessa compreensão, na medida em que “Uma boa imagem do ambiente dá, a quem a possui, um sentido importante de segurança emocional.”⁶³ À característica dessa envolvente que a permite ser claramente apreendida, ou seja, que permite a criação de uma sua imagem mental clara, o autor dá o nome de *legibilidade*. Considerando-a como crucial para a qualidade do ambiente construído, define-a como “...a facilidade com que as partes [desse ambiente] podem ser reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente.”⁶⁴ É possível estabelecer várias relações entre o conceito de lugar e os cinco tipos de elementos básicos da legibilidade reconhecidos por Lynch - nomeadamente as vias, limites, cruzamentos, bairros e pontos marcantes⁶⁵ - mas é na obra de Norberg-Schulz que o seu papel específico é mais claramente estabelecido.

Norberg-Schulz propõe uma estrutura de organização do espaço baseada em *centros* e *caminhos*⁶⁶. Refere então que “Os lugares são metas ou focos onde

⁶² LYNCH, Kevin (1960). Op. Cit.

⁶³ Ibidem. P.12. Citado em: NORBERG-SCHULZ, Christian (1980). Op. Cit. P.19.

⁶⁴ Ibidem. P.10.

⁶⁵ Ibidem. P.51-86. Particularmente P.51-53. O facto de Lynch estudar concretamente os elementos que contribuem para a legibilidade *da cidade* dificulta a criação de paralelismos com o conceito mais geral de lugar. Pode-se, no entanto, estabelecer uma relação entre este e o conceito de bairro, como “...regiões urbanas de tamanho médio ou grande, concebidos como tendo uma extensão bidimensional, regiões essas em que o observador penetra (*para dentro de*) mentalmente e que reconhece como tendo algo de comum e de identificável.”, no sentido em que sugere uma medida de orientação inicial como estando *dentro* ou *fora*. Tal como o bairro, permite igualmente, como elemento reconhecível, que um seu observador exterior estabeleça com ele uma posição relativa, aproximando-se igualmente, neste sentido, do conceito de ponto marcante, ou de referência.

⁶⁶ Norberg-Schulz apresenta uma breve explicação desta estrutura ao escrever que “Primariamente, a vida é movimento, e, como tal, possui *direcção* e *ritmo*. O *caminho* é então o símbolo existencial fundamental que concretiza a dimensão do tempo. Por vezes o caminho conduz a um objectivo significativo, onde o movimento é parado e o tempo se torna permanência. Outro símbolo básico que concretiza o tempo é então o *centro*.” [“Primarily life is movement, and

experienciamos os acontecimentos mais significativos da nossa existência, mas são também pontos de partida desde os quais nos orientamos e nos apoderamos do ambiente circundante.”⁶⁷ Assim sendo, os lugares, como centros, permitem ao Homem estruturar o seu conhecimento do mundo a partir de pontos conhecidos, com um significado e identidade específicos. Entre estes, o Homem irá então desenvolver caminhos, que se tornam, por sua vez, reconhecíveis pela relação que estabelecem com esses pontos. Com a definição da identidade específica do caminho, através, tanto do conhecimento resultante da utilização repetida, como da identificação de lugares particulares ao longo do seu percurso, este “...adquire uma densidade de significado e uma estabilidade que são traços característicos do lugar”, resultando que “O caminho e as pausas no seu decorrer, juntos, constituem um lugar maior...”⁶⁸, de modo que ele próprio - como sugere o reconhecimento da via com elemento de legibilidade por parte de Lynch - contribui para a qualidade da estrutura mental do espaço.

Como ponto de referência, o lugar adquire então uma conotação de segurança e estabilidade, como reconhece Norberg-Schulz ao afirmar que “Desde o princípio mais remoto, então, o centro representa para o homem o *conhecido*, em contraste com o desconhecido e algo temível mundo circundante.”⁶⁹ Por oposição, o espaço - como “...lugar que não foi ainda apropriado e é mais do que podes preencher.” - é identificado com “...uma abertura a múltiplos significados e interpretações; ambiguidade, transparência e organização em camadas, em lugar de certeza.”⁷⁰, adquirindo assim uma noção de liberdade e possibilidade. Tuan, no entanto, lembra que “Pelo lado negativo, espaço e liberdade são uma ameaça. [...] Estar aberto e livre é estar exposto e vulnerável.”⁷¹

O conjunto dos lugares que identifica fornece então ao indivíduo um *mundo conhecido*, onde este se sente seguro e confiante, e no qual pode desenvolver as suas

as such it possesses *direction* and *rhythm*. The *path* is therefore a fundamental existential symbol which concretizes the dimension of time. Sometimes the path leads to a meaningful goal, where the movement is arrested and time becomes permanence. Another basic symbol which concretizes time is therefore the *center*.” NORBERG-SCHULZ, Christian (1980). Op. Cit. P.56.

⁶⁷ Tradução do autor; “Los lugares son metas o focos donde experimentamos los acontecimientos más significativos de nuestra existencia, pero también son puntos de partida desde los cuales nos orientamos y nos apoderamos del ambiente circundante.” NORBERG-SCHULZ, Christian (1975). Op. Cit. P.22-23.

⁶⁸ Tradução do autor; “As a result of habitual use the path itself acquires a density of meaning and a stability that are characteristic traits of place. The path and the pauses along it together constitute a larger place...” TUAN, Yi-Fu (1977). Op. Cit. P.182.

⁶⁹ Tradução do autor; “Desde el más remoto principio pues, el centro representa para el hombre lo *conocido*, en contraste con el desconocido y algo temible mundo circundante.” NORBERG-SCHULZ, Christian (1975). Op. Cit. P.22.

⁷⁰ Tradução do autor; “Space is place that has not been appropriated and is more than you can fill. Space also comes from an openness to multiple meanings and interpretations; ambiguity, transparency and layeredness instead of certainty.” HERTZBERGER, Herman (2000). Op. Cit. P.14.

⁷¹ Tradução do autor; “On the negative side, space and freedom are a threat. [...] To be open and free is to be exposed and vulnerable.” TUAN, Yi-Fu (1977). Op. Cit. P.54.

actividades. Esta segurança depende, no entanto, não só da identificação e apropriação de cada lugar individual, mas também da sua estruturação num todo compreensível, de modo que lhe seja possível, não só movimentar-se entre eles, mas também encontrar orientação e significado - enriquecedores da sua experiência - para lá da sua envolvente imediata.

2.5. Morada e lugar

Para que a exploração do conceito de lugar desenvolvida ao longo deste capítulo enriqueça verdadeiramente, como se pretende, a compreensão da Morada, será então necessário clarificar a relação entre eles. A chave para esta é o modo como ambos se apresentam como elementos fundamentais da relação entre o Homem e o mundo que o rodeia, ou seja, do Habitar. Sob este ponto de vista, poder-se-á definir a Morada como a faceta da envolvente física que acolhe esse Habitar, no sentido em que valida e apoia as acções do seu habitante ao apresentar, através da sua estrutura fixa, uma identidade própria que estabelece com ele uma correspondência. Esta definição será semelhante à do conceito de lugar, com a diferença de que este é, no entanto, simultaneamente mais contido e mais específico. Assim sendo, o lugar consiste numa região parcial e definida dessa envolvente física, marcada por um *carácter ambiental* específico. Na medida em que se resume a uma determinada porção da envolvente com a qual o Homem se relaciona, o lugar vai, igualmente, acolher apenas uma determinada vertente do seu Habitar, especificamente o conjunto de acções para as quais o seu habitante encontrar uma correspondência no significado que, através do processo de apropriação, lhe atribui.

Tomando, como exemplo, uma habitação, esta consistirá provavelmente num conjunto de zonas ou divisões com características específicas. O seu habitante irá então apropriar-se destas zonas, atribuindo-lhes um significado baseado não só na interpretação das suas características, como também na sua experiência, e portanto nas memórias e associações que cada uma desperta. A habitação pode, assim, ser lida como um conjunto de lugares, cada um acolhendo determinadas actividades de acordo com o significado que lhe é atribuído. Na medida em que todas estas actividades formam parte do acto de Habitar (sem corresponder, no entanto, à sua totalidade), todos estes lugares constituirão então parte da Morada, como aquilo que o acolhe.

Pode-se assim considerar que a Morada, como faceta da arquitectura, se manifesta num conjunto de lugares, e que a relação com o mundo por ela acolhida pode, portanto, ser decomposta numa variedade de interações estabelecidas entre o seu habitante e esses lugares. O processo de apropriação - através do qual o indivíduo institui parte da sua envolvente como um lugar - surge assim como o momento inicial dessa relação, na medida em que representa o reconhecimento de um carácter particular e seu desenvolvimento numa identidade através da sua interpretação e significação. É, então, com essa identidade - ou alteridade, sendo que, apesar de resultar de uma sua actividade mental, é externa ao indivíduo, uma vez que é atribuída e baseada num conjunto de características da envolvente - que se estabelece a correspondência que conduz ao acolhimento.

A introdução do conceito de lugar clarifica também o papel do arquitecto na criação da Morada. Norberg-Schulz propõe que "...a tarefa do arquitecto é criar espaços com significado, através dos quais ele ajuda o homem a Habitar."⁷² O método de criação deste conjunto de lugares, não é, no entanto imediatamente, reconhecível, uma vez que, como referido, estes resultam duma relação entre um espaço físico definido e o indivíduo. Hertzberger coloca, então, que "Quando dizemos que estamos a criar um lugar, queremos na realidade dizer a criar o espaço de tal maneira que as condições para o seu preenchimento lhe atribuem a qualidade de lugar."⁷³ O papel do arquitecto será, então, garantir que o espaço apresenta todas as características já identificadas como essenciais ao lugar, tornando assim possível o processo de apropriação.

2.6. A escolha como mecanismo de controlo

Retomando a analogia da habitação, há que ter em conta que o conjunto de lugares que a constitui não corresponde à totalidade da Morada do seu habitante. Sendo que o Habitar consiste, como foi já clarificado no início deste capítulo, em mais

⁷² Tradução do autor; "...the task of the architect is to create meaningful places, whereby he helps man to dwell." NORBERG-SCHULZ, Christian (1980). Op. Cit. P.5.

⁷³ Tradução do autor; "When we say we are making a place, we in fact mean making the space in such a way that the conditions for its infill endow it with the quality of place." HERTZBERGER, Herman (2000). Op. Cit. P.25. O autor acrescenta ainda que "O que tu como um arquitecto podes projectar são as condições que tornam o espaço próprio para ser lido como lugar; isto é, ao atribuir-lhe exactamente certas dimensões, ou seja, a articulação e *cobertura* que numa certa situação conduzem à sensação de correspondência e reconhecimento." ["What you as an architect can design are the conditions that make space fit to be read as place; that is, by supplying it just those dimensions or rather the articulation and *cover* that in a certain situation bring about the right sense of appropriateness and recognition."] P.24.

do que simples alojamento, esta vai, então, estender-se aos vários lugares associados às diversas actividades que este implica, sejam estes edifícios ou áreas exteriores, individuais ou colectivos. Esta variedade é, não só uma expressão da complexidade da relação entre o Homem e a sua envolvente, mas também uma característica essencial para a concretização satisfatória da Morada.

Christopher Alexander e Serge Chermayeff⁷⁴, em particular, defendem a necessidade de uma variedade de espaços distintos, de modo a acolher a amplitude do Habitar humano⁷⁵. Assim, partindo do princípio, já aqui colocado, que "...qualquer actividade deve estar contida numa zona física tangível, e que cada zona, através da sua claridade e integridade formais, deve induzir, reflectir e sustentar a actividade para a qual haja sido desenhada."⁷⁶, estes autores acrescentam que "Para restaurar uma autêntica variedade, deve permitir-se que cada tipo de experiência se possa desenrolar por si própria, em condições especiais, claramente definidas, e, inclusive, fisicamente separadas das outras experiências."⁷⁷ Salientam ainda a importância desta expressão física clara das diversas actividades humanas, ao referir que "Sem uma definição e uma organização claras, a experiência torna-se caótica ou, no melhor dos casos, incompleta e inevitavelmente aborrecida."⁷⁸ A quantidade e variedade dos lugares que compõem a Morada de um determinado indivíduo surgem então como factores enriquecedores da sua experiência, na medida em que lhe permitem escolher o local mais apropriado a cada uma das actividades desempenhadas - e, inclusive, ter em conta factores externos tais como outros ocupantes ou condições ambientais - atingindo assim uma correspondência mais satisfatória entre os seus objectivos e a envolvente.

Os autores clarificam a separação física que colocam como necessária ao referir que "A integridade de cada espaço, a preservação das suas características ambientais especiais e cuidadosamente especificadas dependem dos elementos físicos que aplicam separação, isolamento, acesso e passagem controlados de um

⁷⁴ ALEXANDER, Christopher, CHERMAYEFF, Serge (1963). *Comunidad y Privacidad: Hacia una nueva arquitectura humanista*, Trad. Rubén Massera. Buenos Aires, Nueva Visión, 1970.

⁷⁵ Norberg-Schulz defende também a importância desta variedade ao escrever "A experiência do dia-a-dia diz-nos que diferentes acções necessitam diferentes ambientes para se desenvolver de uma maneira satisfatória. ["Everyday experience tells us that different actions need different environments to take place in a satisfactory way."] NORBERG-SCHULZ, Christian (1980). Op. Cit. P.8.

⁷⁶ Tradução do autor; "... toda actividad debe estar contenida en una zona física tangible, y de que cada zona, a través de su claridad e integridad formales, debe inducir, reflejar y sustentar la actividad para la cual ha sido diseñada." ALEXANDER, Christopher, CHERMAYEFF, Serge (1963). Op. Cit. P.124.

⁷⁷ Tradução do autor; "Para restaurar una autentica variedad, debe permitirse que cada tipo de experiencia pueda desarrollarse por si misma, en condiciones especiales, claramente definidas, e inclusive fisicamente separadas de las otras experiencias." Ibidem. P.124.

⁷⁸ Tradução do autor; "Sin una definición y una organización claras, la experiencia se vuelve caótica o, en el mejor de los casos, incompleta e inevitablemente aburrida." Ibidem. P.124.

domínio ao outro.”⁷⁹ Tal separação não implica, então, necessariamente, uma eliminação completa do contacto entre os diferentes espaços, mas sim uma relação específica e controlada, mediada por elementos físicos, ou seja, por limites - já aqui reconhecidos como essenciais ao conceito de lugar. Salientam também a importância do momento de transição para a manutenção da integridade dos espaços entre os quais se realiza, função que João Paulo Martins, na sua tese de doutoramento *Os Espaços e As Práticas*⁸⁰, reconhece e clarifica, ao referir que “...a sequência típica dos ritos de passagem (preliminar/luminar/pós-luminar) adquire um sentido espaço-temporal, definindo um *aqui* e um *ali*, no espaço, separando um *antes* e um *depois* no tempo.”⁸¹ Tanto o limite como a transição contribuem, não só para essa manutenção da integridade dos diferentes lugares, mas também para a sua legibilidade, e, portanto, para a capacidade de orientação do indivíduo, que, ao lhe permitir identificar as suas diversas possibilidades e movimentar-se entre elas, é, por sua vez, crucial ao exercício do seu poder de escolha.

Ao *escolher* o lugar apropriado para uma determinada actividade, o sujeito exerce também uma medida de controlo, cuja manutenção é uma característica já reconhecida, no capítulo anterior, como essencial à Morada. Tendo em conta que cada lugar define igualmente, através do carácter do seu limite, uma certa relação com a envolvente – ou, em certos casos, coloca à disposição do seu ocupante uma variedade de possíveis relações - a escolha de um determinado lugar implica também a escolha de uma determinada relação com o *mundo exterior*, e, assim, um controlo sobre a interacção com este. O próprio processo de apropriação implica um certo grau de controlo, uma vez que é o habitante que, deparado com uma certa estrutura fixa polivalente – ou seja, permitindo várias interpretações – determina, não necessariamente de modo consciente, o significado que lhe é atribuído. Estes mecanismos de controlo não têm, no entanto, em conta, a potencial presença de outros ocupantes do mesmo espaço.

Apesar de os conceitos de Morada e lugar se apresentarem como relativos a um indivíduo em particular, na medida em que resultam do seu processo de

⁷⁹ Tradução do autor; “La integridad de cada espacio, la preservación de sus características ambientales especiales y cuidadosamente especificadas dependen de los elementos físicos que suministran separación, aislamiento, acceso y pasaje controlados de un dominio a otro.” Ibidem. P.229.

⁸⁰ MARTINS, João Paulo (2006). *Os Espaços e as Práticas*. Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2006. O autor aborda extensamente o tema da transição ao longo das P.193-201.

⁸¹ Ibidem. P.200. Alexander, Ishikawa e Silverstein exemplificam este papel da transição ao referir que “A experiência de entrar num edifício influencia a maneira como nos sentimos dentro do edifício. Se a transição for demasiado abrupta não há um sentimento de chegada, e o interior do edifício não consegue ser um santuário interno.” [“The experience of entering a building influences the way you feel inside the building. If the transition is too abrupt there is no feeling of arrival, and the inside of the buildings fails to be an inner sanctum.”]. ALEXANDER, Christopher, ISHIKAWA, Sara, SILVERSTEIN, Murray (1977). *A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction*. New York, Oxford University Press, 1977. P.549.

apropriação, estes assentam, no entanto, numa estrutura física que, como referido, inclui espaços tanto individuais como colectivos. Para que a Morada se estenda verdadeiramente para estes espaços, o controlo que ela permite terá, então, que se alargar, de modo a incluir o campo das interacções com os seus demais ocupantes. De facto, tendo em conta que a interacção com os outros está incluída na amplitude do Habitar, a Morada deverá, então, não só suportar essa interacção – preservando nas mãos do seu habitante um certo grau de controlo – mas também acolhê-la e incitá-la. Será nestas questões que consistirá o tema do capítulo seguinte.

MORADA E ESPAÇO COLECTIVO

3



← **Fig.5 – Praça do Comércio, Lisboa.**

A arcada é um dos arquétipos mais intimamente relacionados com o conceito de espaço intermédio. O acesso a este espaço é aberto a todos, mas, no entanto, quaisquer actividades associadas ao edifício adjacente se impõem como dominantes.

↓ **Fig.6 – Praça do Comércio, Lisboa.**

Este espaço público exterior apresenta relativamente poucas deixas físicas sugestivas do comportamento apropriado, conduzindo a uma certa noção de liberdade. O condicionamento exercido por estes componentes é, no entanto, substituído pelo resultante da presença de outros indivíduos.



3.1. Densidade e aglomeração

Não é por mera casualidade que os espaços mais frequentemente relacionados com o conceito de Morada são individuais. De facto, a presença de outros indivíduos, inerente ao espaço colectivo, é, de certo modo, oposta à segurança e estabilidade em que esta se baseia. Ao contrário da relação com a alteridade da Morada, caracterizada pela sua discrição e polivalência, o contacto com estes indivíduos, munidos dos seus próprios objectivos e comportamentos imprevisíveis, não ocorre necessariamente de acordo com os desejos do sujeito. Tal não implica que a interacção com os demais não seja algo de geralmente benéfico, mas simplesmente que esta acarreta o potencial para o contacto indesejado. Segundo Amos Rapoport, este "...conhecimento dos outros através dos sentidos sob a forma de interacção indesejada é a fonte principal do sentimento e sensação de excessiva ansiedade."⁸² Mais especificamente, esta potencial interacção indesejada provoca uma sensação de aglomeração – definida pelo autor como "a percepção negativa da densidade"⁸³ - que, por sua vez, conduz a um aumento do *stress* sentido pelo indivíduo⁸⁴.

Esta noção de aglomeração, na medida em que implica uma conotação negativa, representa, não uma constatação de que outros indivíduos se encontram perto (como será o caso da densidade), mas sim um juízo de que estes estão *demasiado* perto. Tal juízo pode resultar de uma densidade fisicamente excessiva – em caso de uma pequena área com um número desconfortavelmente grande de ocupantes, tais como um elevador cheio ou uma carruagem de metro – mas, frequentemente, depende igualmente de factores subjectivos, tais como as actividades que o sujeito pretende desempenhar, a sua disponibilidade para o contacto social e o seu estado de espírito.⁸⁵ O juízo de que o outro se encontra demasiado perto implica,

⁸² Tradução do autor; "El conocimiento de los otros a través de los sentidos bajo forma de interacción no deseada, es la fuente principal del sentimiento y la sensación de excesiva ansiedad." RAPOPORT, Amos (1977). *Aspectos Humanos de la Forma Urbana: Hacia una confrontación de las Ciencias Sociales con el diseño de la forma urbana*, Trad. Josep Muntañola Thornberg. Barcelona, Gustavo Gili, 1978. P.192.

⁸³ Tradução do autor; "...la percepción negativa de la densidad..." Ibidem. P.190.

⁸⁴ Edward Hall dedica parte do seu livro *The Hidden Dimension* ao estabelecimento da relação entre densidade populacional excessiva (aglomeração) e o aumento do *stress* nas populações, primeiro em diversos animais, e mais tarde no próprio ser humano. HALL, Edward T. (1966). Op. Cit. P.11-45.

⁸⁵ Yi-Fu Tuan refere, inclusive, que "Quando as pessoas trabalham juntas por uma causa comum, um homem não priva o outro de espaço; pelo contrário, ele aumenta-o para o seu colega ao dar-lhe apoio." ["When people work together for a common cause, one man does not deprive the other of space; rather he increases it for his colleague by giving him support."]. TUAN, Yi-Fu (1977). Op. Cit. P.64. Este fenómeno é claramente perceptível, por exemplo, no caso de uma sala de cinema ou de um estádio, situações em que uma grande densidade é apreendida como aceitável, ou até positiva, dada a grande unidade de objectivo e disposição dos seus membros.

portanto, muitas vezes, a ideia de que este se encontra demasiado perto *para algo*, ou seja, que o sujeito se sente condicionado pela sua presença.

A aglomeração, como condicionamento, representa então uma clara oposição à liberdade, apoiada no controlo, reconhecida já como essencial à Morada. Para que esta possa verdadeiramente acolher a interacção não será, portanto, suficiente que sancione o contacto social, mas terá, também, que permitir ao seu habitante um nível de controlo sobre este, de modo a evitar a interacção indesejada que provoca essa sensação de aglomeração.

3.2. Privacidade – o controlo na relação com o outro

A colocação do controlo nas mãos do habitante está relacionada com o conceito de privacidade, definido no primeiro capítulo como a regulação da interacção com o mundo exterior mediante a criação de uma barreira. No contexto do espaço colectivo, este mundo exterior representa os seus demais ocupantes e os estímulos por eles produzidos, correspondendo a regulação da interacção a uma possibilidade de evitar os contactos não desejáveis, sem impedir aqueles que o sejam. João Paulo Martins propõe algo de semelhante, ao colocar, fazendo referência ao pensamento dos autores Irwin Altman e Martin Chemers⁸⁶, que, segundo estes, “...a privacidade é um processo dinâmico de regulação da fronteira interpessoal (interpersonal boundary), através do qual os indivíduos ou os grupos regulam a sua interacção com os outros; é um processo de controlo selectivo do acesso que permite aos indivíduos ou aos grupos estarem mais acessíveis aos outros em algumas ocasiões e menos acessíveis em outros momentos.”⁸⁷

A noção de criação de uma fronteira interpessoal – que pode ser interpretada como uma ocorrência da barreira indicada na definição anteriormente proposta de privacidade – convida a uma relação com o conceito de espaço pessoal. Donald Sanders identifica, como suas propriedades, que “...fronteiras invisíveis são criadas em relação a cada indivíduo; as fronteiras definem um conjunto de zonas concêntricas de comportamento aceitável [...]; é criado *stress* se as zonas forem violadas sem aviso ou convite; as zonas e seus controlos de fronteira regulam o fluxo de informação em

⁸⁶ ALTMAN, Irwin, CHEMERS, Martin (1980). *Culture and Environment*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989. P.75-77, 81-84.

⁸⁷ MARTINS, João Paulo (2006).Op. Cit. P.87.

relação com a privacidade.”⁸⁸ Edward Hall define, de modo semelhante, certas distâncias – especificamente as distâncias íntima (até 40cm), pessoal (45 a 125cm), social (120 a 360cm) e pública (mais de 360cm), cada uma delas subdividida em próxima e distante - que considera significativas para o comportamento aceitável.⁸⁹ Este espaço pessoal, definido assim por uma série de fronteiras inferidas sugerindo certas normas de comportamento, constitui, então, parte de uma “...série de mecanismos comportamentais (behavioral mechanisms) que lhes permitem [aos indivíduos] criar o nível desejado de abertura (openness) ou de encerramento (closedness) aos outros.”⁹⁰

Estes *mecanismos comportamentais* representam as ferramentas através das quais o indivíduo controla a sua relação com os demais, ou seja, através dos quais exerce a sua privacidade. Entre estes, João Paulo Martins, fazendo ainda referência à obra de Altman e Chemers, distingue: “...comportamentos verbais (conteúdo da mensagem, tom de voz, escolha de palavras, etc.) não-verbais (contacto visual, posicionamento e orientação do corpo, etc.) e ambientais (manipulação dos espaços e dos objectos da envolvente física)...”⁹¹ Apesar de não serem directamente exercidos por ela, a envolvente física pode ter algum impacto nestes comportamentos, particularmente nos não-verbais e ambientais. Os comportamentos não-verbais, na medida em que correspondem, em grande parte, a acções com implicações espaciais, dependem da configuração da envolvente para assegurar a sua eficiência. Assim, evitar o contacto visual pode tornar-se difícil num espaço extremamente encerrado, do mesmo modo que a expressão através do posicionamento ou orientação é comprometida pela ausência de uma direcionalidade ou centralidade que tornem tais comportamentos significativos. Os comportamentos ambientais implicam uma participação ainda maior da envolvente, sendo que dependem da possibilidade de a influenciar. Pressupõem, assim, uma sua polivalência, que permita, tanto a sua alteração física, como uma sua interpretação que acolha a utilização pretendida pelo seu habitante. Através desta, a envolvente pode então permitir aquilo a que Altman e

⁸⁸ Tradução do autor; “...invisible boundaries are created in relation to each individual; the boundaries define a set of concentric zones of accepted behavior [...]; stress is created if the zones are violated without warning or invitation; the zones and their boundary controls regulate information flow in relation to privacy.” O autor estabelece também uma relação entre estas zonas de espaço pessoal e a envolvente construída ao referir que “...a dimensão de cada zona altera-se à medida que o cenário do comportamento se altera; o grau de influência de cada zona pode ser mitigado pela organização e colocação de objectos semi-fixos...” [“...the size of each zone changes as the behavior setting changes; the degree of influence of each zone can be mitigated by the organization and placement of semi-fixed objects...”]. SANDERS, Donald (1990). “Behavioral conventions and archaeology: Methods for the analysis of ancient architecture”. In KENT, Susan (ed.) (1990). *Domestic Architecture and the Use of Space: An interdisciplinary cross-cultural study*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993. P.49.

⁸⁹ HALL, Edward T. (1966). Op. Cit. P.133-148. Particularmente P.137-146. O autor salienta, no entanto, que estas distâncias variam não só conforme a ocasião, mas também conforme a cultura do indivíduo.

⁹⁰ MARTINS, João Paulo (2006). Op. Cit. P.87.

⁹¹ *Ibidem*. P.87.

Chemers chamam de *personalização*⁹², e que João Paulo Martins clarifica ao referir que “O meio ambiente personalizado é como uma extensão dos indivíduos; através dele podem regular as relações com os seus semelhantes, decidindo qual a informação sobre si próprios que passa para além da envolvente, decidindo quando e a quem se revelam e em que situações se ocultam.”⁹³ Esta expressão de individualidade através da envolvente construída encontra-se, no entanto, algo limitada no caso dos espaços colectivos, uma vez que, quanto mais utilizadores o espaço procurar acolher, mais difícil será que este exprima a identidade e intenções de um deles sem condicionar os demais.

Todos estes comportamentos, mesmo que baseados em certas condições físicas, estão, no entanto, dependentes do indivíduo - sendo ele que os escolhe exercer - e colocam, portanto, sobre ele, toda a responsabilidade de manutenção da sua privacidade. Rapoport afirma que “Se a privacidade é a habilidade de controlar a interacção indesejada, também aqui participa o meio como informação, já que devem existir expressões ou barreiras físicas e sociais desta privacidade.”⁹⁴ Esta expressão dos mecanismos de privacidade através da própria envolvente é essencial, na medida em que, para que o indivíduo esteja verdadeiramente livre da interacção indesejada, algo que foi já definido como um objectivo crucial da Morada, a própria envolvente terá que participar na preservação da sua privacidade, aliviando o esforço que esta implica.

3.3. A envolvente como condicionante do comportamento

De modo a reduzir, no âmbito do espaço colectivo, o esforço imposto sobre o indivíduo pela manutenção - através dos referidos mecanismos comportamentais - das barreiras do seu espaço pessoal, a envolvente construída terá, de algum modo, que as substituir no seu papel de controlo do comportamento apropriado. Isto implica, então, que para contribuir na manutenção da privacidade do seu habitante, a Morada, ou os distintos lugares através dos quais ela se manifesta, terão que propor, eles próprios,

⁹² “Entre as múltiplas funções da territorialidade, destaca-se a de estabelecer, exprimir e manter a identidade pessoal. Isso consegue-se através do processo que Altman e Chemers designam por personalização do meio ambiente. Quando transformam o ambiente físico (pela decoração, pela colocação de adereços...), os indivíduos ou os grupos imprimem-lhe uma marca pessoal, informam os outros acerca dos limites do seu território, mostram os laços que os unem aos outros e, ao mesmo tempo, aquilo que os distingue deles”. Ibidem. P.92.

⁹³ Ibidem. P.92.

⁹⁴ Tradução do autor; “Si la privacidad es la habilidad de controlar la interacción indeseada también aquí participa el medio como información, ya que deben existir expresiones o barreras físicas y sociales de esta privacidad.” RAPOPORT, Amos (1977). Op. Cit. P.191.

determinadas normas de comportamento, que estabeleçam uma correspondência com as intenções deste.

Tuan comenta, neste sentido, que "...o ambiente construído clarifica os papéis e relações sociais. As pessoas sabem melhor quem são e como se devem comportar quando a arena é de desenho humano em lugar do palco cru da natureza."⁹⁵ Sugere assim que a envolvente transmite, de certo modo, informação aos seus ocupantes, ajudando-os a compreender o comportamento correcto em determinada situação. Amos Rapoport apoia esta afirmação ao referir que "A situação, as regras e o comportamento corrente e apropriado são comunicados por deixas no cenário." Acrescenta ainda que "Isto sugere que actividades e cenários estão ligados através do significado, por outras palavras, que o mecanismo principal que liga uma actividade e um cenário é o significado."⁹⁶ O autor propõe, assim, que, para que as deixas presentes na envolvente afectem as actividades desenvolvidas, é necessário que estas sejam interpretadas, ou seja, que lhes seja atribuído um certo significado⁹⁷. Sendo-lhe este implícito, estabelece-se assim uma relação com o conceito de lugar.

A interpretação que conduz à criação de um determinado lugar tem, no entanto, uma certa individualidade, na medida em que é influenciada pelas memórias e associações de quem a realiza, enquanto que, de modo a contribuir adequadamente para o desenvolvimento da interacção entre múltiplos indivíduos, a interpretação das deixas da envolvente que a informam deve ser universal a todos eles. Assim, resulta que, de modo a exercer efectivamente uma influência sobre a interacção humana, a estrutura física do lugar terá que assegurar uma interpretação o mais universal possível das deixas que proporciona, transcendendo assim a especificidade das relações que desenvolve com cada ocupante.

Rapoport refere que "Para que tudo isto aconteça [para que o cenário influencie as actividades] devem existir regularidades e padrões; quaisquer variantes individuais devem ocorrer dentro de uma ordem."⁹⁸ Para que as deixas oferecidas sejam o mais universais possível, a sua interpretação deve, então, basear-se em convenções

⁹⁵ Tradução do autor; "Another influence [of architectural space] is this: the built environment clarifies social roles and relations. People know better who they are and how they ought to behave when the arena is humanly designed rather than nature's raw stage." TUAN, Yi-Fu (1977). Op. Cit. P.102.

⁹⁶ Tradução do autor; "The situation, the rules, and the ongoing and appropriate behavior are communicated by cues in the setting. This suggests that activities and settings are linked through meaning, in other words that the principal mechanism that links an activity and a setting is meaning." RAPOPORT, Amos (1990). "Systems of activities and systems of settings". In KENT, Susan (ed.) (1990). Op. Cit. P.12.

⁹⁷ João Paulo Martins apresenta uma interpretação semelhante ao escrever que "A envolvente física e espacial de qualquer acção social, os objectos materiais que são implicados nessas actividades, são portadores de significado, são o capital simbólico de qualquer interacção. Eles dão suporte às práticas recorrentes, ao mesmo tempo que servem de matriz para a geração de novas práticas e novos significados." MARTINS, João Paulo (2006). Op. Cit. P.34.

⁹⁸ Tradução do autor; "For all this to happen there must be regularities and patterns; any individual variations must occur within an order." RAPOPORT, Amos (1990). Op. Cit. P.13.

sociais e culturais aceites, mediante as quais determinadas características da envolvente construída (interior/exterior, individual/colectivo, organização espacial, etc.) implicam um certo conjunto de normas comportamentais. Tais convenções poderão então ser comuns à sociedade em geral, ou específicas a um determinado grupo (uma família, uma faixa etária, os moradores de um condomínio, etc.) ou situação (uma ocasião formal ou informal, um ambiente profissional, um espaço religioso, etc.).

A relação entre a compreensão de uma determinada deixa e a adopção do comportamento adequado não é, no entanto, imediata. Qualquer um poderá identificar, no seu dia-a-dia, determinadas situações em que algum indivíduo não segue as convenções associadas a um determinado espaço. Isto significa, portanto, que a envolvente construída, apesar de influenciar o comportamento humano, não lhe é determinante⁹⁹. Rapoport coloca, assim sendo, que os lugares “...são capazes de facilitar ou inibir, até ao ponto de actuar como catalisadores ou desencadear comportamentos latentes, sem poder nunca, não obstante, gerar ou determinar actividades.”¹⁰⁰

Estas deixas comportamentais – características físicas do ambiente às quais é atribuído um certo significado com impacto na percepção do comportamento apropriado – aliviam assim o esforço necessário à manutenção da privacidade por parte dos indivíduos, ao substituir, no estabelecimento desse comportamento apropriado, os seus mecanismos comportamentais. Tal implica, não só a dissuasão de certos tipos de contacto, mas também uma aceitação de outros como apropriados. Assim, através destas deixas, a envolvente estabelece uma correspondência com - e, portanto, um acolhimento de - certas interacções.

3.4. Tipos de contacto

O modo mais básico como a envolvente condiciona a interacção social num determinado espaço será ao apresentar condições que a incitem ou desencorajem (ou, em casos extremos, até impossibilitem). Edward Hall, cuja obra foi já mencionada,

⁹⁹ Rapoport refere as três teorias mais comuns relativamente à relação do meio com a actividade nele desenvolvida, nomeadamente a determinista, pressupondo uma relação directa entre eles, a possibilista, defendendo que o meio coloca possibilidades e limitações a partir das quais o indivíduo escolhe a actividade pretendida, e, por fim, a probabilista, que propõe que o meio, não só possibilita certas actividades, como as pode tornar mais ou menos prováveis. RAPOPORT, Amos (1977). Op. Cit. P.16.

¹⁰⁰ Tradução do autor; “Dichos asentamientos – o lugares – son capaces de facilitar o de inibir, hasta el punto de actuar como catalisadores o como desencadenantes de comportamientos latentes, sin poder nunca, no obstante, generar o determinar actividades.” Ibidem. P.17.

classifica os espaços que demonstram estas características como sociópetos e sociófugos¹⁰¹, respectivamente. Um espaço sociópeto será, portanto, um espaço que, sem poder nunca forçar a sua ocorrência, é estimulante ao contacto entre indivíduos. Pode-se assim considerar que este é um espaço que *acolhe* a interacção, uma vez que se estabelece uma correspondência entre o seu significado e caracterização, e as intenções daqueles que a procuram. No entanto, tal como recorda Hall, mesmo reconhecendo a interacção como uma experiência genericamente positiva para o bem-estar dos seus participantes, "...o espaço sociópeto não é necessariamente bom, tal como o espaço sociófugo não é universalmente mau."¹⁰² Por um lado, nem todas as ocasiões são compatíveis com o contacto social, seja pela sua intimidade, por estarem associadas a actividades que beneficiam de solidão, ou simplesmente dada a personalidade e estado de espírito dos indivíduos. Assim sendo, como prossegue o autor, "O que é desejável é a congruência entre o plano e a função, garantindo uma variedade de espaços que se prestem ou não aos contactos referidos conforme as ocasiões e os humores dos indivíduos."¹⁰³ Assim, como foi já referido no capítulo anterior, a variedade dos espaços, e consequentemente a possibilidade de escolha entre eles, permite, não só uma certa medida de controlo, mas também uma correspondência mais exacta entre os desejos do indivíduo e a sua envolvente. Tal aplica-se, portanto, também no campo da interacção com os outros.

A variedade do contacto social, bem como do impacto que a envolvente tem nele, não se resume, no entanto, à sua ocorrência ou ausência. Este apresenta também diferentes graus de intensidade. Neste sentido, o espaço sociópeto implica, não só um incentivo à existência de contacto, mas também a uma sua maior intensidade, o que pode, em determinadas ocasiões, ser indesejável. Em geral, um contacto mais intenso representa uma experiência mais significativa e satisfatória para os seus participantes. No entanto, este pressupõe uma familiaridade que poderá não existir entre certos indivíduos, tornando-se nesse caso desconfortável. Um espaço excessivamente sociópeto pode então ser, inclusive, prejudicial para a interacção entre indivíduos que não mantenham tal familiaridade, na medida em que, confrontados com a intensidade do potencial contacto, estes terão tendência para o evitar completamente. Por sua vez, um espaço mais sociófugo acolhe um contacto mais casual e informal, tornando-o, assim, mais provável. O inverso é igualmente aplicável, na medida em que indivíduos que procurem um contacto mais intenso se

¹⁰¹ HALL, Edward T. (1966). Op. Cit. P.126-131. Particularmente P.127. Hall atribui a origem dos conceitos à obra do autor Humphry Osmond.

¹⁰² Ibidem. P.129

¹⁰³ Ibidem. P.129

sentiram desconfortáveis neste segundo espaço, mas encontraram um acolhimento no anterior.

Não é, portanto, suficiente, que a variedade dos lugares que o Homem habita acolha, alternativamente, a manutenção de contactos de grande intensidade e a completa ausência de qualquer tipo de interacção. Jan Gehl¹⁰⁴, em particular, salienta a importância dos contactos mais informais, e, portanto, do seu acolhimento e incitação por parte da envolvente, não só pelo seu próprio valor, mas também como pontos de partida para outras interacções. O autor refere assim que, na ausência destas condições “As variadas formas de transição entre estar só e estar acompanhado terão desaparecido. As fronteiras entre o isolamento e o contacto tornam-se mais nítidas: as pessoas estão sozinhas ou então estão com outras a um nível relativamente exigente e rigoroso.”¹⁰⁵

Para além da sua intensidade, o carácter do contacto, tanto efectivo como desejado, varia também de acordo com diversos factores, tais como a identidade dos participantes (idade, sexo, cultura, personalidade, etc.), o tipo de relações que mantêm entre si, a sua homogeneidade e as actividades que pretendam desenvolver, entre outros. Diferentes tipos de interacção encontrarão, então, correspondência em espaços distintos, por apresentarem, não só as características físicas e significado adequados ao seu acolhimento, mas também as deixas que indicam o seu desenvolvimento como apropriado. Estas deixas contribuem, então, para o desenvolvimento dessa interacção, não só estabelecendo normas de comportamento que a tornam possível, ao criar uma sintonia entre as acções dos diferentes participantes, mas também associando determinados locais a interacções específicas, permitindo que a variedade anteriormente referida se traduza verdadeiramente numa escolha informada.

¹⁰⁴ GEHL, Jan (1971). *La Humanización del Espacio Público: La vida social entre los edificios*, Trad. Maria Teresa Valcarce, 5ª ed. Barcelona, Editorial Reverté, 2006. O autor escreve que “Estar com pessoas, vê-las e ouvi-las, e receber estímulos delas constituem experiências positivas, alternativas a estar sozinhos. Não estamos necessariamente com uma pessoa determinada, mas, no entanto, estamos com outros.” [“Estar con otras personas, verlas y oírlas, y recibir estímulos de ellos constituyen experiencias positivas, alternativas a estar solos. No estamos necesariamente con una persona determinada, pero, no obstante, estamos con otros.”]. P.25.

¹⁰⁵ Tradução do autor; “...el extremo inferior de la escala de contactos también desaparece. Las variadas formas de transición entre estar solo y estar acompañado han desaparecido. Las fronteras entre el aislamiento y el contacto se vuelven mas nítidas: las personas están solas o bien con otras a un nivel relativamente exigente y riguroso.” Ibidem. P.25.

3.5. A segurança da Morada

A enorme variedade de graus e tipos de interacção cria um grande potencial para o surgimento de discrepâncias nos objectivos dos seus participantes. Através das regras que estabelece e da informação que disponibiliza, a envolvente construída contribui para uma redução dessa discrepância, colocando os indivíduos, dentro do possível, em contacto com outros que partilham as mesmas intenções. Esta não consegue, no entanto, eliminar completamente o potencial para o contacto indesejado que é inerente a qualquer espaço colectivo, seja pela excessiva e impraticável especificidade que estes teriam de apresentar, de modo a sugerir uma total compatibilidade entre sujeitos, seja pela simples possibilidade de alguns indivíduos não seguirem o comportamento proposto.

Para que o indivíduo se encontre verdadeiramente livre do esforço de manutenção da sua própria privacidade, este requer a existência de barreiras físicas que substituam as fronteiras de espaço pessoal mantidas por ele. Tal implica, no entanto, um espaço individual, que, mesmo mantendo um contacto com o exterior – controlado pelo seu habitante – limita inevitavelmente o potencial de interacção. Sendo que o conceito de privacidade, como *regulação* do contacto, representa, não somente uma eliminação do contacto indesejado, mas também uma *escolha* do contacto a estabelecer, este espaço individual, com o seu potencial de limitar a interacção, pode-lhe ser tão condicionante como o espaço colectivo, com o seu potencial de a forçar. Assim sendo, para que a Morada, na sua totalidade, possa permitir um autêntico controlo ao seu habitante, deve tornar possível que este escolha entre estes diferentes espaços conforme as suas intenções.

A existência de um espaço individual – e a possibilidade de regressar a ele a qualquer momento – torna-se então uma condição estimulante da interacção social, na medida em que a torna verdadeiramente voluntária. Rapoport refere algo de semelhante, ao escrever que “A habilidade de evitar a interacção voluntariamente pode ajudar a vida colectiva, já que se a pessoa pode eleger o como e o quando da interacção, interagirá com muito mais intensidade.”¹⁰⁶ Hertzberger acrescenta que “Para que o contacto se estabeleça espontaneamente uma certa informalidade, certa

¹⁰⁶ Tradução do autor; “La habilidad de evitar la interacción voluntariamente puede ayudar la vida colectiva, ya que si la persona puede elegir el cómo y el cuando de la interacción, interaccionará con mucha más intensidad.” RAPOPORT, Amos (1977). Op. Cit. P.193.

ausência de compromisso, é indispensável. É a certeza de que podemos quebrar o contacto e retirar-nos logo que desejarmos que nos encoraja a prosseguir.”¹⁰⁷ Coloca assim a existência de um espaço de retiro como essencial a essa informalidade, de modo que, o espaço individual fornece ao seu habitante, neste sentido, a segurança de que necessita para interagir com os outros e com o mundo exterior em geral. Apresenta-se assim como um ponto crucial de partida e retiro, sendo que, como refere este autor, “Não pode existir aventura sem uma base à qual regressar...”¹⁰⁸

Por outro lado, a possibilidade de aceder livremente ao espaço público permite que o afastamento controlado deste, assegurado pelo espaço individual, se leia verdadeiramente como um recolhimento intencional, em lugar de um isolamento ou solidão.

3.6. Espaços intermédios

Foi já referida, anteriormente, a necessidade de uma variedade de espaços distintos que possam acolher a amplitude de diferentes tipos e intensidades de interacção, permitindo aos seus habitantes algum poder de escolha. O espaço colectivo e o espaço individual relacionam-se com esta ideia de variedade ao permitir uma escolha baseada, especificamente, na disponibilidade para o estabelecimento de contacto. O espaço individual representa assim, de maneira geral, um afastamento controlado desse contacto, enquanto o colectivo – e, particularmente, o público¹⁰⁹ – representa uma abertura a este.

O preenchimento das opções deixadas entre estes dois pólos, contribuindo assim, através da variedade acrescida, para o nível de controlo atribuído ao habitante, pode ser realizado de duas maneiras. Por um lado, ambas situações podem, quando adequadamente realizadas, minimizar as suas limitações, o espaço privado assegurando um contacto com o exterior, através dos mecanismos de controlo referidos no primeiro capítulo, e o público ou colectivo minimizando o esforço necessário à preservação da privacidade, através das suas deixas comportamentais.

¹⁰⁷ Tradução do autor; “For contact to be established spontaneously a certain casualness, non-committalness, is indispensable. It is the certainty that you can break off contact and withdraw as soon as you like that encourages you to carry on” HERTZBERGER, Herman (1991). Op. Cit. P.178

¹⁰⁸ Tradução do autor; “There can be no adventure without a home-base to return to...” Ibidem. P.28.

¹⁰⁹ O espaço colectivo, como espaço utilizado e acessível a mais de uma pessoa, é contrário ao espaço individual. É, no entanto, o espaço público, como espaço disponível a todos, que se apresenta mais claramente como seu oposto.

Tal poderá atribuir-lhes uma certa polivalência, permitindo-lhes corresponder mais exactamente à disponibilidade do seu habitante.

Complementarmente a esta polivalência, podem ser criados outros espaços, distintos dos anteriores, que correspondam a uma determinada abertura intermédia à interacção. Alexander e Chermayeff reconhecem, assim, que o espaço urbano "...deve estar equipado com domínios espaciais para todos os graus de privacidade e para todos os graus de vida comunitária, desde os mais intimamente privados até aos mais intensamente comunitários."¹¹⁰

Para providenciarem uma situação intercalar entre o controlo absoluto do espaço individual e a igualdade estabelecida pelo espaço público, estes *espaços intermédios* devem criar uma relação *assimétrica* entre os participantes das interacções que permitem, colocando um maior grau de controlo nas mãos daqueles que definem como seus habitantes. Hanson e Hillier definem a simetria, em termos espaciais, afirmando que "...*a* e *b* serão simétricos se *a* está para *b* como *b* está para *a* com respeito a *c*, significando que nem *a* nem *b* controlam a permeabilidade para o outro."¹¹¹ colocando como sua consequência que "...quando mais descrições forem simétricas [...] mais tendência haverá então para a integração de categorias sociais (tais como habitante e estranho), enquanto, inversamente, quando mais assimétricas forem mais tendência haverá para a segregação de categorias sociais..."¹¹² Um espaço definindo uma relação assimétrica permitirá então, àqueles que identifica como seus habitantes, um maior potencial para estabelecer contacto do que aquele cedido aos restantes ocupantes, ao permitir-lhes controlar, através da envolvente física, a sua permeabilidade aos estímulos produzidos pelos demais. A identificação deste habitante poderá resultar de diversos factores, tais como a posse (no caso, por exemplo, de um quintal), a proximidade ao seu espaço individual (o espaço público imediatamente adjacente ao acesso de uma habitação) ou a correspondência entre a estrutura do espaço e a utilização realizada (pessoas sentadas numa zona de permanência por oposição a pessoas em movimento).

¹¹⁰ Tradução do autor; "Esta anatomía urbana debe estar provista de dominios espaciales para todos los grados de privacidad y para todos los grados de vida comunitaria, desde los más íntimamente privados hasta los más intensamente comunales." ALEXANDER, Christopher, CHERMAYEFF, Serge (1963). Op. Cit. P.34. Os autores definem, inclusive, certas escalas associadas a níveis de abertura específicos, nomeadamente as escalas urbano-público, urbano-semipúblico, grupal-público, grupal-privado, familiar-privado e individual-privado. P.128-129.

¹¹¹ Tradução do autor; "...*a* and *b* will be symmetric if *a* is to *b* as *b* is to *a* with respect to *c*, meaning that neither *a* nor *b* control permeability to each other..." HANSON, Julienne, HILLIER, Bill (1984). Op. Cit. P.148.

¹¹² Tradução do autor; "...the more descriptions are symmetric [...] then the more there will be a tendency to the integration of social categories (such as the categories of inhabitant and stranger), while conversely the more they are asymmetric then the more there will be a tendency to the segregation of social categories..." Ibidem. P.97.

Outro modo como os espaços intermédios podem criar um grau específico de controlo é ao permitir a acessibilidade somente a um certo grupo de indivíduos (uma família, os moradores de um determinado edifício, etc.). A redução do número de potenciais participantes, bem como, dependendo das condições de acesso colocadas, a potencial estipulação de uma certa relação entre eles, torna assim a interação mais *segura* - reduzindo a necessidade de um esforço de manutenção da privacidade - e portanto mais convidativa.

João Paulo Martins sugere que "...as designações *espaço intermédio* e *espaço intermediário* sublinham tanto a posição (entre duas outras entidades) como o potencial mediador ou mediceneiro (a capacidade de estabelecer comunicações entre outras entidades)."¹¹³ Coloca, assim, que este espaço - quando posicionado e articulado de tal modo que apresenta um ponto intermédio entre duas situações, tanto fisicamente como a nível da sua abertura - "...potencia o movimento e a passagem, mas não os impõe: é tanto uma ligação como uma separação."¹¹⁴ Reconhece, então, que este espaço intermédio, para além de contribuir para a variedade disponível ao indivíduo, e, assim, para o seu poder de escolha, desempenha, dependendo da sua localização e articulação com os demais, uma função adicional como *espaço de transição*. Esta função apresenta então duas facetas, identificadas pelo autor. Por um lado representa uma separação, contribuindo para a manutenção da integridade dos espaços que separa – algo já anteriormente referido como característico da transição. Por outro lado, age também como um convite ao movimento.

Esta faceta é clarificada por Jan Gehl ao referir que "...os limites flexíveis – em forma de zonas de transição que não sejam nem totalmente privadas nem totalmente públicas – poderão actuar frequentemente como elementos de conexão, tornando assim mais fácil, tanto física como psicologicamente, que os residentes e as actividades vão e venham entre os espaços públicos e privados, entre o interior e o exterior."¹¹⁵ Coloca assim que estes espaços, como o nome indica, permitem suavizar a transição entre os espaços com que se relacionam, seja possibilitando ao visitante penetrar lentamente e de modo anunciado no espaço de outro indivíduo, minimizando o *stress* causado pela sua intrusão, ou convidando o indivíduo a abandonar gradualmente a segurança do seu domínio individual, mantendo sempre o grau de abertura ao contacto desejado à medida que se aproxima do espaço público.

¹¹³ MARTINS, João Paulo (2006). Op. Cit. P.201.

¹¹⁴ Ibidem. P.201.

¹¹⁵ Tradução do autor; "... los limites flexibles – en forma de zonas de transición que no sean ni totalmente privadas ni totalmente públicas – podrán actuar a menudo como elementos de conexión, haciendo así mas fácil, tanto física como psicológicamente, que los residentes y las actividades vayan e vengan entre los espacios públicos y los privados, entre el interior y el exterior." GEHL, Jan (1971). Op. Cit. P.125.

PROPOSTA DE UMA RESIDÊNCIA ASSISTIDA

4



← **Fig.7 – Estado actual do antigo claustro do Convento de Santo António dos Capuchos, Lisboa.**

Apesar de serem ainda reconhecíveis certos elementos da matriz original do convento, grande parte do edificado encontra-se actualmente fortemente alterada e descaracterizada.

↓ **Fig.8 – Limite Este da Cerca do Hospital de Santo António dos Capuchos, Lisboa.**

A topografia em que se insere a Cerca do Convento dos Capuchos confere-lhe uma relação complexa com o seu exterior. À interioridade do espaço delimitado juntam-se constantemente as vistas distantes da envolvente.



4.1. Localização e enquadramento

4.1.1. A Colina de Santana

Como foi referido inicialmente, as questões até aqui tratadas pretendem fornecer um enquadramento teórico ao projecto de uma Residência Assistida para Cidadãos Idosos, localizada na Colina de Santana. Antes, no entanto, de abordar as problemáticas mais específicas levantadas por esta proposta, será necessário clarificar o enquadramento físico, histórico e social em que esta se insere.

Localizada entre a Avenida da Liberdade, a Oeste, e a Avenida Almirante Reis, a Este, a Colina de Santana apresenta-se, apesar da sua centralidade dentro da cidade de Lisboa, relativamente impermeável aos fluxos de movimento que a rodeiam, dado não só à sua malha orgânica densa e consolidada, que contrasta fortemente com a clareza das grandes vias que a rodeiam, como também à relativa ausência de funções comerciais ou de serviços com impacto significativo à escala da cidade. Esta separação verifica-se particularmente ao longo dos seus limites Sul, Este e Oeste, onde é agravada pela natureza acidentada da topografia. Grande parte da actividade desta zona é assim justificada pela presença de um número de hospitais (fig.9) - nomeadamente o Hospital Miguel Bombarda, o Hospital de Santa Marta, o Hospital de Santo António dos Capuchos, o Hospital de São José e o Hospital do Desterro - que representam, não só importantes factores atractivos, como também pontos de referência cruciais à orientação (cuja importância foi já salientada no capítulo 2.4) numa malha, de resto, consideravelmente complexa e indiferenciada.

A desactivação destes hospitais (ainda em curso aquando da escrita deste texto, verificando-se estes, com excepção dos Hospitais do Desterro e Miguel Bombarda, actualmente em funcionamento) e transferência dos seus serviços para o Hospital de Todos os Santos, em Chelas, levanta assim a importante questão da requalificação das áreas e do património edificado que estes ocupam presentemente, particularmente tendo em conta o valor histórico e arquitectónico de grande parte desse património.



† Fig.9 – Os hospitais da Colina de Santana.

(1) Hospital Miguel Bombarda; (2) Hospital de Santa Marta; (3) Hospital de Santo António dos Capuchos; (4) Hospital do Desterro; (5) Hospital de São José

4.1.2. O Hospital de Santo António dos Capuchos

A Residência proposta insere-se, então, num projecto de requalificação da área correspondente ao actual Hospital de Santo António dos Capuchos. Localizada junto ao Campo Mártires da Pátria – que poderá ser considerado como o centro da Colina - esta área de intervenção goza assim de uma centralidade que lhe confere, em adição à responsabilidade como ponto de referência e centro de atracção já referida, o potencial para uma visibilidade e influência no quotidiano dos habitantes desta área, e, assim sendo, para uma mais fácil integração na imagem mental que estes mantêm dela. A sua situação convida assim a que esta área mantenha, tanto a nível do seu programa, como de sua imagem, um equilíbrio entre a integração na envolvente e a marcação de uma presença própria como seu momento excepcional, ou, por outras palavras, a que estabeleça uma identidade própria enquanto lugar, contribuindo simultaneamente para o carácter ambiental do lugar mais amplo da Colina de Santana.

O equilíbrio entre a integração na malha urbana envolvente e a separação desta é, de resto, inerente à situação actual do próprio conjunto construído. Tendo sido inicialmente estabelecido no séc. XVI como Convento de Santo António dos Capuchos, a delimitação dos seus terrenos foi progressivamente incorporada pela malha urbana em avanço, resultando, no presente, na sua expressão mediante um número de edifícios e logradouros que interrompem, exceptuando em certos pontos específicos, a relação directa com as vias e espaços públicos envolventes. A *cerca* assim criada em torno do Hospital equivale, portanto, a um limite consideravelmente forte, conferindo-lhe não só uma grande interioridade, como também uma intencionalidade notável nas relações pontuais que estabelece com a envolvente. Esta relação com o exterior é tornada mais rica pela própria topografia da área de intervenção, marcada por fortes declives em direcção aos seus limites Sul e Oeste, de tal modo que, à interioridade conferida pela *cerca*, se contrapõem as vistas distantes da envolvente - particularmente da Colina de São Roque e do Vale da Baixa (fig.10). A força e complexidade, tanto dos seus limites, como das relações por eles estabelecidas com os espaços circundantes, tornam-se assim pontos cruciais para a definição do carácter desta área enquanto lugar.



↑ Fig.10 – Relação entre o Hospital e a cidade.

Por ordem de leitura: (1) Vista do hospital de Santo António dos Capuchos e envolvente; (2) Vista a partir do limite Poente da área de intervenção; (3) Vista ao longo do limite Norte da cerca.

Quanto ao património edificado existente (fig.11), este encontra-se, apesar de relativamente bem conservado a nível funcional, maioritariamente descaracterizado, devendo-se isto, em parte, à destruição de uma grande porção da construção original durante o terramoto de 1755, bem como às sérias remodelações efectuadas ao longo de sua utilização como hospital, em resposta às pesadas exigências técnicas e espaciais deste programa. As constantes ampliações necessárias ao seu adequado funcionamento conduziram igualmente à construção e ampliação de um número de anexos sem grande valor arquitectónico, que, tendo em conta a grande densidade por eles criada, danificam não só a qualidade dos espaços exteriores, como também a relação destes e dos demais edifícios com a envolvente.

4.1.3. A proposta de requalificação

Considerando as questões levantadas pelo estado actual do edificado, propõe-se então a demolição das novas construções criadas a Sul do antigo edifício do Convento, não só pela sua relativa ausência de valor arquitectónico e histórico, mas também de maneira a possibilitar um melhor aproveitamento das potencialidades inerentes à topografia do terreno. De modo a libertar, tanto as fachadas dos edifícios preservados, como os próprios espaços exteriores, a nova massa edificada proposta implanta-se a uma cota consideravelmente inferior, tirando partido dos declives existentes para realizar o seu desenvolvimento em altura sem interromper as vistas, insolação ou ventilação destes.

Conceptual e volumetricamente, esta massa aproxima-se assim do conceito de embasamento, na medida em que representa uma geometrização do terreno envolvente destinada a acolher, ou, neste caso, a preservar, a implantação dos edifícios e espaços pré-existentes. Mais do que a ideia de criação de um ponto de apoio livre dos constrangimentos impostos pela envolvente, procura-se neste arquétipo o seu potencial de mediação entre o terreno *natural* ajardinado - que, recuperado e expandido, compõe parte considerável da área de implantação - e a malha do edificado. Em lugar de separar o natural do construído, este *embasamento* pretende, então, interligá-los, ao criar entre eles um estado intermédio, não só conduzindo a uma maior variedade de espaços - ao sobrepor características de ambos - mas também oferecendo momentos de transição, com suas conotações, já anteriormente referidas, tanto de convite e acolhimento ao movimento, como de



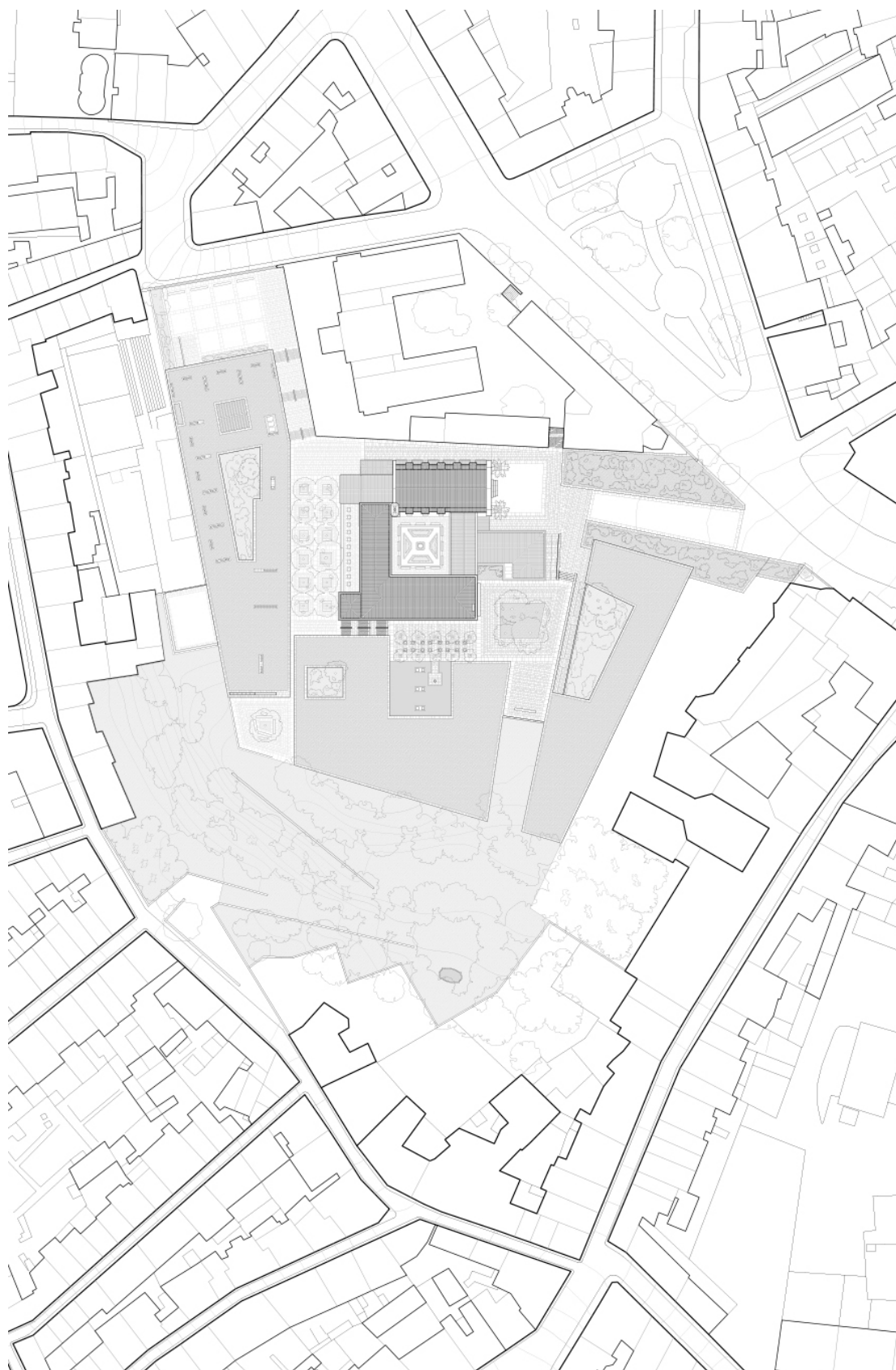
↑ Fig.11 – Situação actual do edificado do Hospital.

Por ordem de leitura: (1) Alçado Sul do antigo edifício do Convento; (2) Ampliações ao anexo administrativo do edifício do Convento; (3) Anexos de pequenas dimensões dispostos ao longo do limite Poente do terreno; (4) Exterior da igreja e sacristia; (5) Interior da igreja; (6) Edifícios localizados ao longo do limite Norte da cerca.

preservação da integridade própria de cada espaço. Esta integração do construído com o natural expressa-se através da penetração na massa construída por parte de um número de elementos vegetais, particularmente as coberturas verdes, pátios ajardinados, destinados à ventilação e iluminação dos espaços interiores, e linhas de árvores que sombreiam os espaços públicos exteriores. Procura-se, assim, recuperar algo do *carácter ambiental* inerente à antiga cerca do Convento, com sua sinergia entre construção, natureza selvagem e a natureza humanizada de seus jardins, campos de cultivo e pomares.

Quanto à geometria adoptada pelo novo edificado, esta baseia-se fortemente, tanto nas pré-existências que se mantêm – como é o caso da relação estabelecida entre o edifício da Residência Assistida e o grande muro de suporte que define o limite Oeste da área de intervenção – como nas matrizes definidas por aquelas que são removidas. A adopção destas directrizes, estabelecidas ao longo da evolução tanto da malha urbana, como do próprio conjunto, pretende, assim, a manutenção do sistema de relações desenvolvido entre ambos, através da mútua influência exercida durante a sua consolidação. A configuração do edificado proposto, apesar de consideravelmente distinta da existente, representa assim, no entanto, uma sua evolução e alteração - por oposição a um seu total abandono – procurando, desta forma, um equilíbrio entre o estabelecimento de uma coerência interna e a integração na envolvente.

Tomando como ponto de partida a presença de um *cheio*, sob a forma da massa construída referida, a criação dos espaços públicos exteriores implica, conceptualmente, uma remoção de matéria que remete para uma arquitectura de linguagem estereotómica. Mais do que pela sua expressividade plástica, este tipo de arquitectura torna-se aqui pertinente pelo modo como traduz o esforço inerente ao processo de abertura destes *vazios* numa expressão de intencionalidade - seja este o esforço conceptual de *escavar* a matéria existente, seja o esforço mais real de hierarquização e caracterização dos espaços, de modo a conferir a alguns destes tal leitura. Tal como foi explorado nos capítulos anteriores, esta intencionalidade contribui para o estabelecimento da alteridade destes espaços perante seus utentes, permitindo a estes identificar uma correspondência às suas intenções, e, assim sendo, um acolhimento. Por outras palavras, sendo o *cheio* representado pelo edificado colocado, através da sua expressão formal, como estado natural do espaço, o *vazio* associado aos espaços exteriores ganha um significado de excepção, ou seja, de algo criado com determinado propósito, e, portanto, destinado a ser utilizado - por oposição a um mero resultado da implantação de edifícios.



† Fig.12 – Planta da proposta de requalificação do Hospital.

Estes espaços exteriores organizam-se, então, em duas cotas distintas, representando diferentes relações, tanto com o edificado, como com a envolvente. Os espaços definidos na cota superior, nivelados com o piso de entrada do edifício do Convento, relacionam-se particularmente com este, rodeando-o e mediando o seu contacto com o exterior. Estes espaços surgem assim delimitados entre este edifício e o ligeiro desnível criado pelas coberturas do novo edificado que, juntamente com a sua vegetação, orientam as amplas vistas disponíveis para lá da envolvente imediata, procurando assim preservar e potenciar o contraste entre a disponibilidade de panoramas distantes e a interioridade derivada da ausência de contacto mais próximo e imediato com o mundo exterior, já sugerido como essencial na caracterização do conjunto.

Os espaços exteriores abertos na cota inferior, por sua vez, estabelecem o acesso aos novos edifícios criados e ao jardim, bem como as relações desenvolvidas entre estes e a semicave do Convento. A sua maior profundidade confere a estes espaços um carácter mais encerrado, resultando não só num ambiente mais íntimo e sociópeto, como também numa maior força e intencionalidade das relações mais específicas estabelecidas com a envolvente, tanto por parte dos próprios espaços exteriores, como dos edifícios a que dão acesso.

Apesar da sua expressão como um todo, o edificado proposto divide-se, tanto a nível do programa, como volumétrica e estruturalmente, em três edifícios distintos, correspondendo estes a uma Clínica de Saúde, um Centro de Fitness e a Residência Assistida para Cidadãos Idosos já mencionada. O programa do conjunto inclui ainda o edifício do Convento, reconvertido em Centro Cultural e incorporando uma vertente de Centro de Dia que complementa o programa da Residência. Estes diferentes programas procuram uma certa unificação através de um conceito de afastamento da cidade envolvente, em favor da busca de um bem-estar, não unicamente físico, mas também mental. Para além das já referidas questões levantadas pela sua localização (necessidade de coerência do programa, e de equilíbrio entre a sua excepcionalidade e a integração no quotidiano da Colina), o conceito de programa escolhido procura igualmente adequar-se tanto ao próprio Tema inerente ao conjunto - com sua conotação de distanciamento do quotidiano urbano e relação com a natureza, inevitavelmente associada a uma ideia de vida saudável – como ao significado histórico que lhe é conferido por seu passado como Convento, Asilo da Mendicidade (entre 1836 e 1928) e, finalmente, Hospital.

4.2. A Morada e o idoso

Tratando então do caso específico da Residência Assistida para Cidadãos Idosos, que representa o foco central do trabalho de projecto desenvolvido, haverá, antes de mais, que considerar as particularidades da relação estabelecida entre o seu público-alvo e os conceitos até aqui explorados.

As maiores alterações na relação com o espaço derivadas da idade avançada estão, no caso de grande parte dos indivíduos, associadas à redução da mobilidade, e, com ela, da quantidade e variedade de espaços que lhes estão disponíveis. O seu poder de escolha, tão importante ao controlo de sua relação, não só com a envolvente, mas também com seus restantes habitantes, encontra-se, assim, fortemente limitado, dificultando a correspondência entre o espaço ocupado e as suas intenções, e obrigando a um maior ênfase dos *mecanismos comportamentais* na protecção de sua privacidade, não só exigindo, assim, um maior esforço de sua parte, mas também tornando potenciais interações menos prováveis.

As consequências negativas da redução de mobilidade destes indivíduos podem, no entanto, ser, até certo ponto, minimizadas, ao assegurar, por um lado, a disponibilidade de uma variedade adequada de espaços dentro do seu potencial campo de movimento, e, por outro, a polivalência desses espaços, aumentando assim as suas probabilidades de adequação aos desejos de seus habitantes.

Sem penetrar no campo mais específico das doenças mentais, certas condicionantes psicológicas, tais como a tendência para a desorientação ou perda de memória, podem igualmente condicionar a amplitude de espaço disponível ao indivíduo idoso ao prejudicar a sua capacidade de orientação para lá dos espaços com os quais se encontra mais próxima e intimamente ligado, tornando assim o movimento fora destes desconfortável ou até potencialmente perigoso. Também estas condicionantes podem, no entanto, ser minimizadas, através da criação de ambientes com uma hierarquização e legibilidade claras, e implicando assim um menor esforço associado à orientação.

Apesar da evolução constante dos meios de comunicação contrariar consideravelmente esta relação, a redução do mundo físico destes indivíduos aparece associada também a uma redução do seu mundo social. O eventual afastamento do mercado de trabalho, a potencial segregação e a maior taxa de mortalidade associada a esta faixa etária contribuem também para um risco considerável de isolamento, ou, no mínimo, para uma redução dos contactos sociais disponíveis. Assim sendo, o potencial para o estabelecimento e manutenção de relações sociais consiste, inevitavelmente, num dos objectivos da habitação dedicada especificamente a cidadãos idosos, algo que se irá reflectir, como será abordado, não só a nível do programa, com a inclusão de uma variedade de espaços comuns e de socialização, como também de toda a sua organização e configuração.

Outra característica do cidadão idoso será a tendência para uma maior valorização do passado, e portanto, das memórias associadas a certas posses pessoais. O autor Yi-Fu Tuan, a propósito de sua análise da relação entre a idade e a percepção do espaço, sugere que “Para fortalecer o nosso sentido de identidade própria o passado tem que ser resgatado e tornado acessível.”¹¹⁶, relembando assim que a imagem que o indivíduo mantém de seu *Eu* assenta, não somente nas suas acções presentes, mas também na memória de suas acções passadas. O autor justifica, assim sendo, a maior valorização das posses pessoais por parte dos cidadãos idosos ao referir que estes “...estão demasiado fatigados para definir a sua noção de identidade própria através de projectos e acções; o seu mundo social encolhe e com ele a possibilidade de proclamar boas acções; e podem estar demasiado frágeis para visitar lugares que detenham para eles memórias preciosas. Posses pessoais [...] mantêm-se como confortos acessíveis, o sabor do passado pairando sobre elas.”¹¹⁷ Por outras palavras, ao ver o seu potencial para a acção no presente progressivamente limitado pelas suas condicionantes físicas, mentais e sociais, o indivíduo idoso terá maior tendência para construir a sua noção de identidade em redor das memórias de acções passadas, memórias estas que são reforçadas e tornadas tangíveis pelos objectos – e pela própria arquitectura e lugares – a elas associados.

¹¹⁶ Tradução do autor; “To strengthen our sense of self the past needs to be rescued and made accessible.” TUAN, Yi-Fu (1977). Op. Cit. P.187.

¹¹⁷ Tradução do autor; “Personal possessions are perhaps more important for old people. They are too weary to define their sense of self by projects and actions; their social world shrinks and with it the opportunities to proclaim fair deeds; and they may be too fragile to visit places that hold for them fond memories. Personal possessions [...] remain as accessible comforts, the flavor of times past hovering about them.” Ibidem. P.187-188.

O valor destas posses torna-se ainda mais pertinente no caso dos indivíduos que alteram, voluntariamente ou não, o seu lugar de residência, visto estes perderem as intensas ligações com o passado depositadas nos lugares que habitavam. É, assim, crucial que o seu novo local de residência acolha o mais facilmente possível estes objectos, contribuindo para o seu potencial de rememoração.

“Este é certamente o significado de lar – um lugar onde cada dia é multiplicado por todos os dias que o antecedem.”

Freya Stark, *Perseus in the Wind*¹¹⁸

4.3. Programa

Tendo em conta a volumetria que lhe é sugerida pelo projecto do conjunto, a Residência Assistida proposta mantém uma escala relativamente pequena - apresentando uma capacidade para 26 residentes, alojados em habitações individuais - convidando assim, não só ao estabelecimento de um ambiente mais íntimo, e, portanto, de uma maior noção de comunidade, mas também a uma maior simplicidade e clareza de sua organização, contribuindo para uma maior legibilidade.

O favorecimento das tipologias individuais - por oposição às tipologias duplas ou até triplas igualmente previstas no regulamento aplicável, e que permitiriam uma maior lotação - baseia-se, principalmente, no reconhecimento da importância da existência de um espaço privado individual onde o conceito de Morada, em sua forma mais clara, se possa reflectir - algo que foi já amplamente explorado ao longo deste texto. A utilização de tipologias de maior capacidade poderia também ser proposta como um meio de combate ao isolamento, assegurando a presença quase constante de outros indivíduos com os quais o habitante poderia interagir. Tais interacções teriam, no entanto, tendência a ser forçadas pelas circunstâncias, e, assim, facilmente interpretadas como pressão externa indesejável. Para além da integridade do âmbito mais íntimo da Morada, e, assim sendo, do potencial para o recolhimento por este oferecido, a opção pelo desenvolvimento de habitações individuais procura, portanto, assegurar o carácter benéfico das interacções sociais estabelecidas, através da preservação do seu controlo por parte dos habitantes.

¹¹⁸ Tradução do autor; “This surely is the meaning of home – a place where every day is multiplied by all the days before it.” STARK, Freya (1948). *Perseus in the Wind*. London, John Murray, 1948. P.55. Citado em: TUAN, Yi-Fu (1977). Op. Cit. P.141.

Quanto aos espaços comuns previstos, estes focam-se, maioritariamente, no âmbito do convívio relativamente informal – por oposição ao desenvolvimento de actividades mais específicas e variadas - não só devido à sua já reconhecida importância, tendo em conta o público-alvo, mas também de modo a tirar partido dos diferentes serviços oferecidos pelos restantes edifícios do conjunto, particularmente pela vertente de Centro de Dia associada ao Centro Cultural. Para além da economia de meios derivada da associação aos demais programas desenvolvidos, esta convida também a que os habitantes da Residência se desloquem entre os diversos edifícios, estimulando o seu contacto com o exterior, minimizando o perigo de seu isolamento, e enriquecendo, simultaneamente, a actividade de todo o conjunto.

O programa deste edifício é então completado pela inclusão de uma cantina, dimensionada e situada de modo a servir, não só os habitantes da Residência, mas potencialmente também os utentes do Centro de Dia; um pequeno espaço de orações, destinado igualmente a serviços religiosos ocasionais; e dos diversos serviços necessários ao funcionamento do conjunto – desenvolvendo-se assim de acordo com a tabela da fig.13.

4.4. Organização e espaços comuns

Para além de suas funções mais óbvias como edifício habitacional, esta Residência pretende, igualmente, estimular a integração social de seus habitantes mediante a criação de uma variedade - necessariamente condicionada pela sua escala contida - de espaços distintos, destinados ao acolhimento de uma amplitude de interacções sociais. De modo a incentivar ao exercício do importante poder de escolha assim oferecido ao habitante, torna-se então necessário que estes diferentes espaços estejam, não só fortemente caracterizados - clarificando, mediante as suas deixas ambientais, a natureza das relações sociais que propõem - mas também organizados com uma legibilidade que permita a sua clara identificação e a orientação na circulação entre eles. Tanto a caracterização destes espaços como a sua legibilidade beneficiam, então, do estabelecimento de uma sua hierarquia clara, partindo do domínio íntimo da habitação privada para um conjunto de espaços abertos a uma progressivamente maior variedade, frequência e, tendencialmente, informalidade, de contactos interpessoais, culminando nos espaços públicos do exterior.

			Área (m ²)	%
B	Residência Assistida para Cidadãos Idosos		2580	100
B1	Áreas Comuns / de Actividades		740	28
B1.1	Recepção / Sala Comum		185	-
B1.2	Sala de Jogos		187	-
B1.3	Cantina		180	-
B1.4	Espaços de Convívio		86	-
B1.5	Capela		102	-
B2	Serviços Administrativos		78	3
B2.1	Atendimento		12	-
B2.2	Gabinete de Direcção		13	-
B2.3	Gabinete Administrativo		13	-
B2.4	Sala de Reuniões		13	-
B2.5	Instalações Sanitárias de Pessoal Administrativo		5	-
B2.6	Sala de Pessoal Administrativo		15	-
B2.7	Arquivo		7	-
B3	Apoios		286	11
B3.1	Instalações Sanitárias		64	-
B3.2	Sala de Banho Assistido		7	-
B3.3	Gabinete de Enfermagem		14	-
B3.4	Arrumos do Gabinete de Enfermagem		3	-
B3.5	Copa		16	-
B3.6	Cozinha		51	-
B3.7	Despensa		3	-
B3.8	Despensa de Frios		3	-
B3.9	Depósito de Lixos da Cozinha		2	-
B3.10	Lavandaria		20	-
B3.11	Arrumos Gerais		18	-
B3.12	Arrumos da Sala de Jogos		7	-
B3.13	Arrumos da Sala Comum		8	-
B3.14	Arrumos Vários		20	-
B3.15	Sala Técnica		18	-
B3.16	Sala de Pessoal		15	-
B3.17	Vestiários		12	-
B3.18	Instalações Sanitárias de Pessoal		5	-
B3.19	Sala Mortuária		10	-
B4	Alojamento		988	40
B4.1	Habitacões Tipo A (Fachada Poente, Piso Superior)	x 8	304	-
B4.2	Habitacões Tipo B (Fachada Poente, Piso Inferior)	x 8	304	-
B4.3	Habitacões Tipo C (Fachada Norte, Piso Superior)	x 6	228	-
B4.4	Habitacões Tipo D (Fachada Norte, Piso Inferior)	x 4	152	-
B5	Circulações e Circulações Verticais		488	18

† Fig.13 – Programa da Residência Assistida para Cidadãos Idosos.

A maior parte do contacto directo entre este edifício e o espaço público realiza-se com a pequena praça localizada ao longo de sua fachada nascente, para a qual se orienta, igualmente, o Centro de Dia instaurado nos pisos inferiores do Centro Cultural, o que facilita assim que estes programas se complementem mutuamente. A transição entre eles é então suavizada e acolhida pelo próprio carácter deste espaço exterior, através, tanto da interioridade sugerida pela cobertura das árvores nele dispostas, como do convite ao prolongamento das interacções desenvolvidas no interior, materializado nos assentos informais sugeridos pelos canteiros destas.

Será então com esta praça que se relacionam os espaços mais públicos da Residência - destinados especificamente ao contacto com o exterior e ao acolhimento e interacção com os visitantes - nomeadamente a cantina e o espaço de entrada, que funciona igualmente como um espaço de actividades supervisionadas destinado aos habitantes mais dependentes de cuidado. Por sua vez, de modo a preservar, tanto a força e intencionalidade destas relações, assente no seu carácter excepcional, como a interioridade e privacidade dos espaços mais íntimos da Residência, o restante contacto ao longo desta fachada é interrompido pela disposição dos núcleos de apoio e administrativos.

Esta interacção com o exterior materializa-se, então, através de um espaço intermédio coberto que se estende ao longo do limite da praça e unifica, sob a forma de um grande gesto, as diferentes relações com ela estabelecidas. Destas, a mais imediata será a desenvolvida pela cantina, cujo limite envidraçado se destaca da linha definida pela restante fachada, de tal modo que parte do espaço intermédio referido é por ela englobada. O espaço resultante corresponde assim a uma secção mais informal da zona de refeições, em contacto simultâneo e equilibrado tanto com o exterior como com o seu núcleo interior, e oferecendo assim uma posição pouco comprometedor de contacto com este. A disponibilidade de um número de lugares relativamente afastados dos demais utentes confere assim à participação na vida social deste espaço, seja por parte de um visitante ou de um habitante, um carácter opcional, incentivando-a e evitando que se torne indesejável.

A desmaterialização da fachada mediante a utilização do vidro, e a consequente suavização do controlo exercido na relação com o exterior, são equilibrados pela forte correspondência estabelecida entre um espaço destinado à função específica da alimentação e os habitantes que pretendem tirar partido dessa função, preservando-se assim a assimetria característica das relações mediadas por espaços intermédios, e, através desta, a sua relativa privacidade. Também os pilares

inseridos ao longo do envidraçado procuram, para além de suas óbvias funções estruturais, contribuir para a organização do espaço, ao criar a estrutura fixa que define e acolhe o posicionamento das mesas e, através delas, de seus utilizadores.

Por sua vez, a relação do espaço de recepção e de actividades com a praça referida é consideravelmente mais contida, tirando partido da colocação do bloco de instalações sanitárias para criar uma maior espessura no seu ponto de contacto, que corresponde ao acesso principal do edifício. A espessura deste momento de entrada, juntamente com o espaço intermédio já mencionado, cria um percurso de transição bastante claro, contribuindo para uma noção de distanciamento do espaço público - essencial à criação de espaços de convívio de carácter mais íntimo - que se estende, não só a este primeiro espaço de entrada, mas também a todos aqueles aos quais permite o acesso.

Este espaço de recepção e actividades procura, no entanto, de maneira a evitar uma potencial sensação de isolamento, suavizar a interioridade que lhe é assim conferida, através da presença constante, se bem que distante, do espaço público. Esta presença clarifica assim o distanciamento estabelecido entre estes espaços, no qual está implícito, não só a separação, mas também o potencial para o movimento entre eles, de tal modo que o afastamento criado é oferecido como opcional ao seu habitante, e assim sendo, representativo, não de isolamento, mas sim de privacidade.

Por outro lado, de modo a evitar um potencial carácter excessivamente enclausurado e sociópeto, sem sacrificar a sua interioridade, este espaço vai então procurar um prolongamento desta até ao exterior, desmaterializando o seu limite ao longo da fachada Poente do edifício, e abrindo-se assim sobre um pequeno pátio aí criado. Acessível unicamente através do interior da Residência, e munido de limites claros que controlam fortemente a sua interacção com a envolvente, este espaço exterior mantém um grau de privacidade e interioridade muito semelhante ao do espaço de entrada com o qual se relaciona, minimizando consideravelmente a necessidade de controlo significativo na materialização desta relação, e conferindo-lhe assim uma intensidade que, fortalecida pela continuidade formal entre ambos, permite que estes se leiam como vertentes distintas de um todo, e convida ao movimento entre eles.

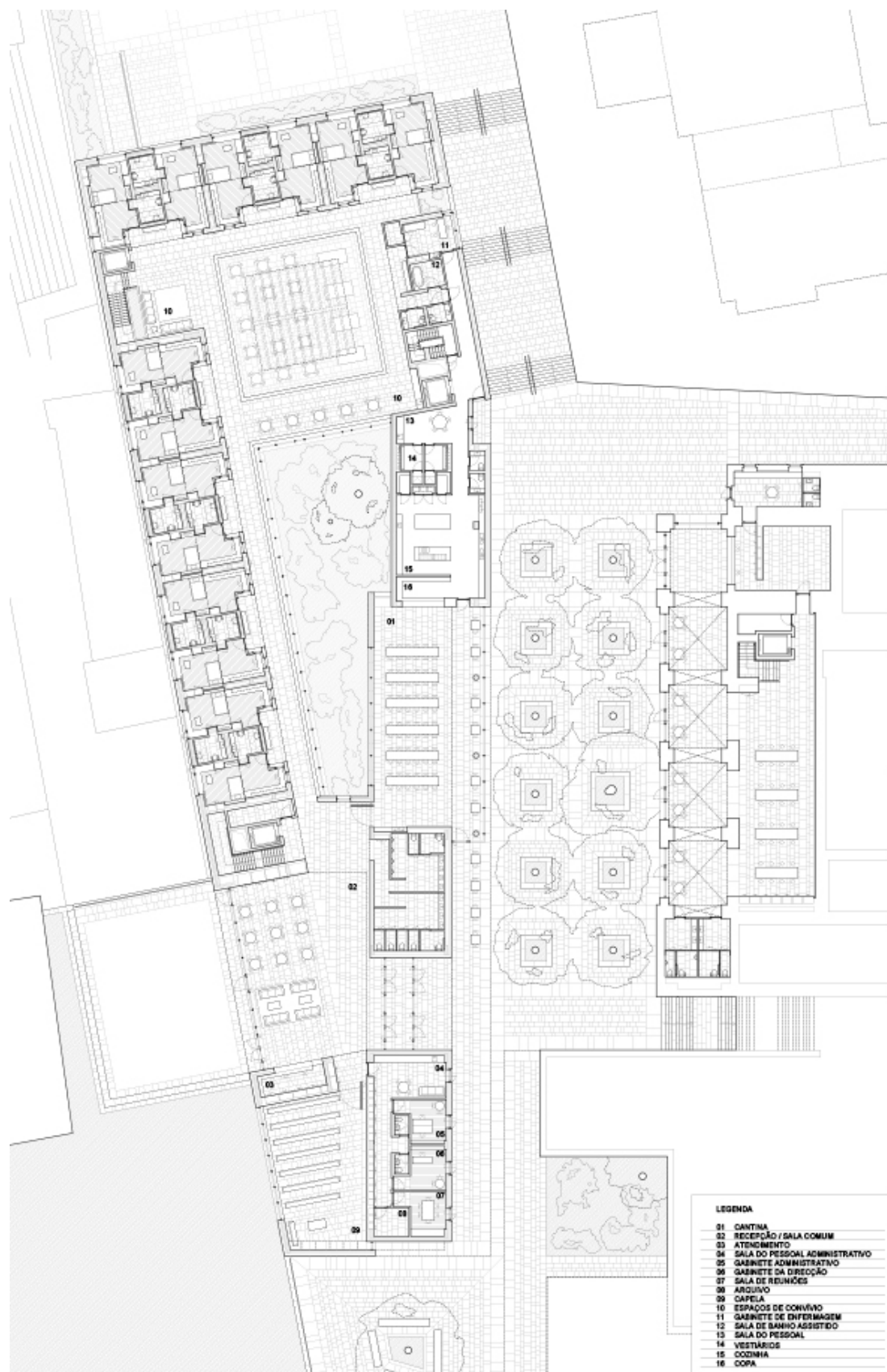
O acesso entre a cantina e o espaço de entrada e actividades, bem como entre estes espaços mais públicos e a zona mais íntima associada aos alojamentos, é mediado por um pequeno núcleo de distribuição. Para lá deste, a secção destinada aos alojamentos tira partido do desnível natural do terreno para aumentar a sua cércea

e, tendo em conta o pé-direito mais reduzido associado às áreas de habitação, desenvolver um segundo piso. Deste modo, torna-se possível um melhor aproveitamento das fachadas Norte e Poente, ao longo das quais se distribuem as habitações, tirando assim partido, tanto das vistas privilegiadas resultantes dos declives desenvolvidos nestas direcções, como também do afastamento do centro mais movimentado do conjunto, que lhes confere a possibilidade de uma relação mais aberta com o exterior.

A secção da residência ao longo da qual se dispõem as tipologias habitacionais apresenta-se, por oposição tanto a estas como aos espaços mais públicos até aqui descritos, mais intensamente fechada sobre si mesma, criando um carácter mais interiorizado que não só representa parte do processo de transição para o espaço íntimo das habitações individuais, mas também uma tentativa de valorização, por contraste, da relação estabelecida entre estas e o mundo exterior.

De modo a evitar, no entanto, que a sua forte noção de interioridade se torne excessiva, estes espaços vão procurar uma relação específica com o exterior, que se irá materializar sob a forma de um pátio interior ajardinado. Situado no centro do edifício e iluminado de modo zenital, este pátio vai então permitir a iluminação e ventilação dos espaços adjacentes, bem como o estabelecimento de um contacto com o passar do tempo que contribui para um maior dinamismo e variedade do ambiente de seus habitantes, preservando, no entanto, o seu grau de privacidade. Tal como na situação do espaço de entrada, a proximidade a um exterior, mesmo que extremamente controlado e domesticado, evita também que os espaços comuns circundantes se tornem demasiado sociópetos, e, assim sendo, hostis ao contacto informal que forma a base da noção de comunidade desejada.

Este pátio realiza ainda uma outra função como ponto de referência, ao estabelecer uma relação, não só com a zona das habitações, mas também, de modo mais contido, com os restantes espaços que o rodeiam. Apesar de não ser, tendo em conta a escala relativamente reduzida do edifício, estritamente necessário à orientação ao longo deste, a constante e marcante presença da vegetação contribui para uma melhor compreensão das relações estabelecidas entre os seus diferentes espaços, tornando mais convidativo e expressivo o movimento entre eles, e fortalecendo a legibilidade do todo.



↑ Fig.14 – Planta do piso superior da Residência.

A interioridade controlada, bem como a forma relativamente centrípeta resultante da disposição das habitações, convida a que, tanto estas como os espaços que lhes estão mais directamente associados, se organizem em torno de um centro que detenha, não só uma forte presença, mas também um programa expressivo das relações sociais que se procuram incentivar. Este espaço central é, então, caracterizado como uma sala de jogos e de convívio, tirando assim partido do carácter inerentemente sociópeto de sua localização.

Aproveitando o pé-direito duplo que lhe é permitido, este espaço procura assim criar uma sensação de liberdade - cuidadosamente equilibrada com sua natureza centralizada e encerrada - que convide ao movimento, ao estabelecimento de contactos e à participação nas diversas actividades em curso. Este pé-direito duplo, e consequente distinção dos espaços circundantes através, quer de desníveis, quer de variações na altura, confere a este espaço fortes limites virtuais, sem interromper, no entanto, nem a sua permeabilidade ao movimento, nem o contacto visual com a envolvente, e permitindo-lhe, portanto, permanecer tão convidativo quanto possível. A relativamente clara distinção entre este espaço de convívio e as áreas circundantes permite também que as zonas de circulação funcionem igualmente como espaços de transição, evitando que o contacto entre as habitações e a sala de convívio seja demasiado imediato, e conferindo uma qualidade gradual ao momento de entrada ou saída destas.

De modo a acolher e incentivar devidamente a interacção social dos habitantes, e apesar de uma relativa homogeneidade destes, torna-se, no entanto, indispensável, tal como foi estudado em capítulos anteriores, que este espaço de convívio consiga corresponder a diferentes tipos e intensidades de contacto. Parte desta resposta é conseguida através do próprio mobiliário proposto. Tanto a disposição das mesas como o seu distanciamento - 2,3m entre centros, colocando assim os ocupantes mais próximos de duas mesas dentro da margem da distância social, tal como definida pelos estudos proxémicos de Edward Hall - sugerem assim, imediatamente, dois tipos diferentes de relação, nomeadamente as relações mais intensas desenvolvidas em redor destas, e o contacto mais informal potencialmente estabelecido entre ocupantes de mesas distintas, facilmente interrompido ou controlado pelo comportamento dos participantes. A estas relações mais óbvias junta-se toda uma variedade de interacções com indivíduos em movimento, em grupos de diferentes dimensões, a distâncias variáveis e envolvidos em diferentes actividades, de tal modo que se assegura uma amplitude aceitável de potenciais interacções.

Esta amplitude é ainda expandida pela inclusão, em ambos os pisos, de espaços comuns mais pequenos, dispostos ao longo da periferia deste espaço central, e permitindo um contacto mais controlado com este, sendo que, neste sentido, ganham um carácter de espaços intermédios. A sua escala mais contida é contraposta pelo contacto com o exterior – representado pelo pátio referido – de tal forma que se apresentam, alternativamente, mais íntimos ou mais sociófugos conforme a interpretação realizada por seus habitantes, e do conseqüente comportamento por eles adoptado. Assim sendo, estes espaços propõem-se a acolher, entre outros, tanto pequenos grupos que desejem afastar-se das actividades da sala de convívio, de modo a estabelecer um contacto mais intenso entre si, como indivíduos que, reticentes quanto à participação nessas actividades, desejem estabelecer com elas uma relação mais reservada.

4.5. Tipologias habitacionais

Tendo em conta a importância até aqui colocada no incentivo do estabelecimento e manutenção de relações sociais, torna-se clara a necessidade de que a própria caracterização das habitações dê continuidade a esta preocupação, particularmente a nível de sua articulação com os espaços comuns interiores. Assim sendo, torna-se fundamental que a hierarquia de espaços até aqui proposta se relacione com estas tipologias do modo mais gradual possível, evitando uma potencial quebra que force o habitante a escolher entre estar dentro de seu espaço individual, ou completamente afastado deste.

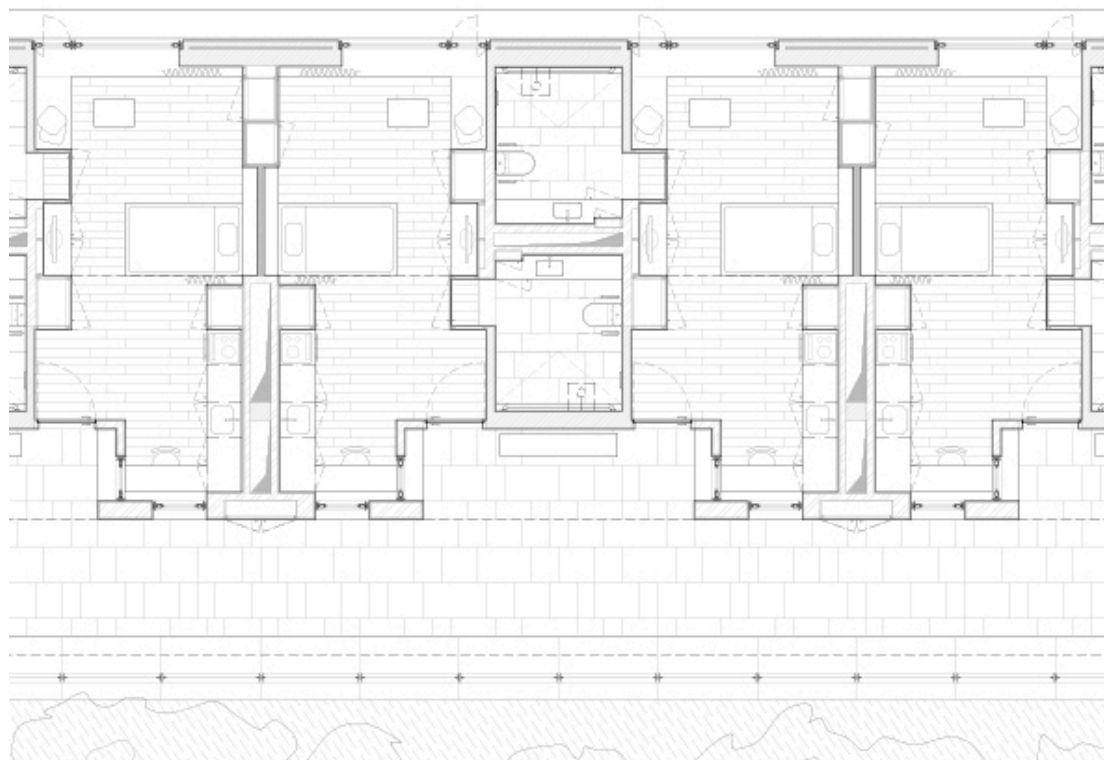
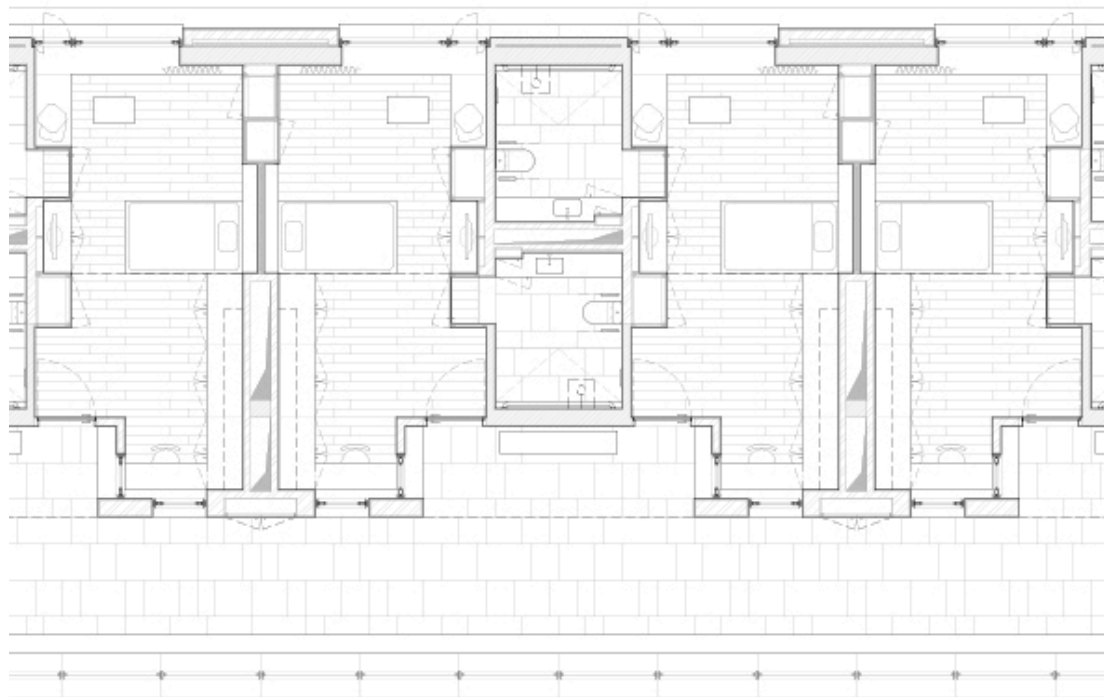
Este desejo de uma transição gradual entre o interior da habitação e as zonas comuns resulta na criação de um espaço intermédio, permitindo tanto exprimir e acolher a importante transição entre estes dois momentos, como também oferecer aos habitantes um potencial ponto de permanência, exterior ao seu domínio individual, mas imbuído de segurança pela sua proximidade, e podendo assim servir como uma base segura a partir da qual possam estabelecer - ou mostrarem-se abertos a que se estabeleçam - contactos com os demais indivíduos. Definido por um alargamento da zona de circulações junto à entrada de cada bloco de duas habitações, este espaço é ocupado unicamente por uma plataforma comprida, convidando, através da sua polivalência, à sua interpretação quer como um banco, quer como um apoio à

colocação de quaisquer objectos que possam exprimir a identidade de seu ocupante, e contribuir assim para a sua apropriação deste espaço.

De modo a que o espaço da habitação acarrete uma conotação positiva de privacidade, por oposição a uma sensação de isolamento forçado - preocupação esta particularmente pertinente no caso de indivíduos que se possam encontrar, temporariamente ou não, confinados a suas habitações devido a limitações motoras ou de saúde – torna-se também necessário que esta apresente o potencial para o estabelecimento de uma relação, controlada pelo habitante, com os espaços comunitários, de tal modo que o eventual afastamento destes seja resultante de uma opção por sua parte.

Ao contrário da comum organização de pequenas tipologias de edifícios de habitação colectiva - particularmente no caso de habitações temporárias - que tira partido da colocação das instalações sanitárias ao longo de suas fachadas interiores para criar uma espessura no momento de entrada, a disposição escolhida organiza estas instalações em blocos situados entre as habitações, de tal modo que ambas as fachadas se mantêm livres. A relação com os espaços interiores assim libertada é então efectuada por meio de dois vãos de dimensões relativamente contidas, orientados, respectivamente, para a zona de circulação e para o espaço intermédio de entrada, sendo que este acarreta a função adicional de permitir ao habitante, quando situado neste, a visão do interior de seu domínio privado, procurando assim conduzir a uma maior sensação de segurança.

A organização interior das habitações apresenta-se relativamente simples, partindo da forma rectangular básica imposta pela malha estrutural e sistema de repetição adoptados, e alterando-a levemente mediante a introdução de mobiliário fixo - caracterizado de modo a formar, conceptualmente, parte da massa que define os seus limites – e de alterações na altura e materialidade do tecto, de tal modo que o seu espaço único e contínuo possa ser interpretado, alternativamente, como uma sobreposição de diferentes zonas. Mantendo-se estas zonas geralmente desprovidas de associações a funções específicas – excepto quando estritamente necessário, como será o caso da colocação de equipamento de cozinha – a polivalência inerente à sua potencial identificação é complementada pela amplitude de suas possíveis funções, convidando assim o habitante, não só a escolher que partes de sua habitação reconhecer como destacadas do todo, mas também que funções associar a estas, e, portanto, à sua particular relação com o mundo exterior, corresponda este ao exterior do edifício ou a seus espaços comuns interiores.



↑ Fig.15 – Tipologias habitacionais A e B.

A identificação do mobiliário com a própria arquitectura, colocando ambos como parte da estrutura fixa que acolhe a interpretação por parte do habitante, pretende também clarificar, e assim valorizar, a sua personalização do espaço através da disposição de posses pessoais, cuja importância foi já mencionada, ao eliminar a necessidade de elementos intermédios a essa relação. As materialidades e cores relativamente neutras dos acabamentos escolhidos procuram, igualmente, valorizar o papel dos objectos acolhidos na caracterização do espaço, permitindo, tanto quanto possível, que as memórias inerentes a estes formem parte presente do quotidiano de seu habitante.

Quanto à relação com o espaço exterior, esta procura estabelecer alguma variedade ao realizar-se, de modo relativamente contido, através de um grande vão único que se situa assimetricamente ao longo da parede de fachada. Assim sendo, enquanto a dimensão do vão assegura a disponibilidade do contacto com o exterior a partir de todo o interior da habitação, a sua colocação assimétrica, bem como a resposta por parte da configuração desse interior, conduzem à criação de um pequeno recanto onde este se estabelece de modo mais directo e intenso. Cria-se assim um primeiro potencial para o controlo desta relação através do simples posicionamento dentro do espaço da habitação, sendo que este será então complementado pela disponibilização de cortinas translúcidas e de um sistema de sombreamento móvel exterior.

A caracterização deste recanto, e portanto do contacto por ele sugerido com o exterior, vai variar entre os casos das habitações situadas nas fachadas Norte e Poente, tendo em conta o modo como, ao longo desta segunda, o distanciamento e desnível quanto aos elementos da envolvente convidam a uma maior abertura na relação com esta. Esta relação exprime-se, assim, através da criação de um parapeito ao longo da face interior da fachada, parapeito este que se estende para o interior, convidando, através do seu dimensionamento e materialidade, não só à eventual colocação de determinados objectos, mas também a que o habitante se sente ou deite nele numa variedade de potenciais posições, associadas a diferentes interacções com o mundo exterior.

Já no caso da fachada Norte, mais próxima do espaço público que é, por sua vez, também mais intensamente habitado, a necessidade de um maior controlo a nível da relação interior/exterior motiva a colocação deste parapeito a uma altura superior, destacando-se da zona caracterizada como banco, e oferecendo assim ao utilizador desta uma relação que, apesar de menos polivalente, se apresenta mais assimétrica,

no sentido em que lhe permite desfrutar das vistas do mundo exterior, sem se expor, por sua vez, ao olhar de seus habitantes. No caso mais delicado das habitações localizadas no piso inferior desta fachada, a assimetria desta relação é assegurada não só pela preservação de um ligeiro desnível entre o interior do edifício e o espaço público, mas também pela presença de uma pequena área de vegetação que, não só assegura a manutenção de uma distância mínima por parte de seus utentes, como também contribui para a filtragem, tanto da relação visual, como do ruído.

Tal como as tipologias das fachadas Norte e Poente, também as tipologias do piso superior e inferior apresentam ligeiras diferenças entre si. Assim, as habitações localizadas no piso superior, tendo em conta a sua maior proximidade aos espaços de apoio e programas complementares, destinam-se a residentes que se encontrem mais dependentes de cuidado, enquanto que as localizadas no piso inferior, munidas de uma certa liberdade pelo maior afastamento destes serviços e pelo acesso directo ao exterior, se destinam a residentes mais independentes, permitindo-lhes um estilo de vida quase completamente desligado das restantes actividades da Residência, e propondo assim a participação nelas como inteiramente opcional.

O maior impacto desta distinção a nível da organização interior das tipologias consiste na inclusão de uma pequena área de preparação de refeições neste segundo caso, contribuindo assim para a independência de seus residentes. Por outro lado, a volumetria do mobiliário fixo das residências destinadas a indivíduos mais dependentes, e, portanto, tendencialmente mais susceptíveis a problemas de saúde ou de mobilidade que os confinem a suas camas, procura facilitar o estabelecimento de contactos, tanto com o exterior como com as áreas comuns interiores, de indivíduos colocados nesta situação, libertando assim mais claramente certas linhas de vista, e minimizando as distinções sugeridas entre as diferentes áreas da habitação.

4.6. Linguagem e construção

Foi já explorado, a propósito da caracterização dos espaços públicos exteriores presentes na proposta de requalificação do conjunto, o papel da adoção de uma linguagem estereotômica na relação estabelecida entre o espaço e o seu habitante. No entanto, ao procurar estender esta linguagem até aos espaços interiores da residência, torna-se difícil preservar a clareza da dualidade cheio/vazio, anteriormente tão facilmente associada às características de interior e exterior. De modo a acomodar a maior complexidade e ambiguidade destes espaços - mantendo, no entanto, uma continuidade básica com a linguagem do conjunto, e procurando preservar a noção de intencionalidade a ela inerente – o conceito de espaço *vazio* é complementado pelo conceito de espaço *positivo*.

Christopher Alexander define que “Espaços positivos são parcialmente encerrados, pelo menos no sentido em que as suas áreas parecem delimitadas [...], e a área *virtual* que parece existir é convexa.”¹¹⁹, colocando, por oposição, que “Espaços negativos são tão pobremente definidos que não é realmente possível identificar onde são os seus limites, e até onde é possível identificar, suas formas não são convexas.”¹²⁰ Tal como a ideia de *vazio*, o espaço positivo implica então uma separação da área envolvente, sendo esta, no entanto, criada através de uma forma legível e definida por limites claros, por oposição a uma diferenciação em sua caracterização.

Os espaços da Residência proposta procuram então exprimir a sua intencionalidade apoiando-se em elementos de ambos os conceitos. Assim sendo, existe uma definição de um número de espaços caracterizados como *cheios* - compostos pelas zonas de apoio e serviços, e pelas áreas mais intimamente privadas - sendo estes, no entanto, relativamente escassos para que os numerosos espaços *vazios* se definam unicamente por sua oposição. Torna-se assim necessário que estes

¹¹⁹ Tradução do autor; “Positive spaces are partly enclosed, at least to the extent that their areas seem bounded [...], and the *virtual* area which seems to exist is convex.” ALEXANDER, Christopher, ISHIKAWA, Sara, SILVERSTEIN, Murray (1977). Op. Cit. P.519.

¹²⁰ Tradução do autor; “Negative spaces are so poorly defined that you cannot really tell where their boundaries are, and to the extent that you can tell, the shapes are nonconvex.” Ibidem. P.519. O autor coloca ainda, em relação especificamente ao espaço exterior, que “O espaço exterior é negativo quando é desprovido de forma, o resíduo deixado para trás quando edifícios [...] são colocados na terra. Um espaço exterior é positivo quando tem uma forma distinta e definida, tão definida como a forma de uma sala, e quando a sua forma é tão importante quanto as formas dos edifícios que o rodeiam.” [“Outdoor space is negative when it is shapeless, the residue left behind when buildings [...] are placed on the land. An outdoor space is positive when it has a distinct and definite shape, as definite as the shape of a room, and when its shape is as important as the shapes of the buildings which surround it.”] Ibidem. P.518.

se destaquem igualmente entre si, mediante a sua geometria clara, e complementando os limites sugeridos pelo posicionamento dos *cheios* com alterações de materialidade ou de pé-direito. Propõe-se assim que cada espaço seja interpretado, alternadamente, como um interior - por oposição a todos os restantes, assim identificados como seu mundo exterior - e daí derive sua expressão de intencionalidade e, através dela, seu potencial de correspondência e acolhimento.

A geometria do desenho de todo o edifício, baseada no confronto entre duas malhas estruturais - sugeridas, quer pelo muro de suporte que define o alinhamento da sua fachada Poente, quer pelas direcções ortogonais impostas pelo antigo edifício do Convento – procura assim uma sua resolução que permita preservar, dentro do possível, a clareza formal dos espaços interiores, necessária à manutenção do seu carácter positivo. Esta necessidade de resolução estende-se até à própria estrutura do edifício, sendo que se opta, assim, pela sua organização maioritariamente ao longo de eixos longitudinais, remetendo o confronto entre as distintas direcções para as lajes que se estendem entre estas, e que resolvem, portanto, o seu contraventamento lateral. Apesar de sua resultante independência a nível do alinhamento de eixos, ambas as malhas estruturais partilham, no entanto, numa tentativa de preservar a coerência entre elas, um módulo básico de iguais dimensões - nomeadamente 3,3x3,3m, em resposta ao módulo de 6,6x6,6m que organiza o piso inferior do antigo edifício do convento.

Quanto às materialidades aplicadas, tanto a nível do edifício da Residência como de todo o conjunto, estas baseiam-se maioritariamente na lógica inerente ao edifício do Convento. Assim sendo, tal como neste, a principal matéria aplicada será a alvenaria rebocada, permitindo assim tirar partido de seu potencial para a abstracção das particularidades construtivas, e conseqüente valorização das relações de escala, forma e luz - potencializada pela substituição da cor actual pelo branco. A aplicação desta materialidade ao nível do novo edificado - por oposição a uma outra, mais expressiva do contraste na sua idade, ou de sua conotação como embasamento – procura, principalmente, não só conduzir a uma coerência de todo o conjunto, mas também, através dela, reforçar o carácter dos espaços públicos exteriores como definidos por contraste com uma massa edificada unificada, em lugar de uma sua potencial interpretação como interstícios criados entre os elementos pré-existentes e a nova construção. A imagem dos novos edifícios, bem como seu potencial para a articulação entre o mundo natural e o construído, assenta então na oscilação entre a sua interpretação como edificado, apoiada pela sua materialidade e carácter geométrico, e como parte do terreno, tendo em conta a sua expressão estereotómica e

a forte presença da vegetação, particularmente a nível das coberturas verdes aplicadas.

De modo a que a linguagem adoptada se torne mais expressiva e versátil, a prevalência da massa branca em alvenaria é interrompida pontualmente, tal como acontece no edifício do Convento - ou, pelo menos, naqueles seus elementos que mantêm algo de sua caracterização original – por expressões de certos elementos construtivos. Se a nível deste edifício tais elementos correspondem a cantarias, cunhais e arcos em pedra, à estrutura leve dos pavimentos em madeira e à forte presença dos telhados em telha cerâmica, no edifício da Residência estes serão maioritariamente representados por expressões da sua estrutura em betão armado.

Esta presença do betão armado ganha particular significado ao longo da fachada Poente, onde exprime a sua diferenciação do muro de suporte pré-existente, bem como a nível das habitações, onde materializa os seus pontos de contacto com o mundo exterior - tanto com a envolvente como com os espaços comuns interiores - contribuindo, através do contraste com a materialidade de seus limites mais contínuos, para uma noção da espessura destes, e, assim, para uma maior interioridade do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproximando-se o final desta dissertação, e tendo sido explorados, tanto os conceitos propostos, como o seu impacto no projecto desenvolvido, será pertinente recuperar a questão inicial que lançou toda esta linha de investigação: de que modo será possível, perante o programa de um edifício de habitação colectiva, promover, simultaneamente, tanto a privacidade de seus habitantes, como o potencial para a sua participação e integração numa comunidade, de tal modo que ambas estas facetas essenciais do Habitar humano mantenham sua integridade e se complementem mutuamente?

O conceito de Morada, desde logo proposto como um ponto de partida para esta investigação, demonstra-se extremamente útil na compreensão do papel desempenhado pela envolvente na actividade de seus habitantes. É, no entanto, exactamente essa proximidade ao carácter essencial da Arquitectura, e, portanto, tanto a amplitude de suas possíveis interpretações, como a sua prevalência em quase todos os âmbitos desta, que dificulta a identificação de momentos específicos de impacto deste conceito no processo de projecto.

Mais, então, do que o reconhecimento e compreensão da importância da Morada para o bem-estar do seu habitante - apesar de estas questões se revelarem essenciais a todo o raciocínio desenvolvido - a evolução do projecto reflecte a identificação das características específicas necessárias para que esta se concretize, bem como de seus papéis particulares na qualificação da envolvente. Em lugar de um seu objectivo, o conceito de Morada representa assim um fio condutor da pesquisa realizada, relacionando e justificando um número de questões pertinentes para a resolução, tanto da questão colocada, como do próprio projecto que a inspira.

Dos temas assim abordados, aquele que mais claramente contribui para a definição de uma solução para esta problemática será o próprio conceito de privacidade. De facto, a compreensão desta como um controlo, exercido pelo indivíduo, sobre a sua relação com o *mundo exterior* – tanto a nível da sua envolvente como daqueles que a habitam – por oposição a um simples afastamento deste, contribui para a definição de uma relação entre privacidade e contacto social que não os pressupõe como opostos irreconciliáveis. A chave para uma adequada articulação do domínio privado com os espaços comunitários reside assim nesta noção de

controlo, sendo que as suas diferentes expressões e condicionantes analisadas ao longo desta investigação podem, então, ser resumidas em três momentos.

O primeiro destes métodos de controlo da relação do indivíduo com o mundo exterior será o exercido, mediante a caracterização de sua estrutura fixa, pelos espaços que este habita. Assim sendo, qualquer espaço coloca determinadas condicionantes ao contacto do seu ocupante, quer com o mundo que o rodeia, através da natureza dos seus limites e do seu carácter ambiental, quer com os demais indivíduos presentes, através das deixas comportamentais que apresenta. Apesar de exterior ao indivíduo, e de, portanto, não corresponder a um exercício de privacidade, a intervenção da envolvente é essencial para a concretização desta, ao representar a alteridade na qual o desejo de controlo por parte desse indivíduo encontrará uma correspondência.

Este momento inicial de estabelecimento do *potencial* para determinada amplitude de possíveis relações com o exterior, inerente à estrutura fixa do próprio espaço, é então sucedido pela escolha de uma sua *performance*, através da interpretação dessa estrutura, seja mediante a realização de pequenas alterações, a adopção de um determinado comportamento, ou a sua significação. Esta interpretação corresponde, então, à segunda vertente de controlo mencionada, já exercida, mesmo que subconscientemente, pelo indivíduo, e, portanto, representativa de uma medida de privacidade. Realiza-se assim o processo de apropriação de um espaço - resultante no seu reconhecimento como um lugar – que possibilita ao seu ocupante, não só identificar a alteridade inerente à estrutura fixa deste, mas também participar na sua definição, e estabelecer assim com esta uma relação. O reconhecimento e incentivo deste nível de controlo é efectuado, no âmbito do projecto, através da criação de espaços polivalentes, ou seja, cujas estruturas fixas possam acolher uma variedade de potenciais interpretações, dentro da amplitude prevista e acolhida por sua expressão de alteridade.

A terceira vertente de controlo referida, funcionando, não à escala de um particular espaço, mas sim de um conjunto de espaços articulados, corresponde então à possibilidade de escolha entre estes. Assim sendo, ao escolher a estrutura fixa de determinado espaço como mediador de sua relação com a envolvente, o indivíduo apodera-se, de certa maneira, do controlo por ela exercido. A correspondência estabelecida entre o indivíduo que procura um determinado contacto com o mundo exterior e o espaço que oferece a possibilidade desse contacto realiza-se, então, de tal modo, que o controlo necessário, apesar de realizado por uma identidade exterior ao

habitante, se concretiza como intencional por parte deste. Para que este poder de escolha se possa realizar, será necessário que a envolvente ofereça, não só uma variedade de espaços associados a diferentes interacções com o mundo exterior, mas também o potencial para o seu fácil reconhecimento e acesso, através, tanto da sua correcta caracterização, como de uma sua organização e hierarquização de modo legível.

Desta forma, poder-se-á considerar que é exactamente a sua justaposição e correcta articulação que permite às ocorrências de privacidade e de participação ser experimentadas como tal, por oposição a suas conotações negativas como isolamento e condicionamento, respectivamente. Esta articulação implicará, então, a nível do projecto, a concretização das três vertentes de controlo referidas, devendo este, assim sendo, assegurar a criação de espaços que exerçam - mediante uma expressão de alteridade - um controlo da relação de seus habitantes com o mundo exterior, a polivalência desses espaços, e o potencial para a escolha entre eles, assente na legibilidade da sua caracterização e organização.

(19.977 palavras)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Pedro Marques (2007). *Palácios da Memória II*. Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2007. Texto policopiado. Tese de Doutoramento.

ALEXANDER, Christopher, CHERMAYEFF, Serge (1963). *Comunidad y Privacidad: Hacia una nueva arquitectura humanista*, Trad. Rubén Massera. Buenos Aires, Nueva Visión, 1970. 277pp.

ALEXANDER, Christopher, ISHIKAWA, Sara, SILVERSTEIN, Murray (1977). *A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction*. New York, Oxford University Press, 1977. 1171pp. ISBN 0195019199.

BACHELARD, Gaston (1957). *A Poética do Espaço*, Trad. António de Pádua Danesi. São Paulo, Martins Fontes Editora, 1989. 242pp. ISBN 8533602340.

BLOOMER, Kent, MOORE, Charles (1977). *Body, Memory and Architecture*. London, Yale University Press, 1977. 147pp. ISBN 0300021399.

CABRITA, António M. Reis (1995). *O Homem e a Casa: Definição Individual e Social da Qualidade da Habitação*. Lisboa, LNEC, 1995. 181pp. ISBN 9724916316.

DE CERTEAU, Michel (1980). *The Practice of Everyday Life*, Trad. Steve Rendall. Los Angeles, University of California Press, 1984. 229pp. ISBN 0520236998.

GEHL, Jan (1971). *La Humanización del Espacio Público: La vida social entre los edificios*, Trad. Maria Teresa Valcarce, 5ª ed. Barcelona, Editorial Reverté, 2006. 251pp. ISBN 8429121099.

HALL, Edward T. (1966). *A Dimensão Oculta*, Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa, Relógio d'Água, 1986. 230pp. ISBN 9727081233.

HANSON, Julienne, HILLIER, Bill (1984). *The Social Logic of Space*, 4ª ed. Cambridge, Cambridge University Press, 1997. 281pp. ISBN 0521367840.

HEIDEGGER, Martin (1954). "Construir, Habitar, Pensar", Trad. Carlos Botelho (versão policopiada). In *Vortrage und Aufsätze*. Pfullingen, Gunther Neske, 1954. pp.145-162.

HERTZBERGER, Herman (1991). *Lessons for Students in Architecture*, 4ª ed. Rotterdam, 010 Publishers, 2001. 272pp. ISBN 9064504644.

HERTZBERGER, Herman (2000). *Space and the Architect*. Rotterdam, 010 Publishers, 2000. 292pp. ISBN 9064503801.

KAHN, Louis I. (1959). "Talk at the Conclusion of the Otterlo Congress". In TWOMBLY, Robert (ed.) (2003). *Louis Kahn: Essential Texts*. New York, WW Norton & Company, 2003. ISBN 0393731138 pp.37-61.

KING, Peter (2004). *Private Dwelling: Contemplating the Use of Housing*. London, Routledge, 2004. 194pp. ISBN 041533621X.

LAWRENCE, Roderick J. (1990). "Public collective and private space: A study of urban housing in Switzerland". In KENT, Susan (ed.) (1990). *Domestic Architecture and the Use of Space: An interdisciplinary cross-cultural study*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993. ISBN 0521445779 pp.73-91.

LEVINAS, Emmanuel (1980). *Totalidade e Infinito*, Trad. José Pinto Ribeiro. Lisboa, Edições 70, 2000. 287pp. ISBN 9724406822.

LYNCH, Kevin (1960). *A Imagem da Cidade*, Trad. Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa, Edições 70, 2008. 198pp. ISBN 9724414119.

MARTINS, João Paulo (2006). *Os Espaços e as Práticas*. Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2006. Texto policopiado. Tese de Doutoramento.

MUNTAÑOLA THORNBERG, Josep (1974). *La Arquitectura como Lugar*. Barcelona, Universidad Politécnica de Catalunya, 1996. 223pp. ISBN 8483010488.

NORBERG-SCHULZ, Christian (1975). *Existencia, Espacio y Arquitectura*, Trad. Adrian Margarit. Barcelona, Editorial Blume, 1975. 145pp. ISBN 8470312332.

NORBERG-SCHULZ, Christian (1980). *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. New York, Rizzoli International Publications, 1980. 213pp. ISBN 0847802879.

PEREC, Georges (1974). *Species of Space and other pieces*, trad. John Sturrock. London, Penguin Books, 1999. 96pp. ISBN 0140189865.

PORTARIA nº 67/2012. D.R. 1ª Série. Nº58 (21-03-12). 1324-1329.

RAPOPORT, Amos (1977). *Aspectos Humanos de la Forma Urbana: Hacia una confrontación de las Ciencias Sociales con el diseño de la forma urbana*, Trad. Josep Muntañola Thornberg. Barcelona, Gustavo Gili, 1978. 381pp. ISBN 8425207185.

RAPOPORT, Amos (1990). "Systems of activities and systems of settings". In KENT, Susan (ed.) (1990). *Domestic Architecture and the Use of Space: An interdisciplinary cross-cultural study*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993. ISBN 0521445779 pp.43-72.

RUSKIN, John (1880). *The Seven Lamps of Architecture*, 2ª ed. New York, Dover Publications, 1989. 222pp. ISBN 048626145.

SANDERS, Donald (1990). "Behavioral conventions and archaeology: Methods for the analysis of ancient architecture". In KENT, Susan (ed.) (1990). *Domestic Architecture and the Use of Space: An interdisciplinary cross-cultural study*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993. ISBN 0521445779 pp.43-72.

TUAN, Yi-Fu (1977). *Space and Place: The Perspective of Experience*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1977. 235pp. ISBN 0816608849.

VAN EYCK, Aldo (1961). "Place and Occasion". In SMITHSON, Alison (1962). *Team 10 Primer*. Cambridge, MIT Press, 1968. ISBN 0289795567 pp.101.

VAN EYCK, Aldo, LIGTELIJN, Vincent (ed.) (1999). *Aldo van Eyck: Works*, Trad. Gregory Ball. Basel, Birkhauser, 1999. 312pp. ISBN 3764360127.

VENTURI, Robert (1966). *Complexidade e Contradição em Arquitetura*, Trad. Álvaro Cabral, 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes Editora, 2004. 231pp. ISBN 853361957X.

ANEXOS

ANEXO 1

TABELA DE ÁREAS

		Área (m2)	%
A	Centro Cultural	3197	100
A1	Espaços de Actividades	1582	49
A1.1	Foyer	205	-
A1.2	Auditório	320	-
A1.3	Sala de Informática	78	-
A1.4	Sala de Estudo	80	-
A1.5	Sala de Leitura	120	-
A1.6	Sala de Leitura Informal	34	-
A1.8	Sala de Artes Visuais	66	-
A1.9	Salas de Aula	158	-
A1.10	Oficina de Trabalhos Manuais	117	-
A1.11	Exposição Permanente	98	-
A1.12	Exposições Temporárias	306	-
A2	Centro de Dia	383	12
A2.1	Recepção	13	-
A2.2	Atendimento	26	-
A2.3	Zona de Estar	61	-
A2.4	Sala de Actividades	111	-
A2.5	Sala de Convívio	94	-
A2.6	Instalações Sanitárias	27	-
A2.7	Arrumos	30	-
A2.8	Sala de Pessoal	17	-
A2.9	Instalações Sanitárias de Pessoal	4	-
A3	Restaurante	281	9
A3.1	Sala de Refeições	190	-
A3.2	Instalações Sanitárias	25	-
A3.3	Copa	12	-
A3.4	Cozinha	35	-
A3.5	Dispensa	4	-
A3.6	Dispensa de Frios	4	-
A3.7	Depósito de Lixos	3	-
A3.8	Gabinete de Gerência	8	-
A4	Serviços Administrativos	157	5
A4.1	Atendimento	10	-
A4.2	Gabinete de Direcção	18	-
A4.3	Gabinetes Administrativos	47	-
A4.4	Sala de Reuniões	12	-
A4.5	Instalações Sanitárias de Pessoal Administrativo	33	-
A4.6	Sala de Pessoal Administrativo	10	-
A4.7	Arquivo	21	-
A4.8	Arrumos	6	-
A5	Apoios	309	10
A5.1	Bengaleiro	6	-
A5.2	Instalações Sanitárias	72	-
A5.3	Atendimento e Arquivo da Sala de Leitura	25	-
A5.4	Sala de Pessoal	32	-
A5.5	Instalações Sanitárias de Pessoal	8	-
A5.6	Vestiários	24	-
A5.7	Arrumos Gerais	25	-
A5.9	Arrumos do Auditório	27	-
A5.10	Arrumos da Sala de Exposições	25	-
A5.11	Arrumos Vários	25	-
A5.12	Camarim	17	-
A5.13	Instalações Sanitárias do Camarim	3	-
A5.14	Sala Técnica	20	-
A6	Circulações	485	15

		Área (m2)	%
B	Residência Assistida para Cidadãos Idosos	2580	100
B1	Áreas Comuns / de Actividades	740	28
B1.1	Recepção / Sala Comum	185	-
B1.2	Sala de Jogos	187	-
B1.3	Cantina	180	-
B1.4	Espaços de Convívio	86	-
B1.5	Capela	102	-
B2	Serviços Administrativos	78	3
B2.1	Atendimento	12	-
B2.2	Gabinete de Direcção	13	-
B2.3	Gabinete Administrativo	13	-
B2.4	Sala de Reuniões	13	-
B2.5	Instalações Sanitárias de Pessoal Administrativo	5	-
B2.6	Sala de Pessoal Administrativo	15	-
B2.7	Arquivo	7	-
B3	Apoios	286	11
B3.1	Instalações Sanitárias	64	-
B3.2	Sala de Banho Assistido	7	-
B3.3	Gabinete de Enfermagem	14	-
B3.4	Arrumos do Gabinete de Enfermagem	3	-
B3.5	Copa	16	-
B3.6	Cozinha	51	-
B3.7	Despensa	3	-
B3.8	Despensa de Frios	3	-
B3.9	Depósito de Lixos da Cozinha	2	-
B3.10	Lavandaria	20	-
B3.11	Arrumos Gerais	18	-
B3.12	Arrumos da Sala de Jogos	7	-
B3.13	Arrumos da Sala Comum	8	-
B3.14	Arrumos Vários	20	-
B3.15	Sala Técnica	18	-
B3.16	Sala de Pessoal	15	-
B3.17	Vestiários	12	-
B3.18	Instalações Sanitárias de Pessoal	5	-
B3.19	Sala Mortuária	10	-
B4	Alojamento	988	40
B4.1	Habitacões Tipo A (Fachada Poente, Piso Superior)	304	-
	<i>Entrada</i>	7	-
	<i>Quarto/ Área de Estar</i>	23	-
	<i>Instalação Sanitária</i>	6	-
	<i>Arrumos</i>	2	-
	<i>Total</i>	38	-
B4.2	Habitacões Tipo B (Fachada Poente, Piso Inferior)	304	-
	<i>Entrada</i>	7	-
	<i>Quarto</i>	13	-
	<i>Área de Estar/Refeições</i>	10	-
	<i>Instalação Sanitária</i>	6	-
	<i>Arrumos</i>	2	-
	<i>Total</i>	38	-
B4.3	Habitacões Tipo C (Fachada Norte, Piso Superior)	228	-
	<i>Entrada</i>	7	-
	<i>Quarto/ Área de Estar</i>	23	-
	<i>Instalação Sanitária</i>	6	-
	<i>Arrumos</i>	2	-
	<i>Total</i>	38	-
B4.4	Habitacões Tipo D (Fachada Norte, Piso Inferior)	152	-
	<i>Entrada</i>	7	-
	<i>Quarto</i>	13	-
	<i>Área de Estar/Refeições</i>	10	-
	<i>Instalação Sanitária</i>	6	-
	<i>Arrumos</i>	2	-
	<i>Total</i>	38	-
B5	Circulações e Circulações Verticais	488	18

Área (m2) %

C **Centro de Fitness**

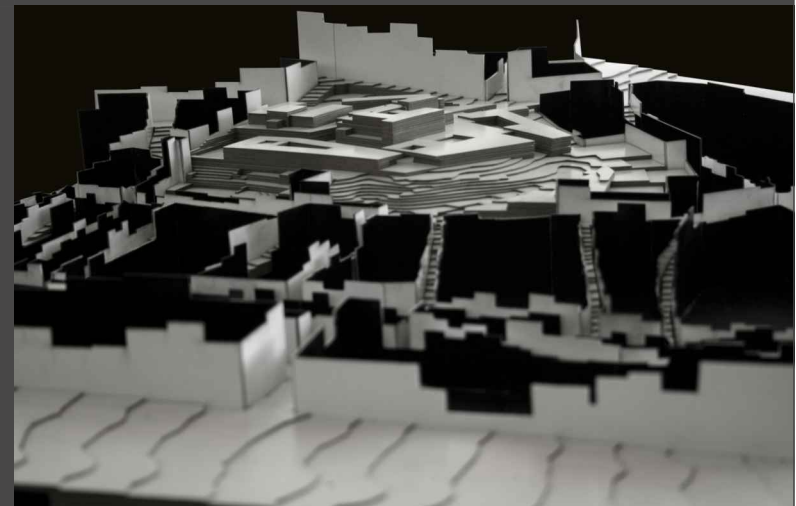
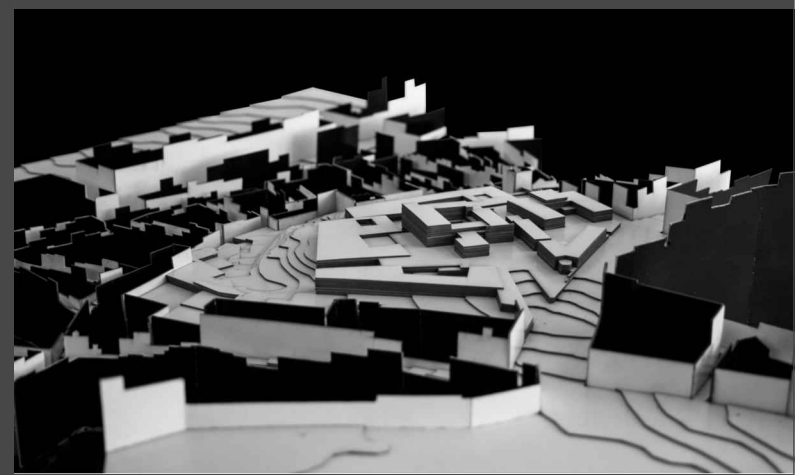
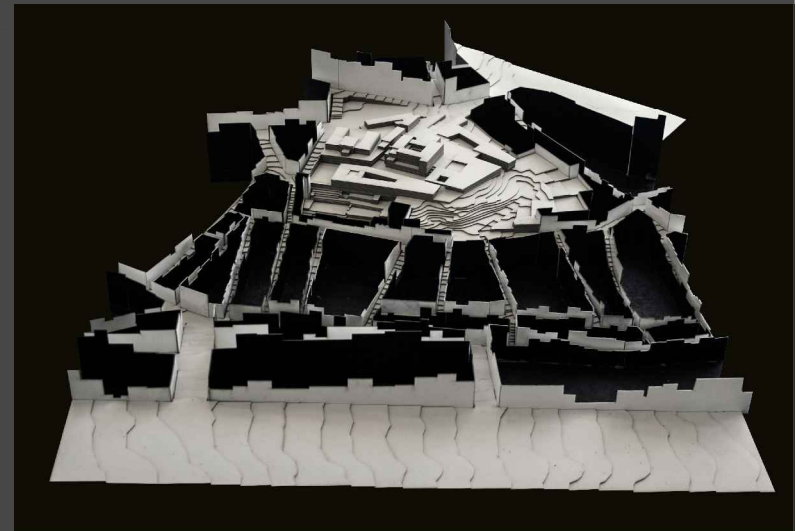
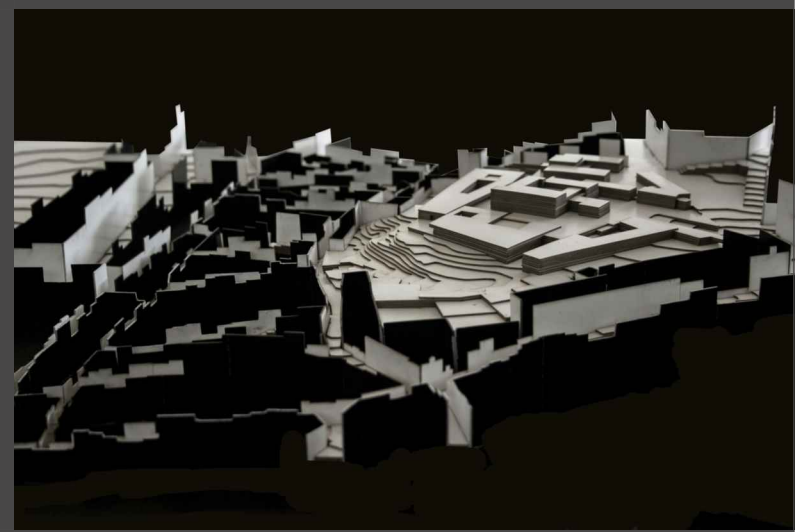
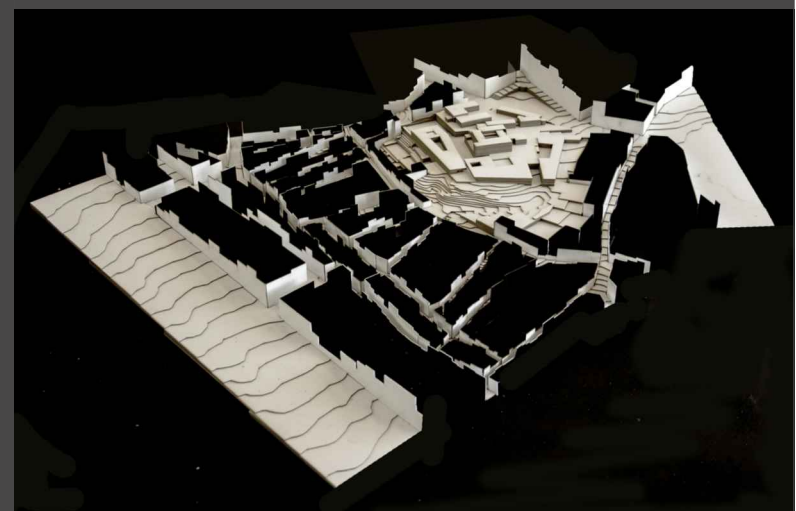
D **Clínica**

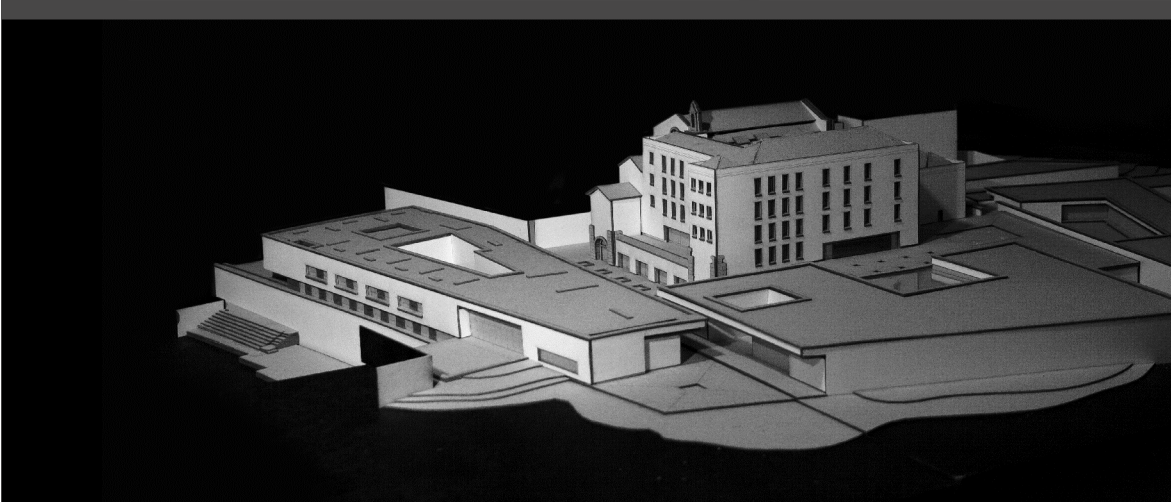
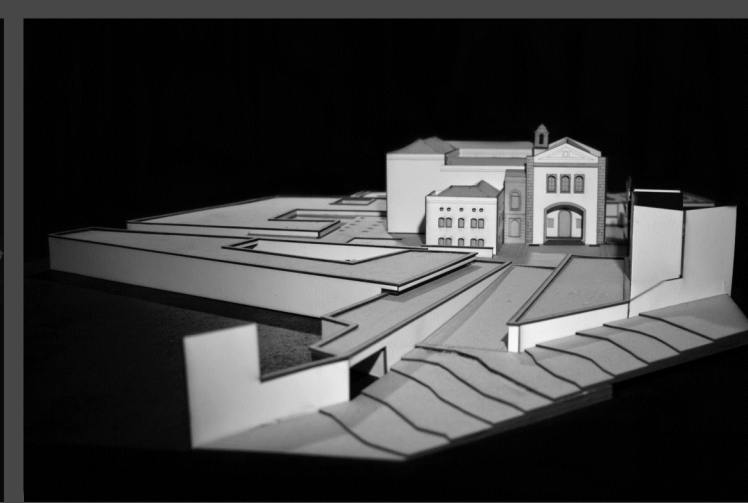
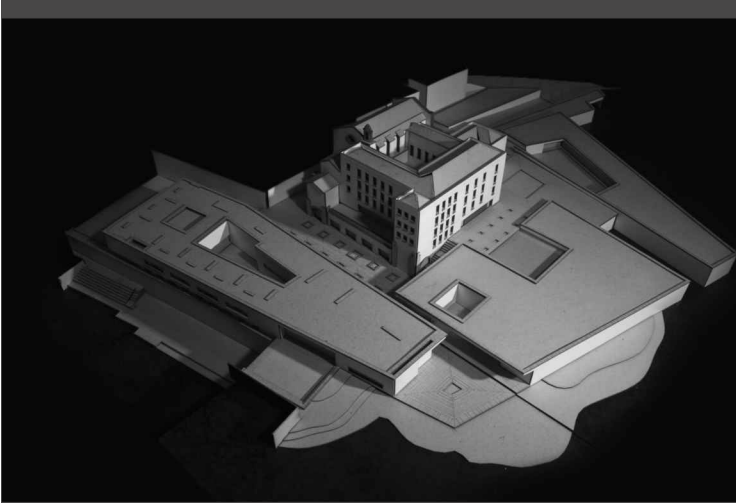
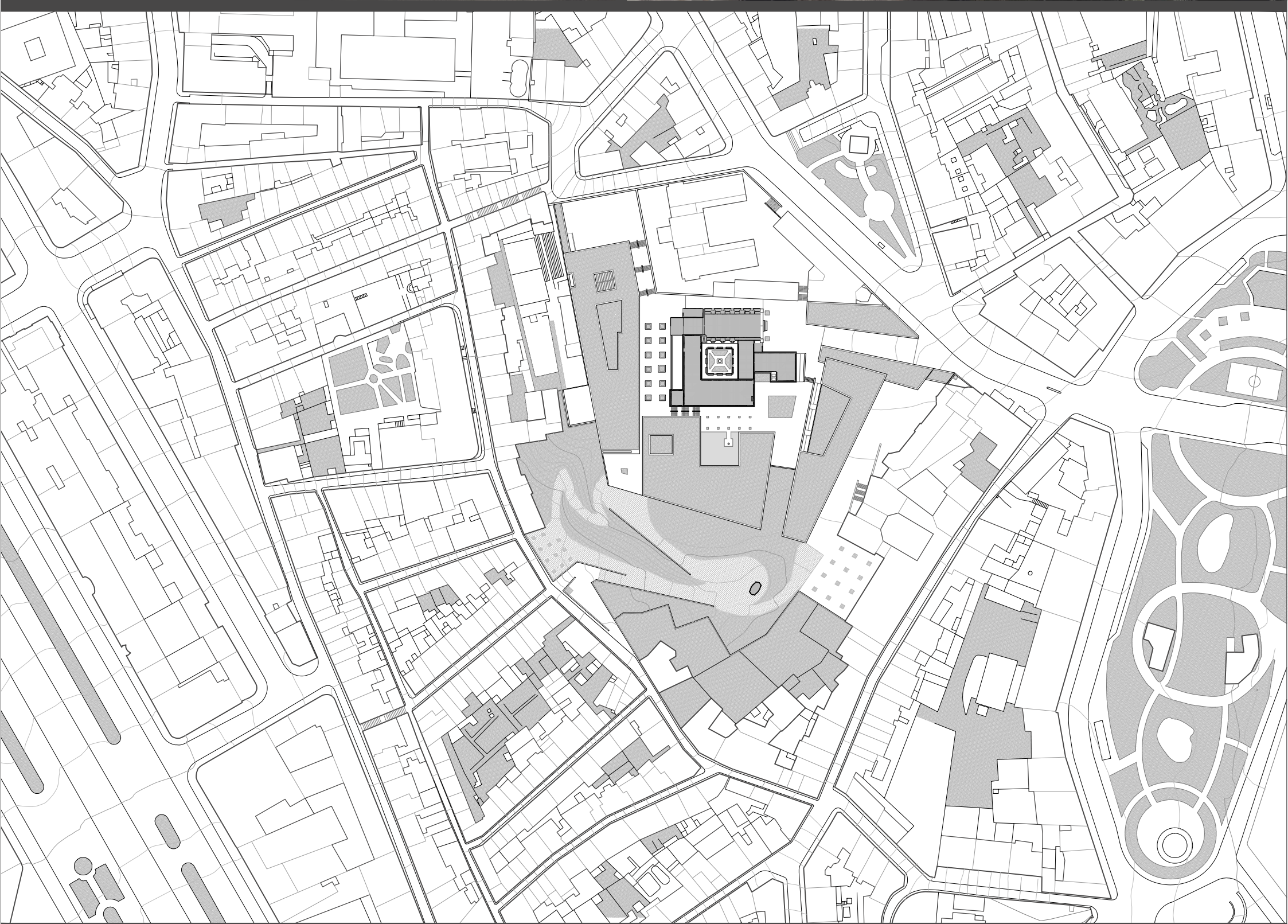
E **Estacionamiento A**

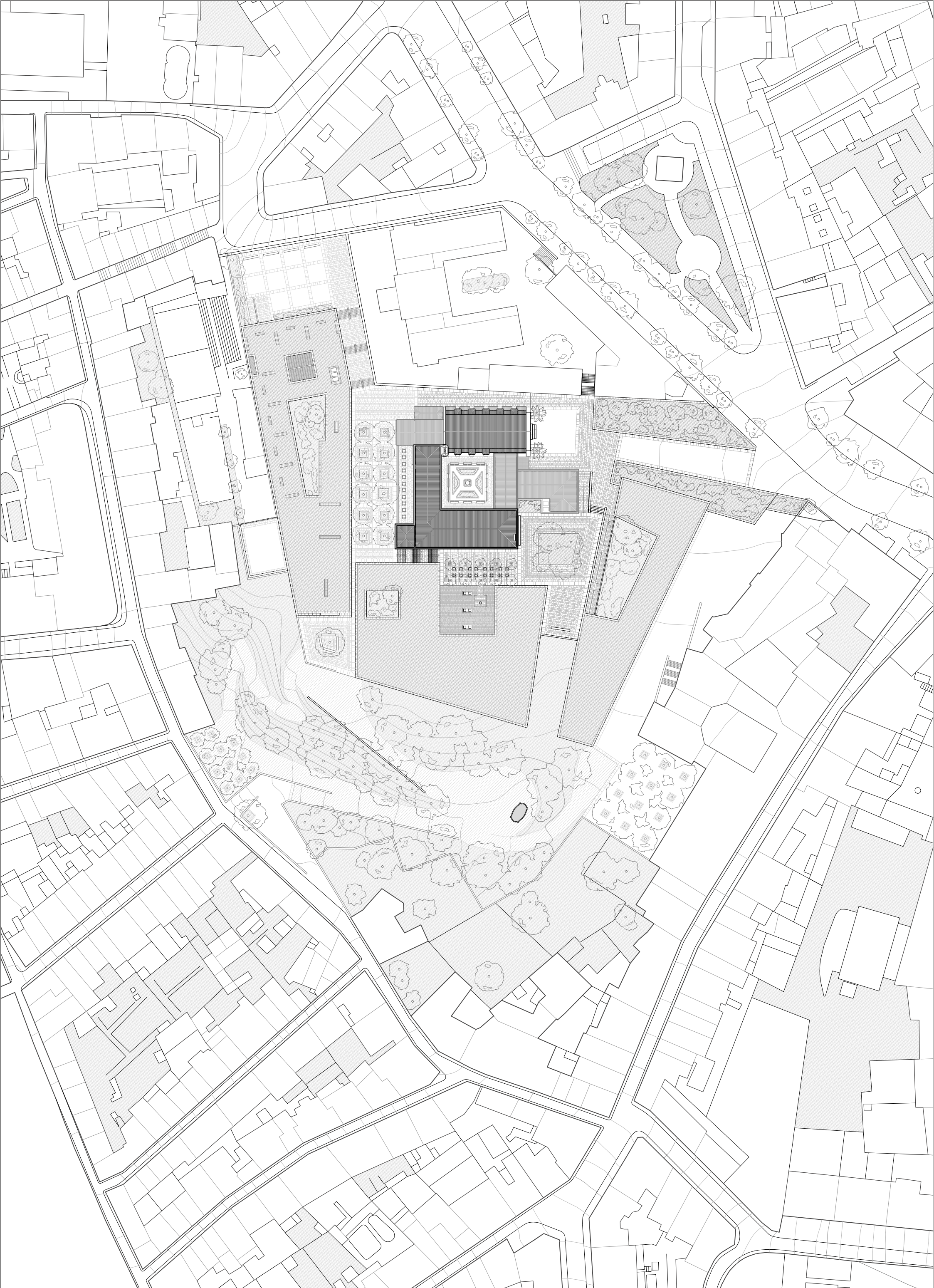
F **Estacionamiento B**

ANEXO 2

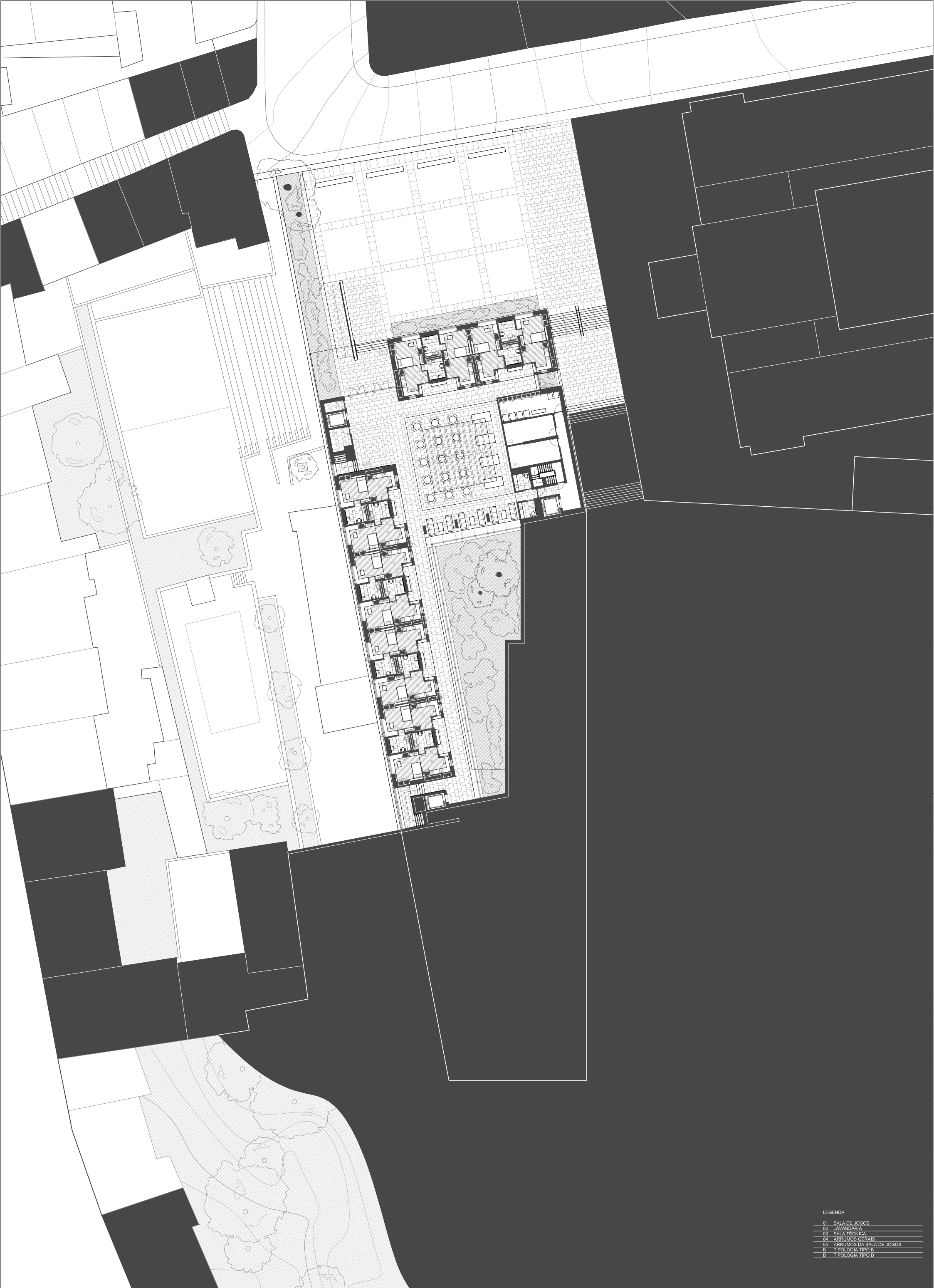
PEÇAS DESENHADAS











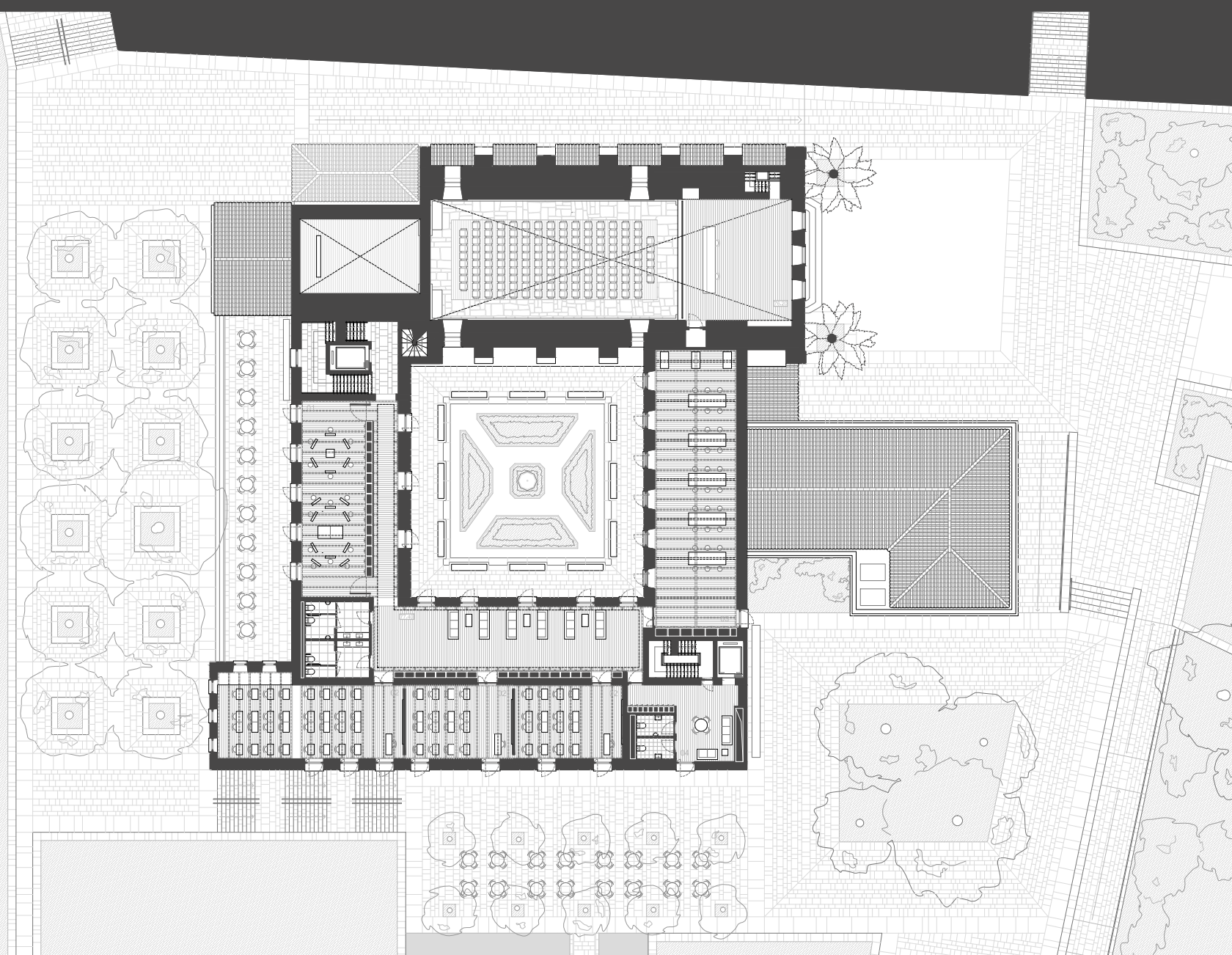
- LEGENDA
- 01 SALA DE JOGOS
 - 02 LAVANDARIA
 - 03 SALA TÉCNICA
 - 04 ARRUMOS GERAIS
 - 05 ARRUMOS DA SALA DE JOGOS
 - B TIPOLOGIA TIPO B
 - D TIPOLOGIA TIPO D



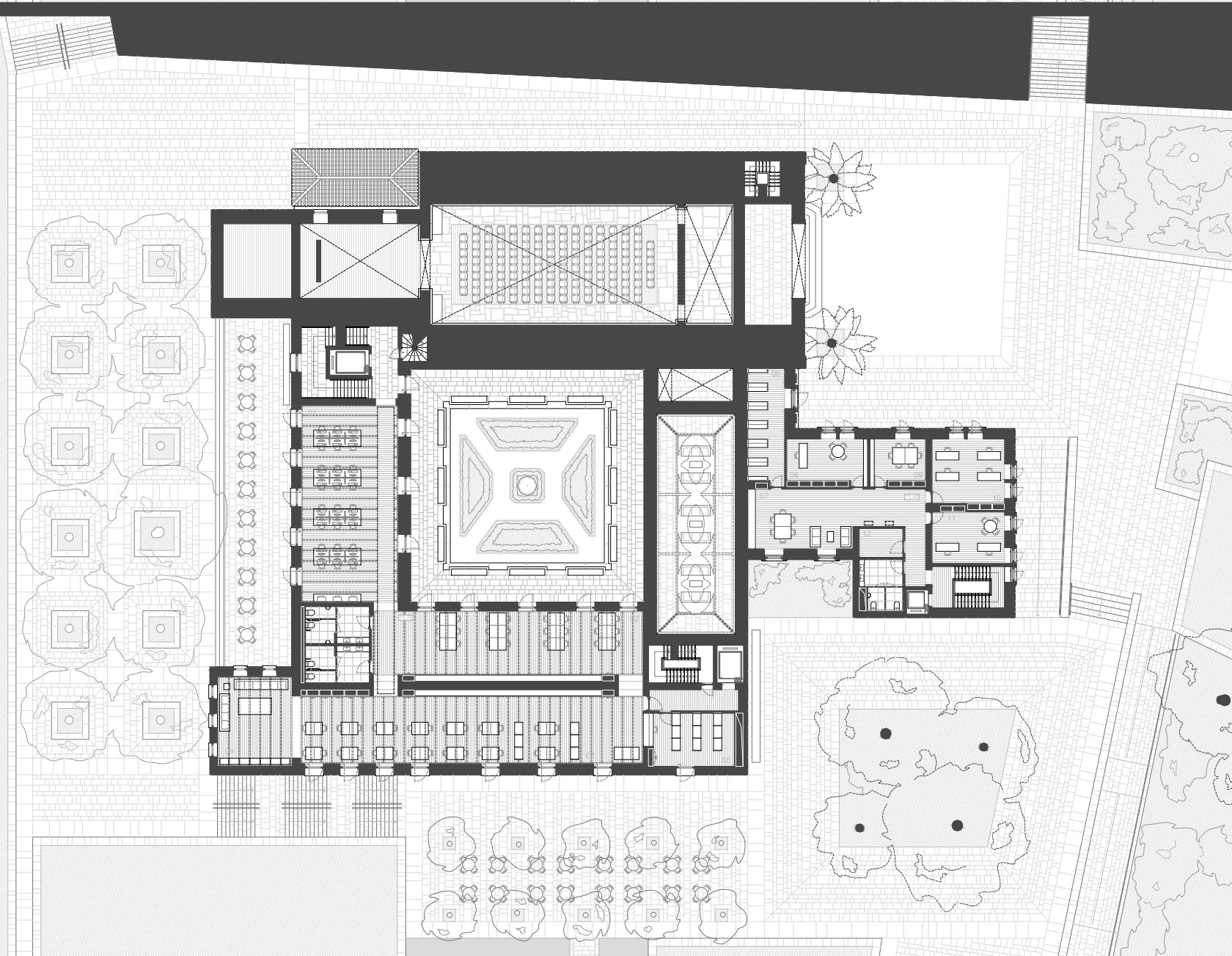
- LEGENDA
- 01 GABINETE DE ENFERMAGEM
 - 02 SALA DE BANHO ASSISTIDO
 - 03 SALA DO PESSOAL
 - 04 BALNEÁRIOS
 - 05 COZINHA
 - 06 COPA
 - 07 CANTINA
 - 08 SALA COMUM / RECEPÇÃO
 - 09 ARRUMOS DA SALA COMUM
 - 10 ESPAÇOS DE CONVÍVIO
 - 11 ATENDIMENTO
 - 12 SALA DO PESSOAL ADMINISTRATIVO
 - 13 GABINETE ADMINISTRATIVO
 - 14 GABINETE DA DIRECÇÃO
 - 15 SALA DE REUNIÕES
 - 16 ARQUIVO
 - 17 CAPELA
 - 18 SALA DO PESSOAL
 - 19 ATENDIMENTO DO CENTRO DE DIA
 - 20 ARRUMOS DO CENTRO DE DIA
 - 21 ESPAÇO DE CONVÍVIO
 - 22 SALA DE ACTIVIDADES
 - A TIPOLOGIA TIPO A
 - C TIPOLOGIA TIPO C



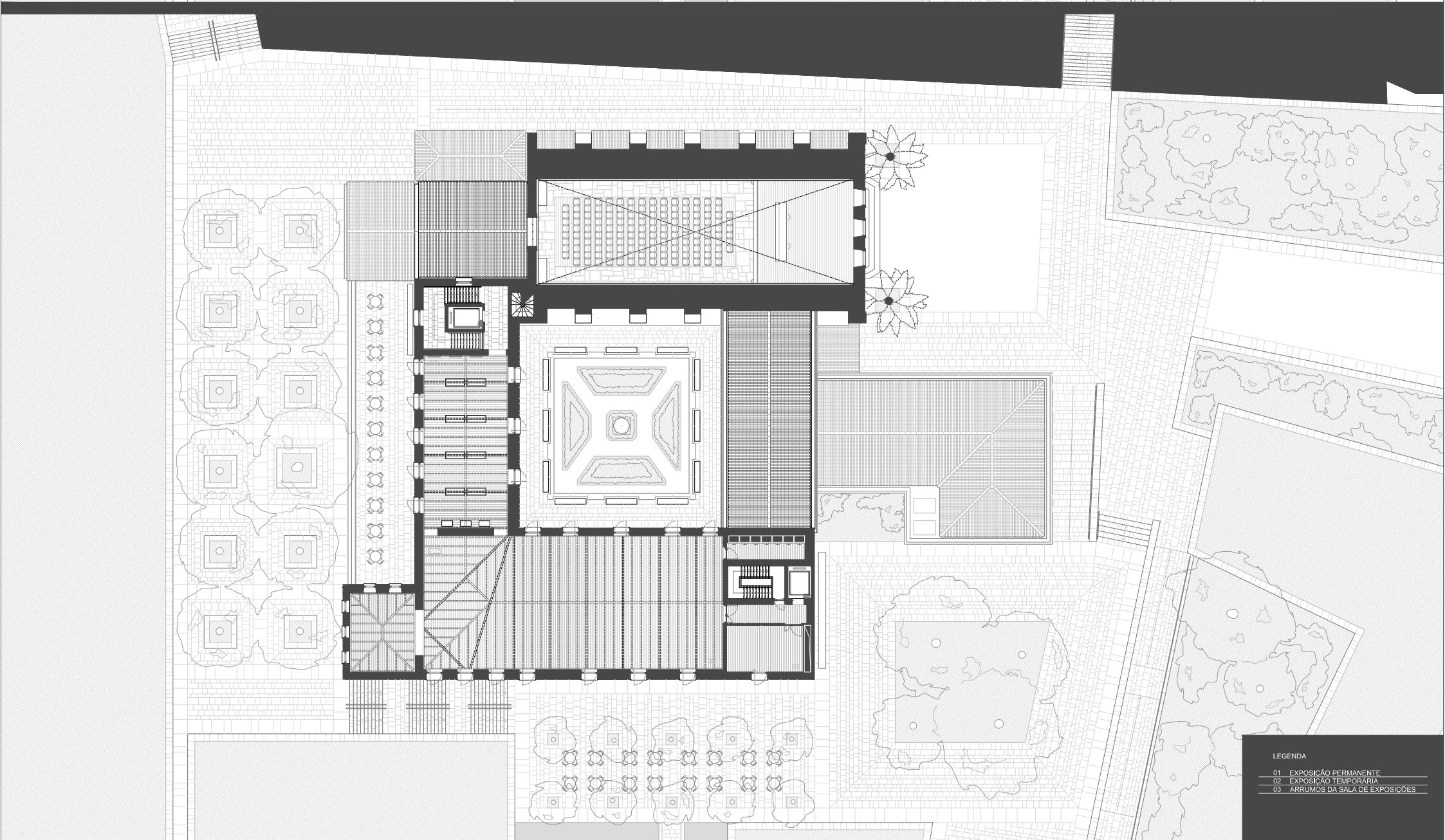
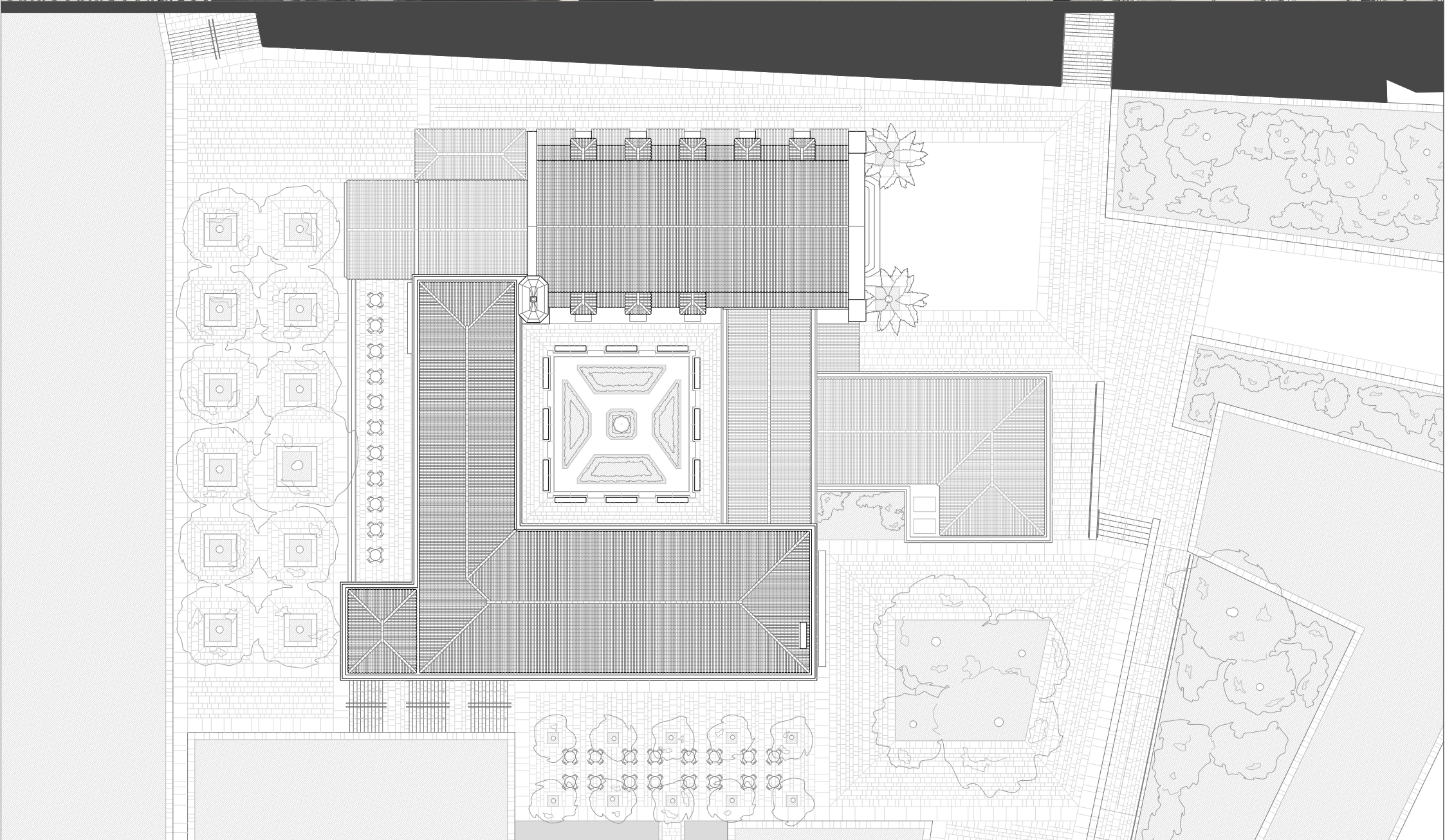
- LEGENDA
- 01 RECEPÇÃO / BILHETERIA
 - 02 BENSUSCÉDIO
 - 03 FOTÓF
 - 04 AUDITÓRIO
 - 05 VESTIBULO
 - 06 AUDITÓRIO AUTÓMATICO
 - 07 SALA DE CONVÍVIO
 - 08 REFEITÓRIO
 - 09 COZINA
 - 10 COZINHA
 - 11 GABINETE DA GESTÃO



- LEGENDA
- 01 SALÃO DE ARTES VISUAIS
 - 02 SALAS DE WORKSHOPS
 - 03 OFICINA
 - 04 SALA DO PESSOAL

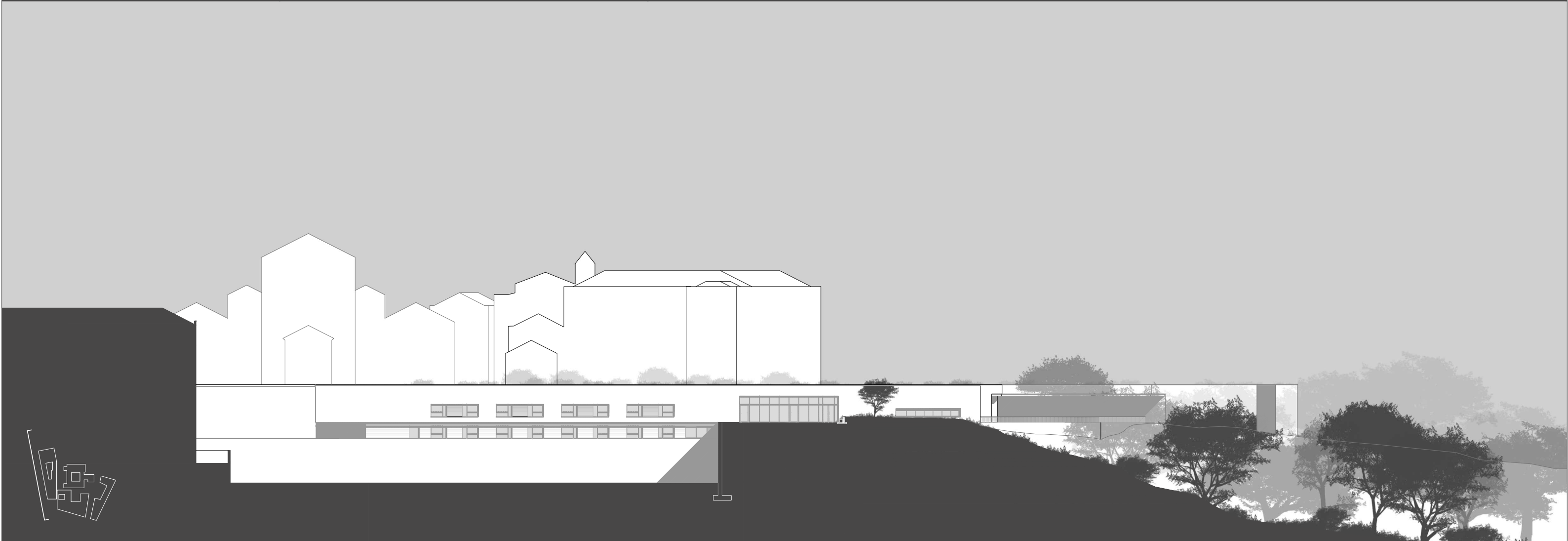
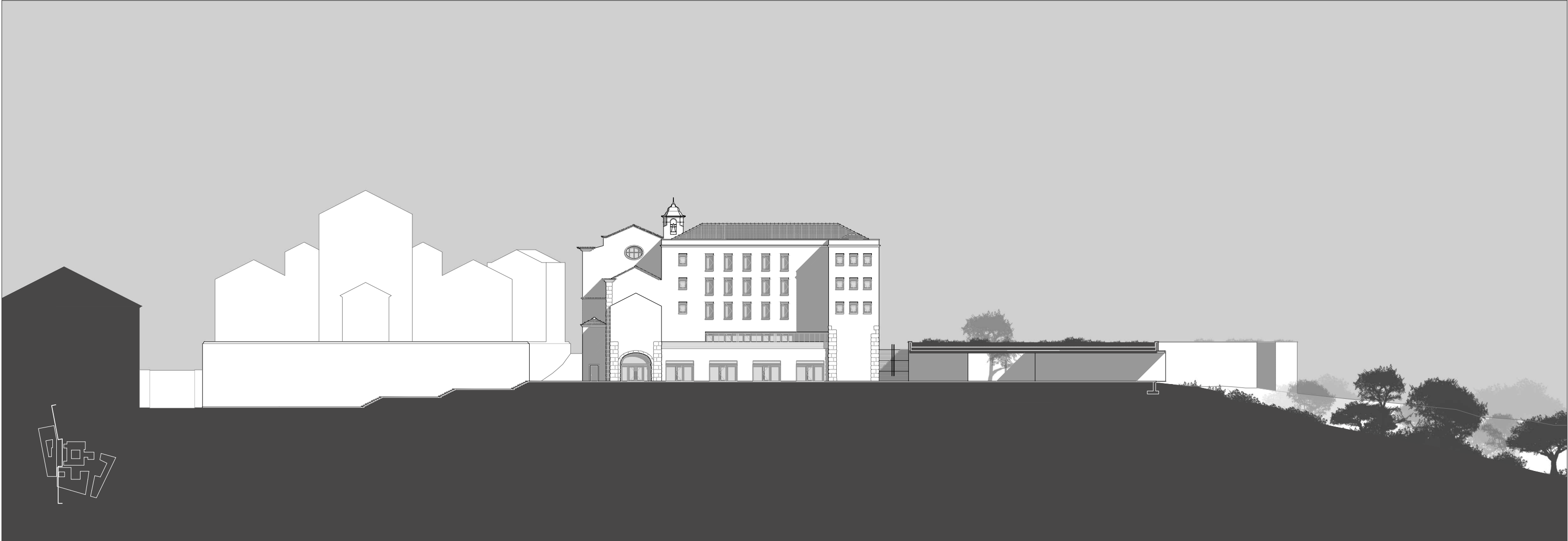


- LEGENDA
- 01 SALA DE INFORMÁTICA
 - 02 SALA DE ESTUDO
 - 03 SALA DE LEITURA
 - 04 SALA DE LEITURA INFORMAL
 - 05 ATENDIMENTO E ARQUIVO
 - 06 ARQUIVO
 - 07 SALA DO PESSOAL ADMINISTRATIVO
 - 08 GABINETE DA DIRECÇÃO
 - 09 SALA DE REUNIÕES
 - 10 GABINETE ADMINISTRATIVO
 - 11 GABINETE TÉCNICO
 - 12 ARRUMOS DA ADMINISTRAÇÃO



LEGENDA
01 EXPOSIÇÃO PERMANENTE
02 EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA
03 ARRUMOS DA SALA DE EXPOSIÇÕES





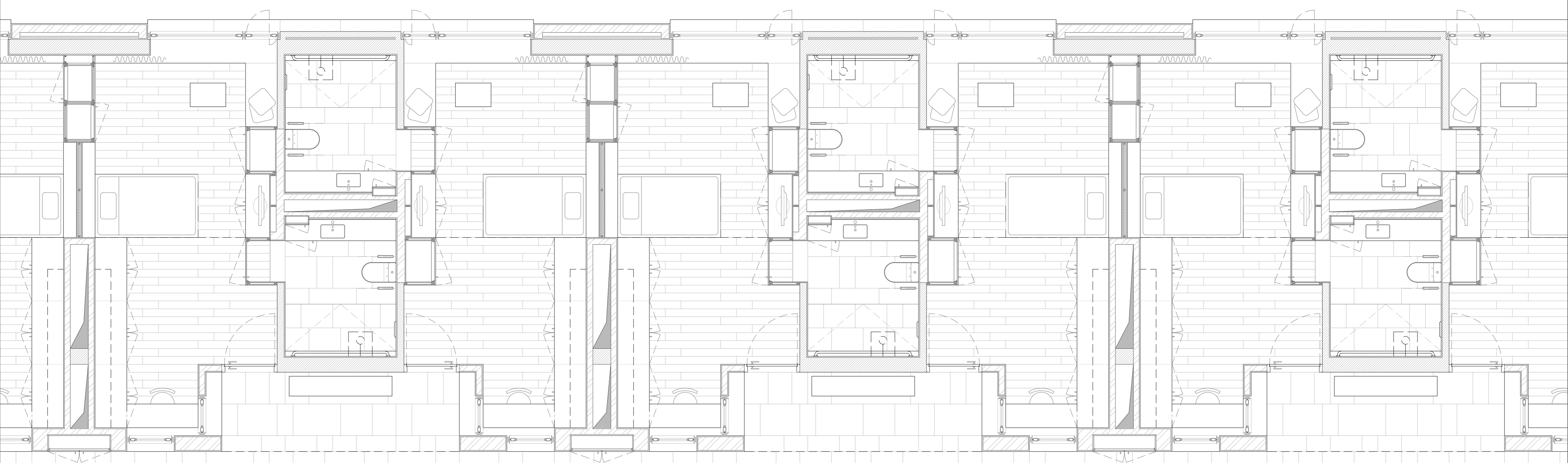


LEGENDA

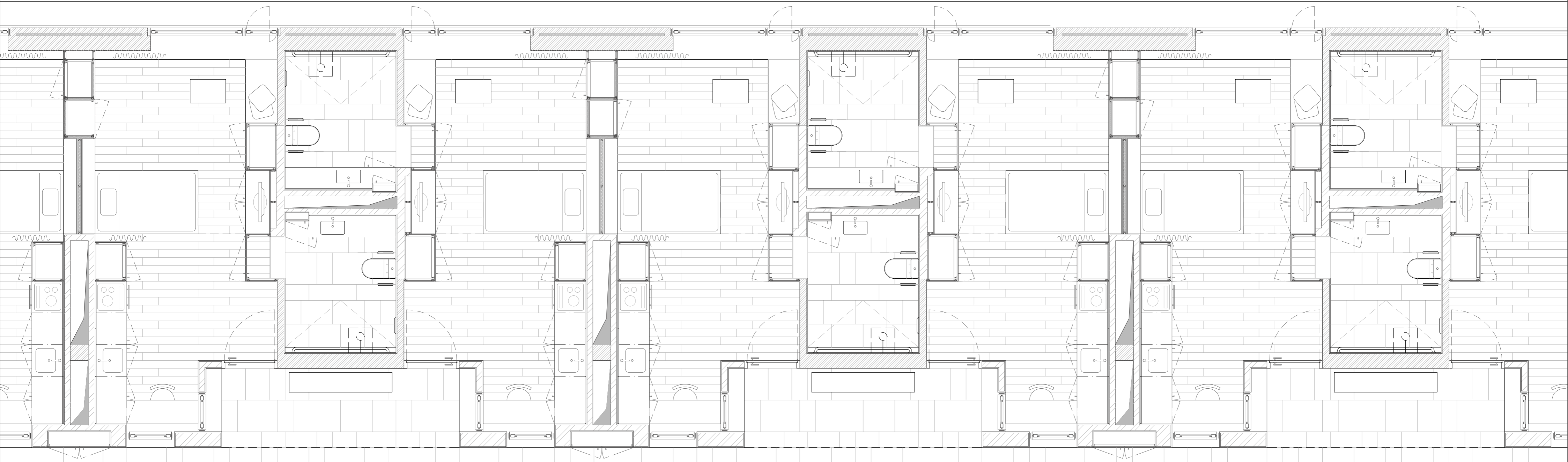
01	SALA DE JOGOS
02	LAVANDARIA
03	SALA TÉCNICA
04	ARMÁRIOS PARA SALA DE JOGOS
05	REPELIDORES
06	REPELIDORES



- LEGENDA
- 01 GABINETE DE ENFERMAGEM
 - 02 SALA DE BANHO ASSISTIDO
 - 03 SALA DO PESSOAL
 - 04 BANHEIROS
 - 05 COZINHA
 - 06 SALA
 - 07 CANTINA
 - 08 REFEITÓRIO RECEÇÃO
 - 09 ARQUIVOS DO SALA CADAM
 - 10 REFEITÓRIO RECEÇÃO
 - 11 ATENDIMENTO
 - 12 SALA DE PESSOAL ADMINISTRATIVO
 - 13 GABINETE ADMINISTRATIVO
 - 14 GABINETE DE ENFERMAGEM
 - 15 SALA DE ENFERMAGEM
 - 16 ARQUIVOS
 - 17 CANTINA
 - 18 SALA DO PESSOAL
 - 19 ATENDIMENTO DO CENTRO DE DIA
 - 20 ARQUIVOS DO CENTRO DE DIA
 - 21 REFEITÓRIO RECEÇÃO
 - 22 SALA DE ATENDIMENTO
 - 23 REFEITÓRIO RECEÇÃO
 - 24 REFEITÓRIO RECEÇÃO



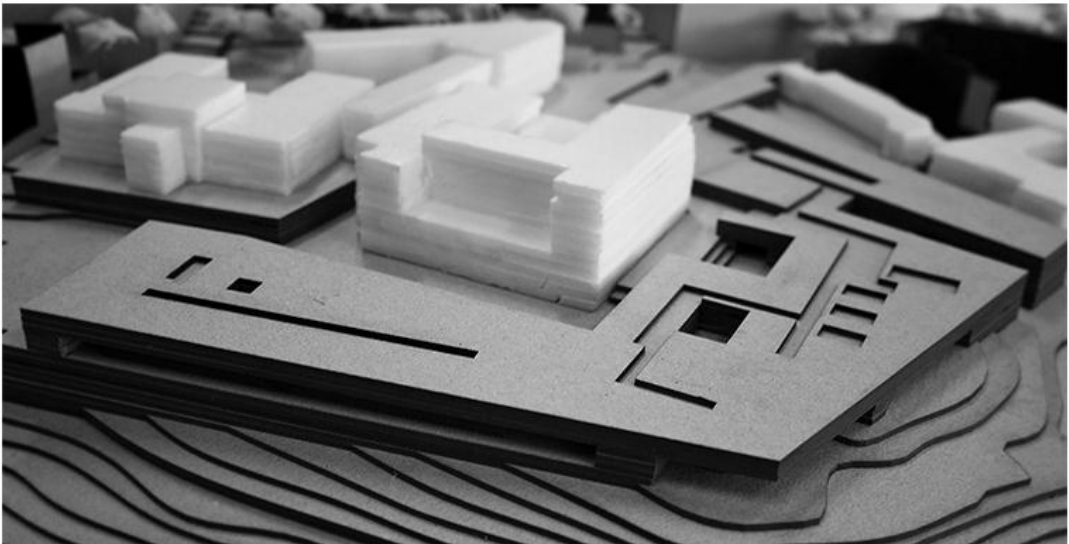
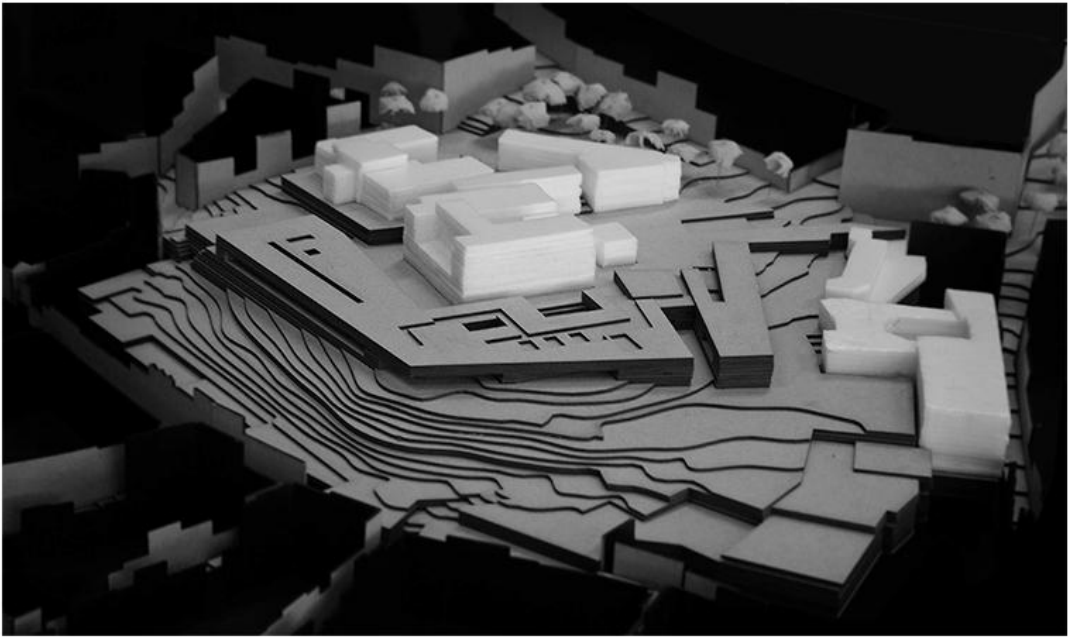
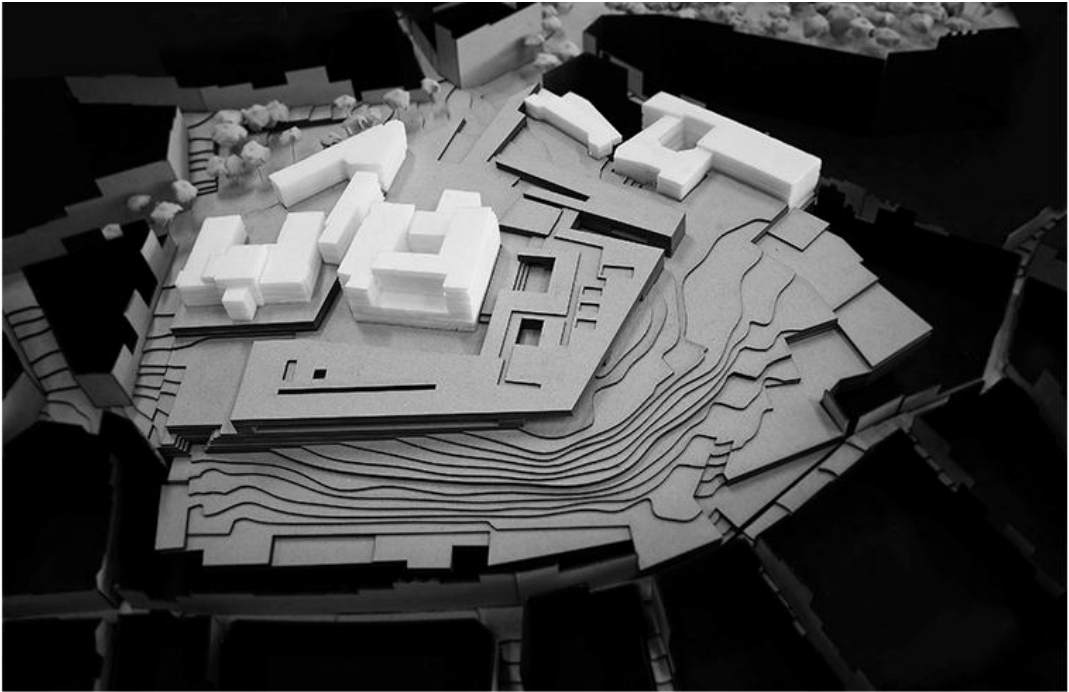
TIPOLOGIA A - FACHADA POENTE | PISO SUPERIOR

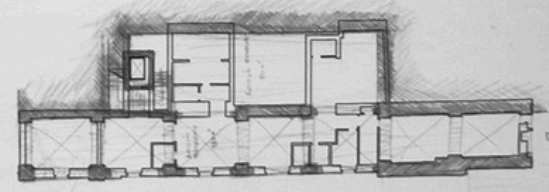
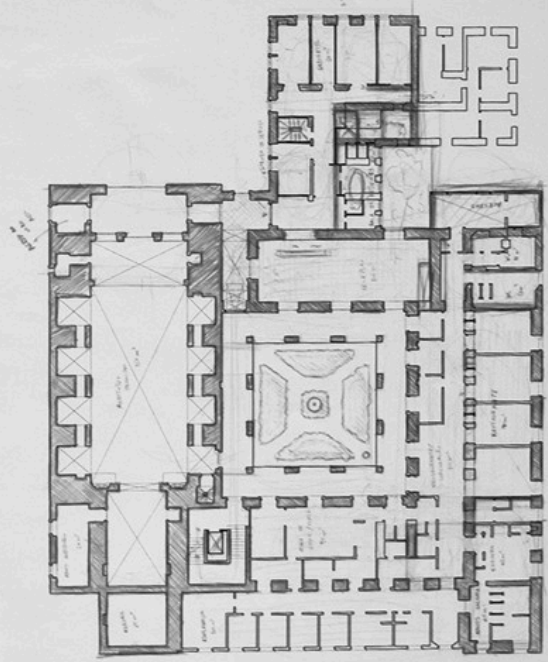
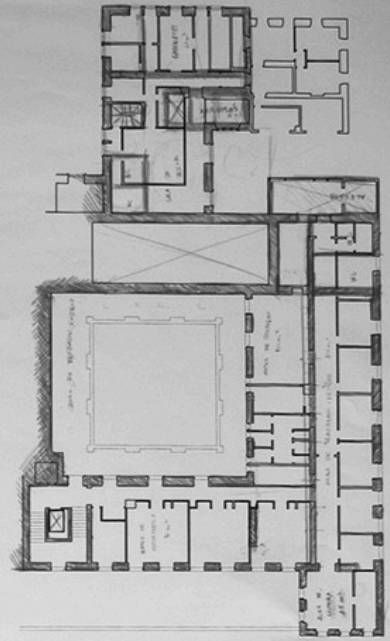
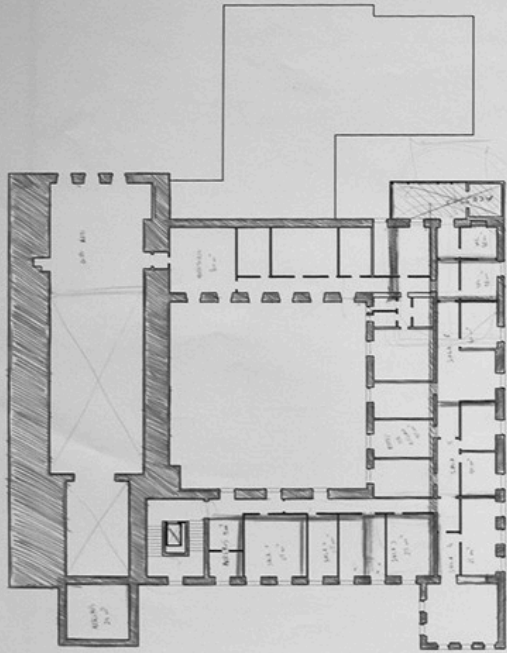
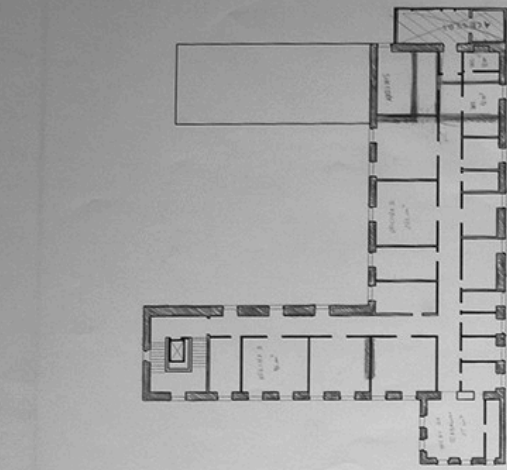


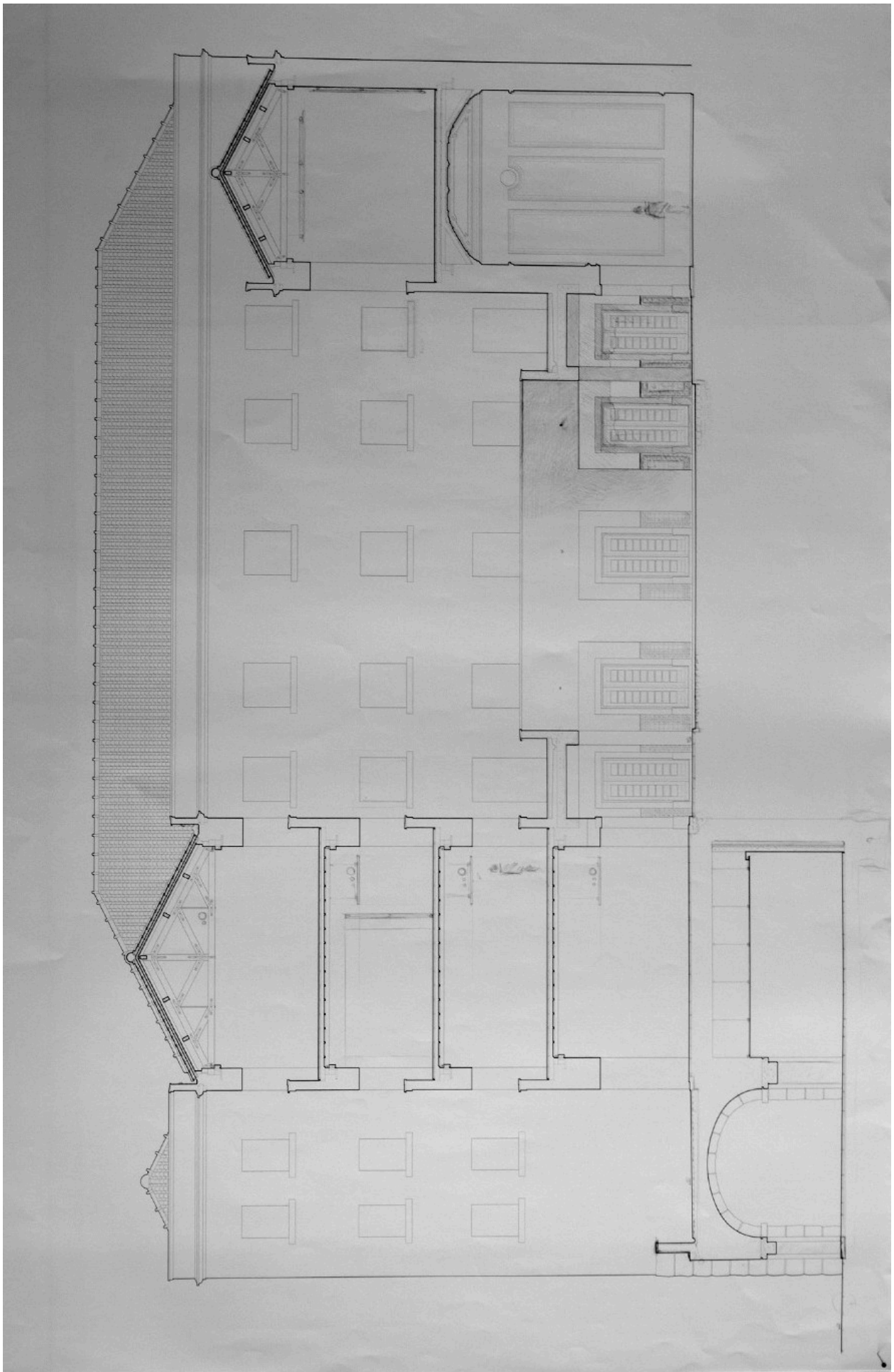
TIPOLOGIA B - FACHADA POENTE | PISO INFERIOR

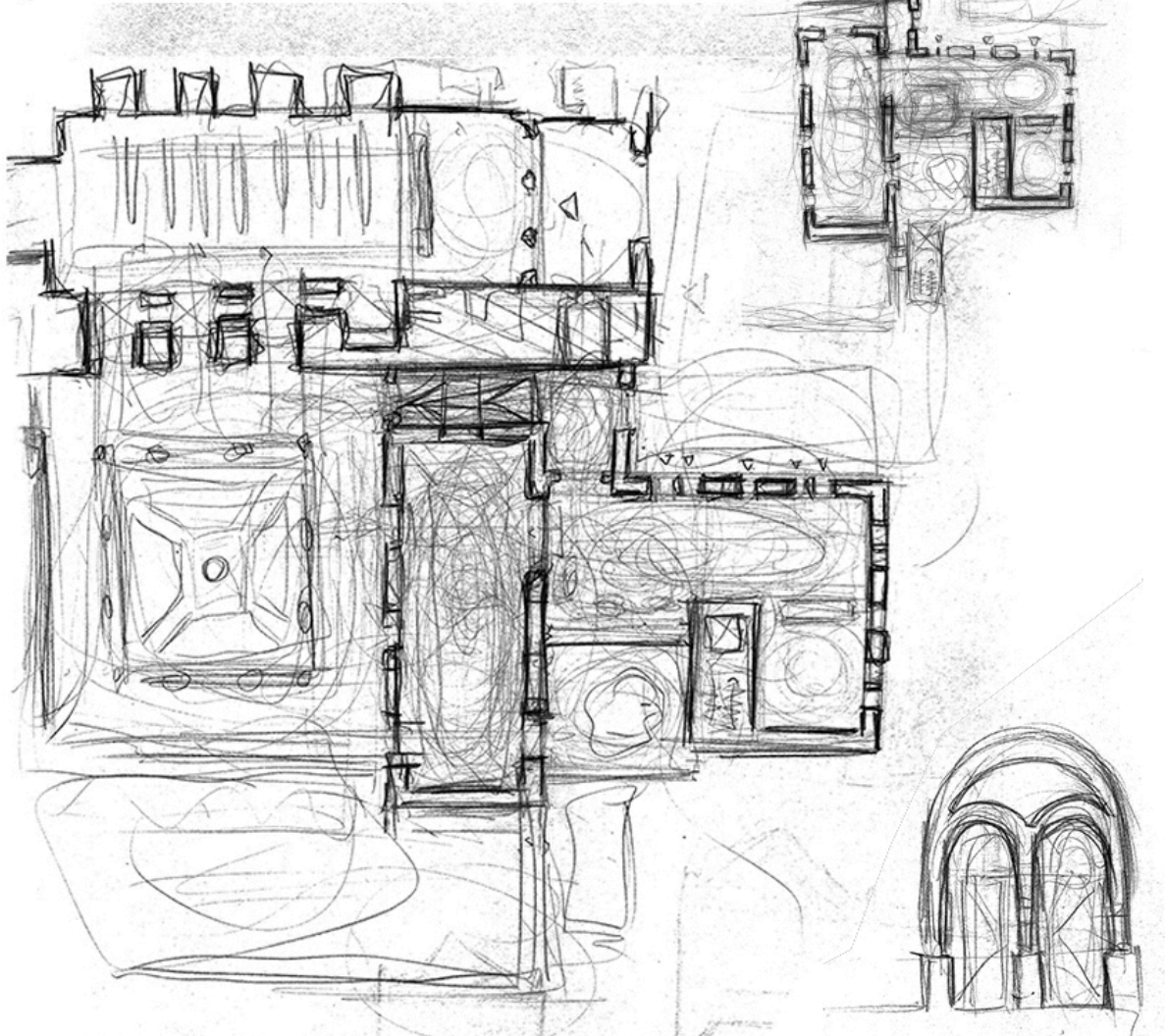
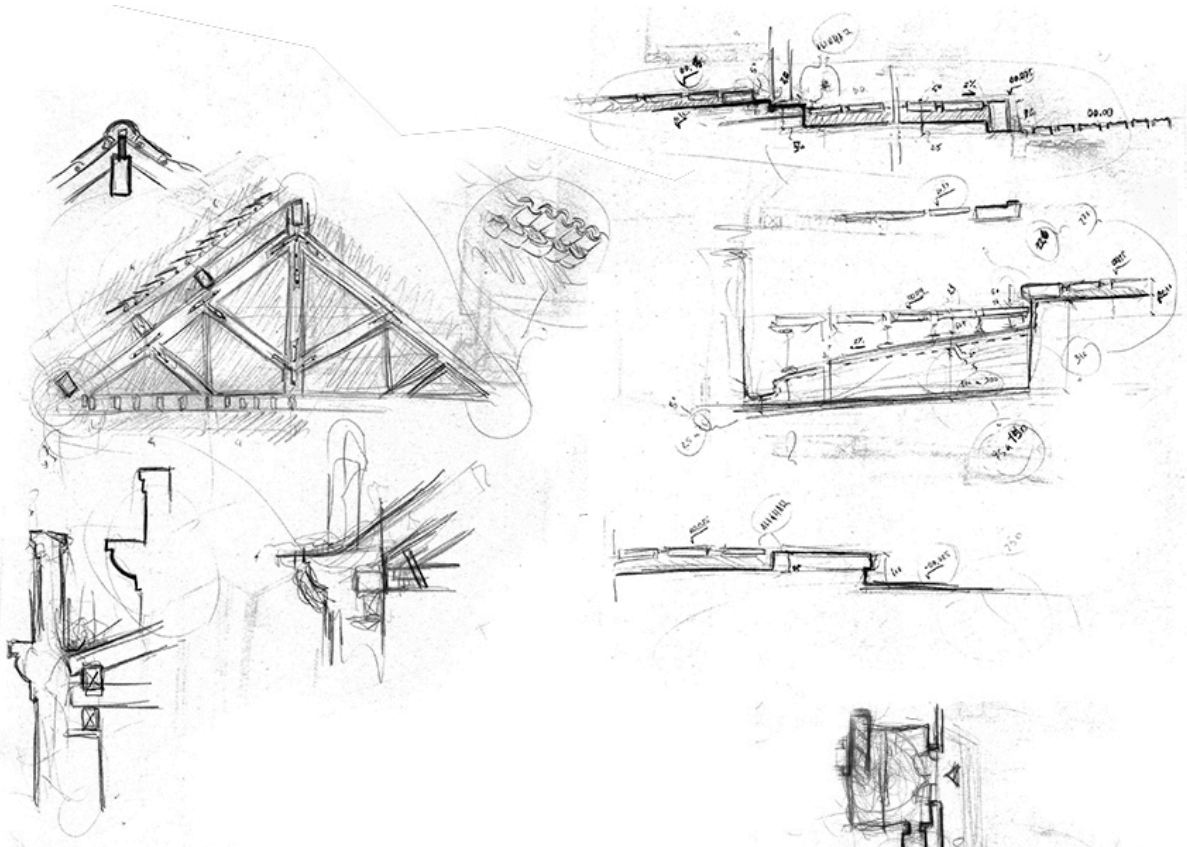
ANEXO 3

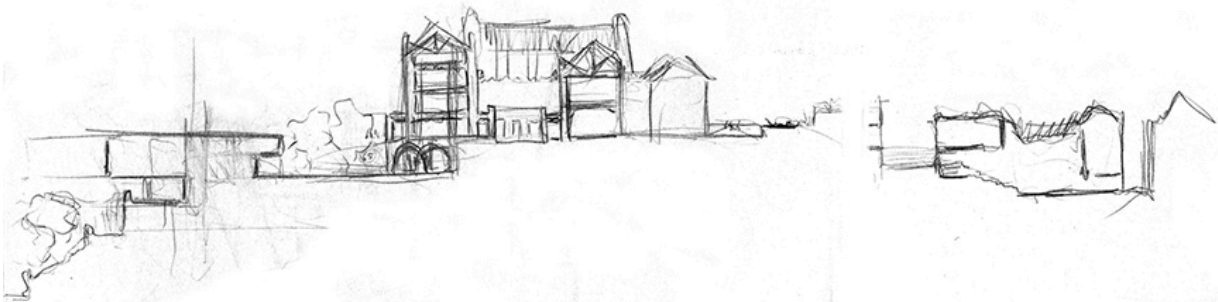
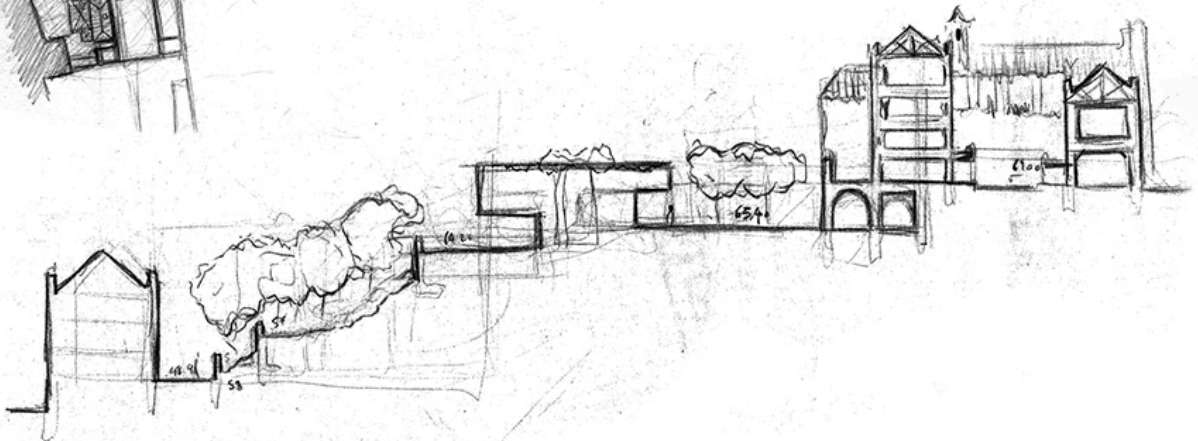
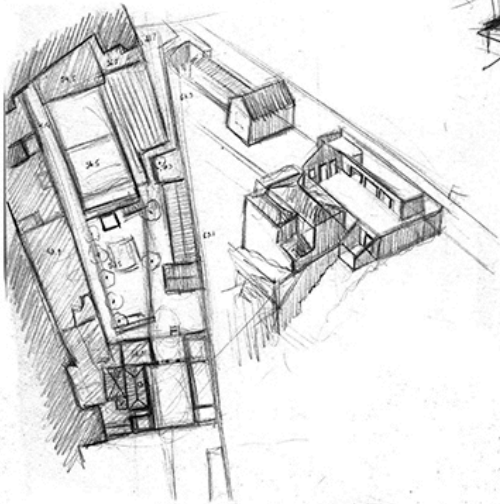
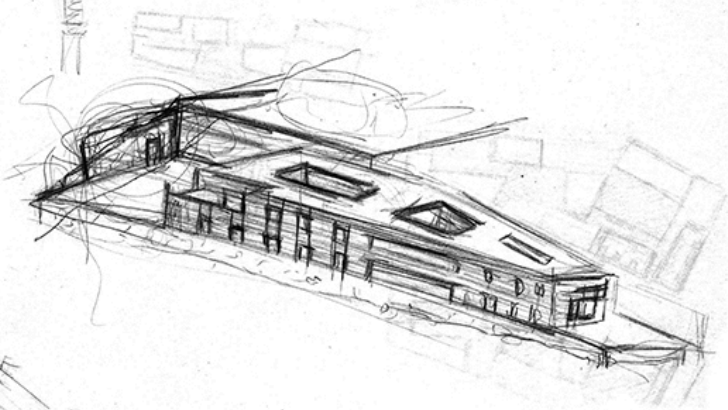
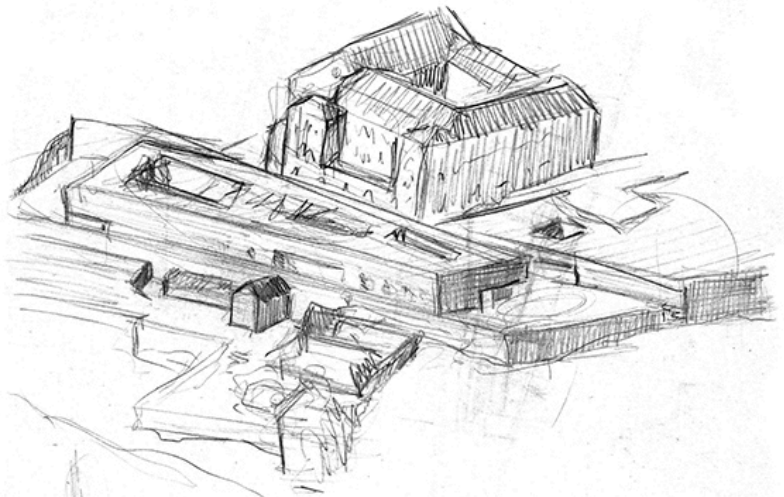
PROCESSO DE TRABALHO

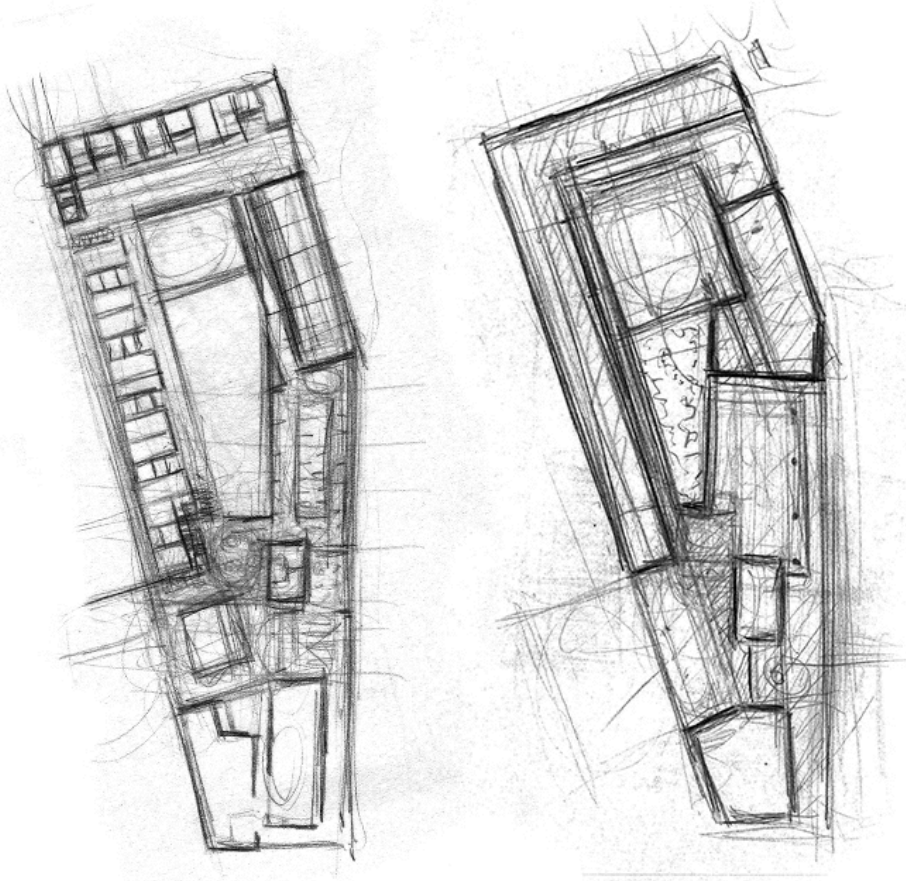
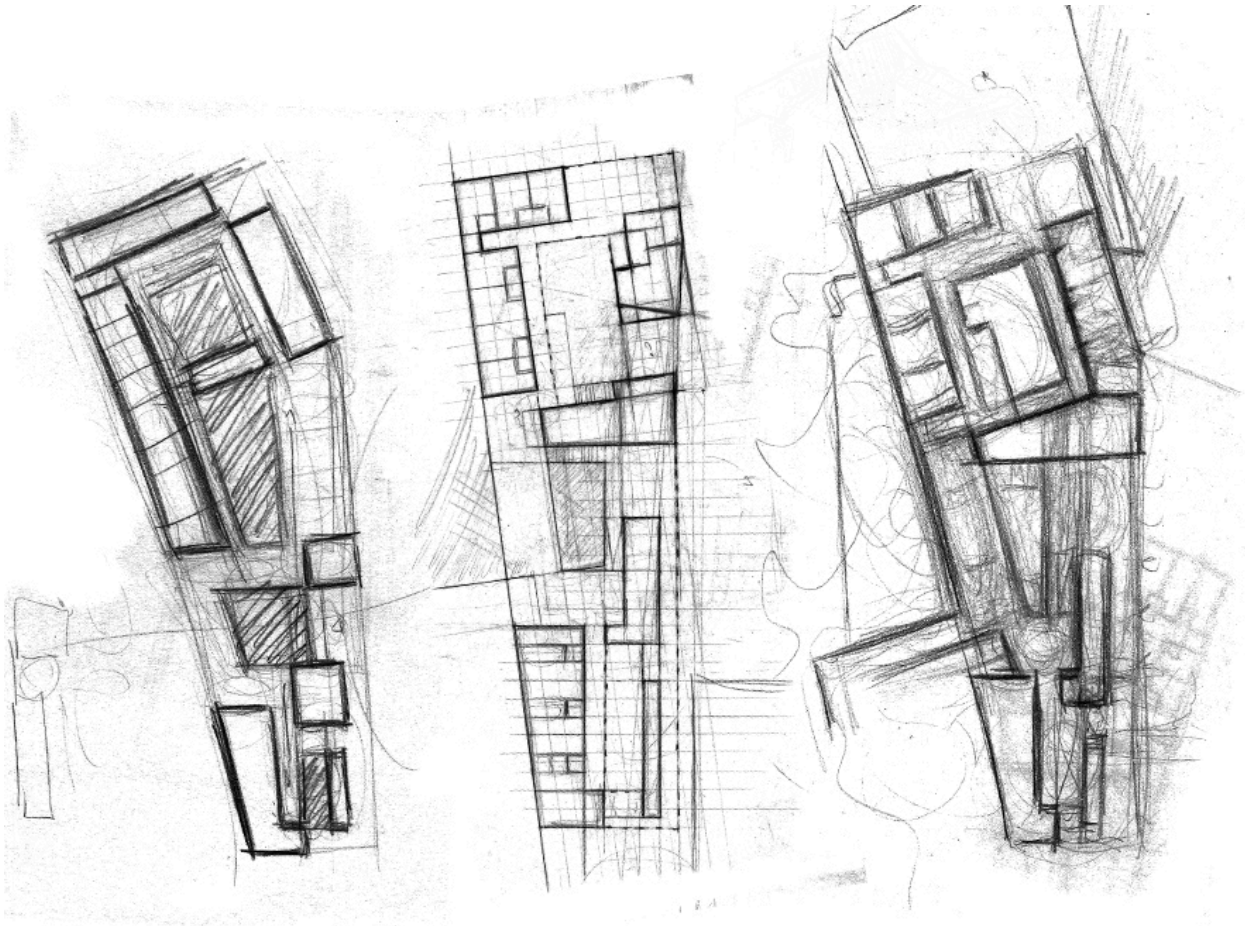


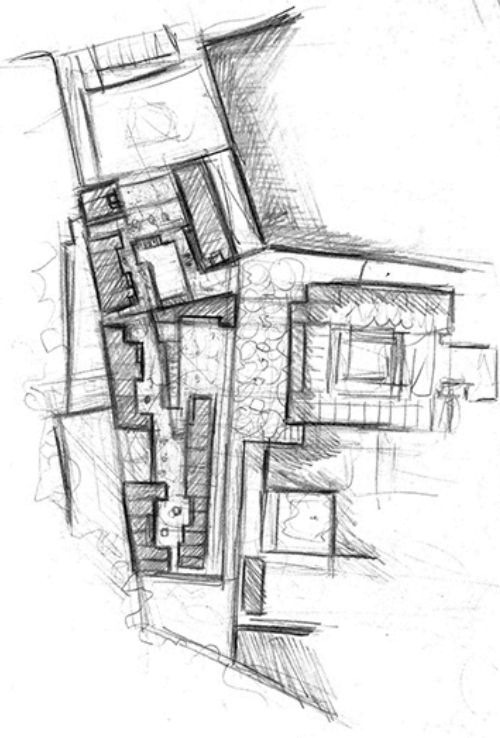
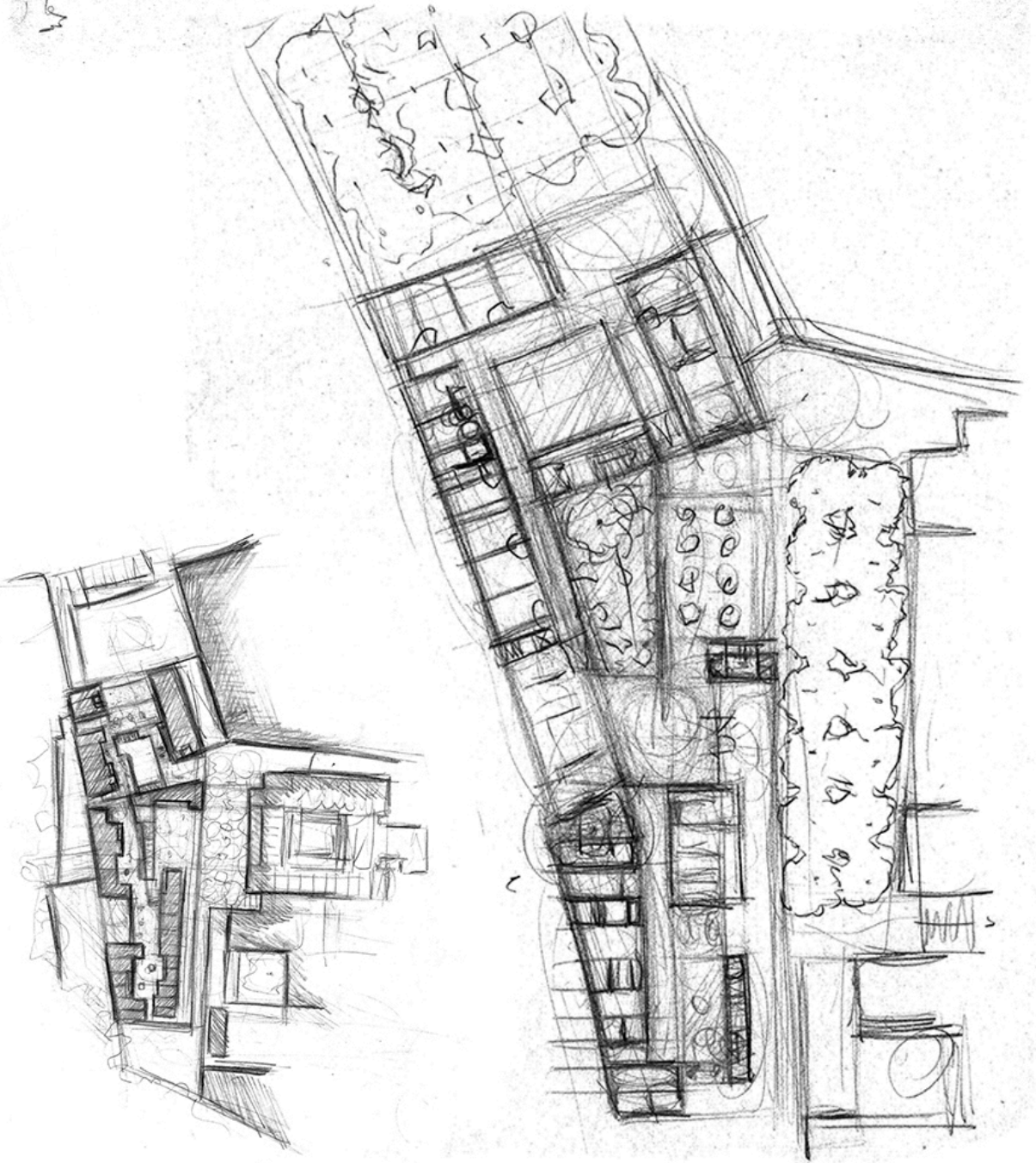
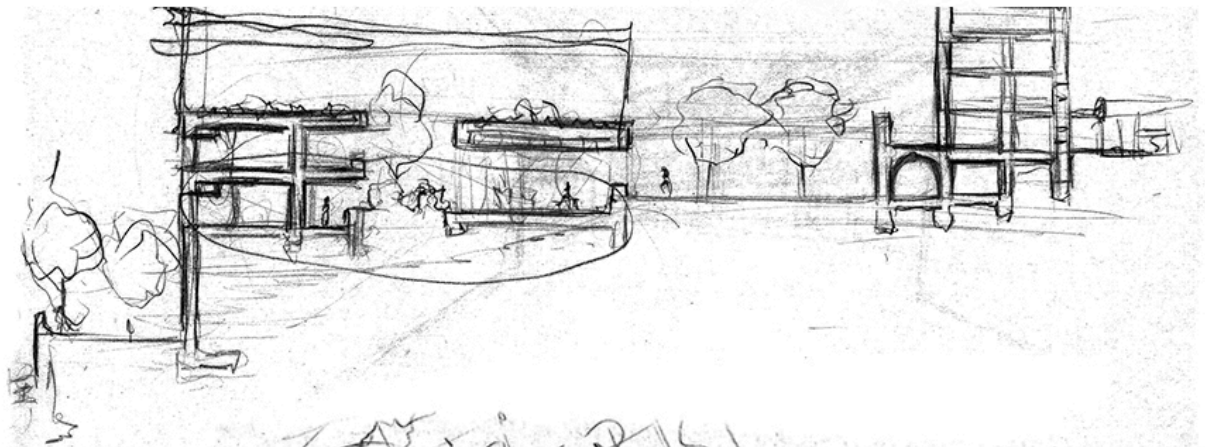


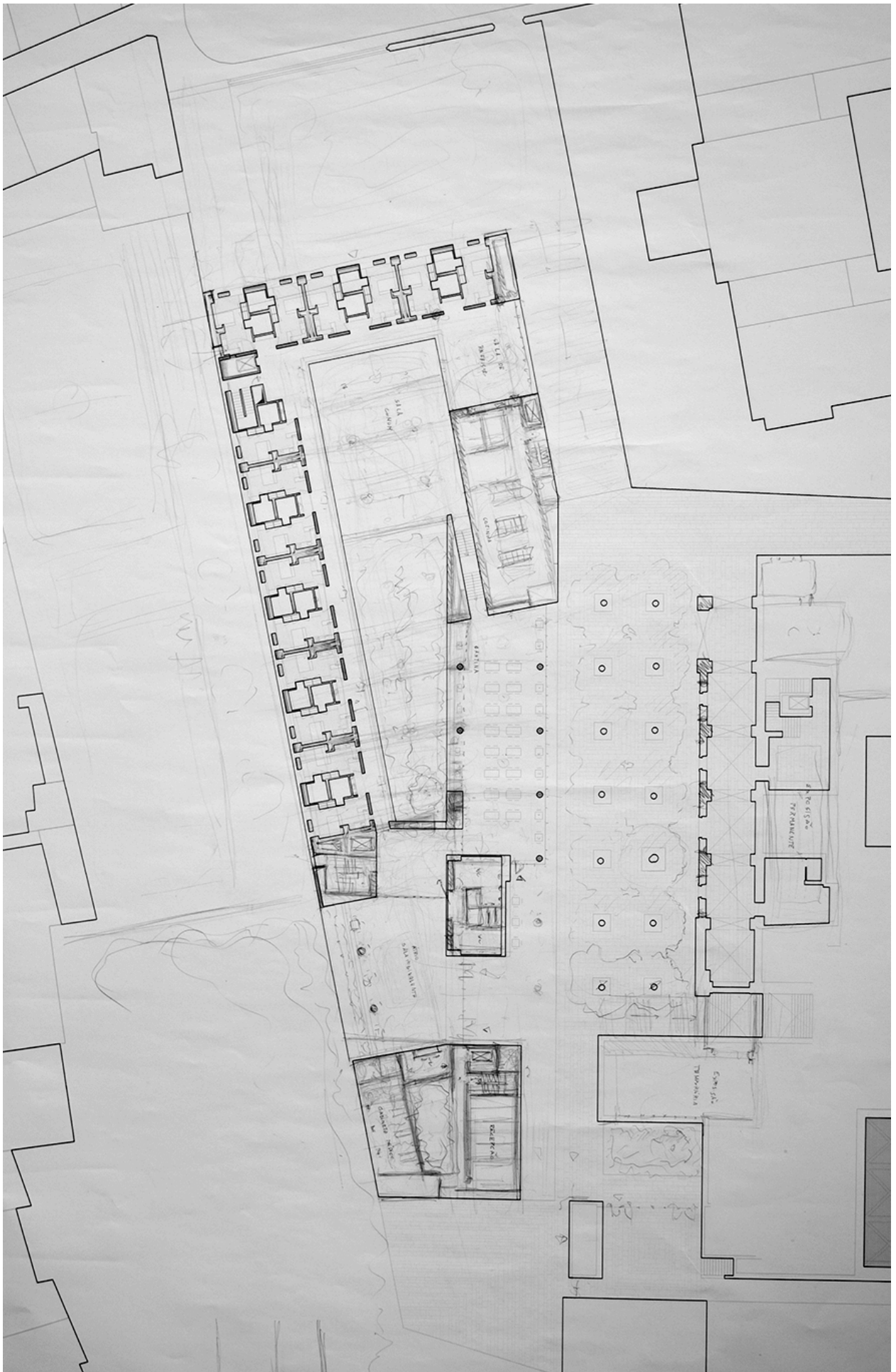


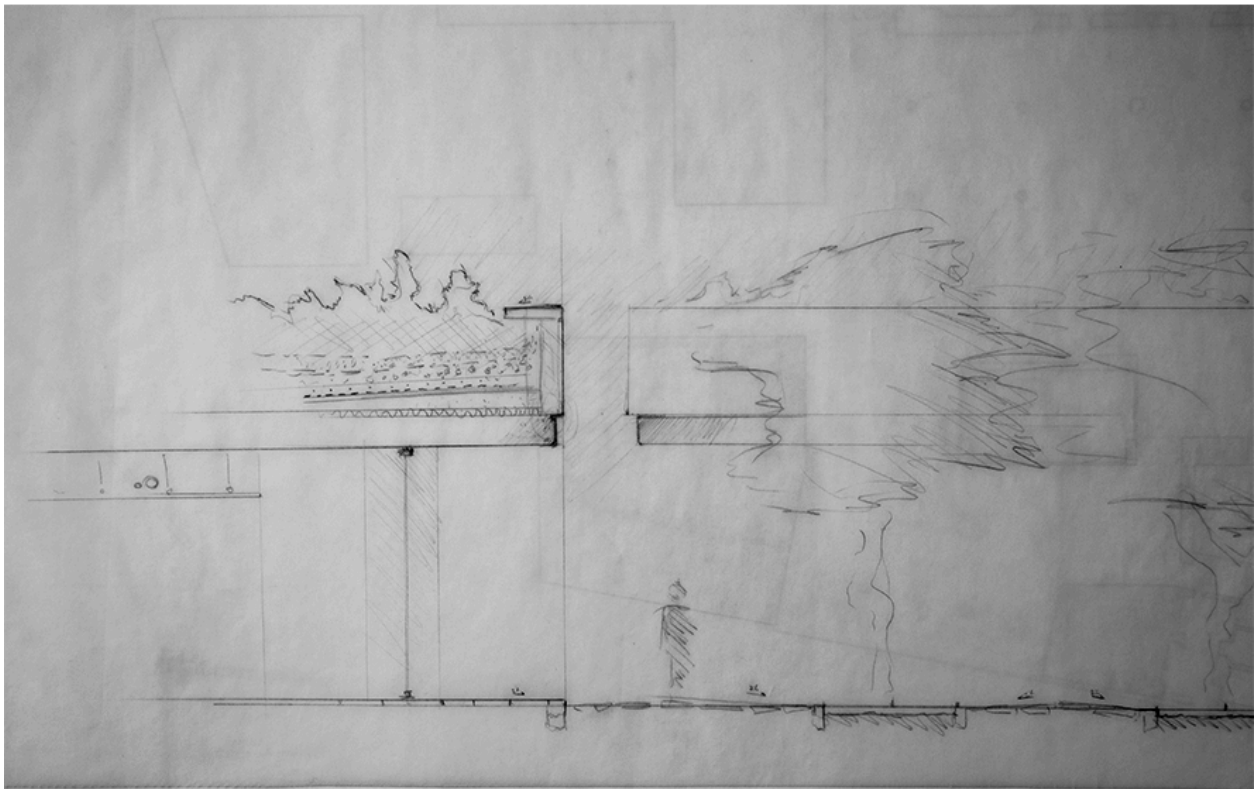
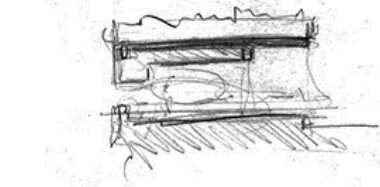
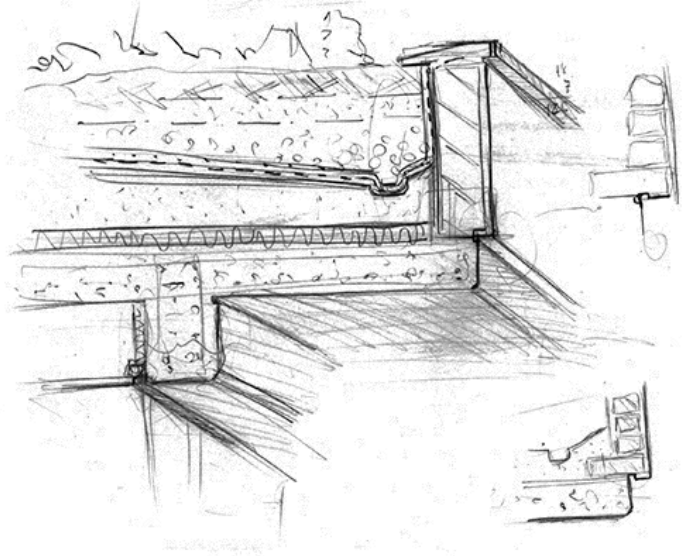
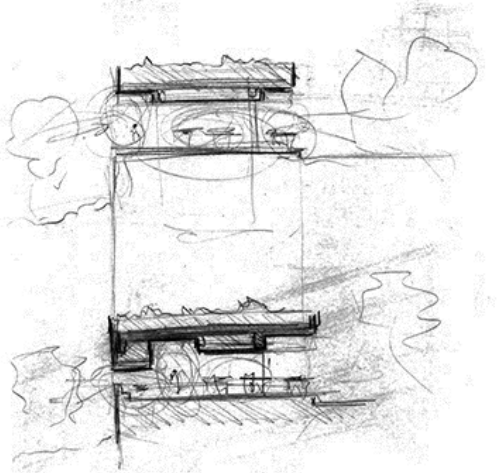
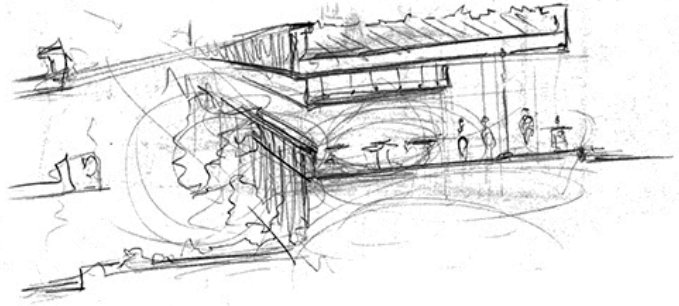
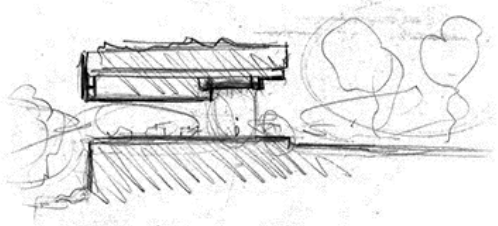


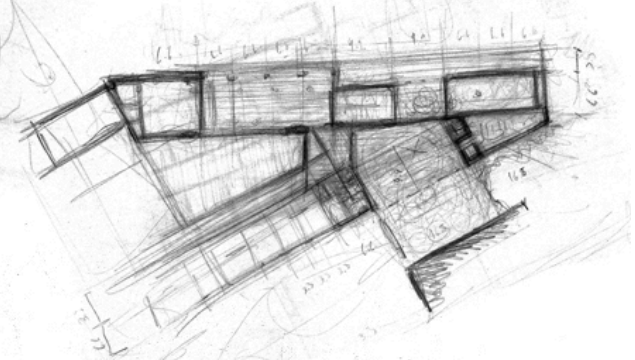
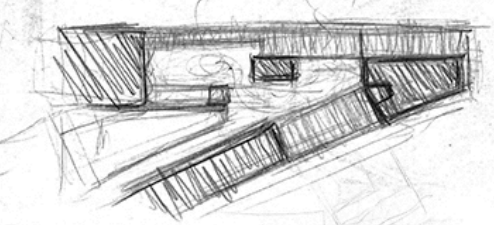
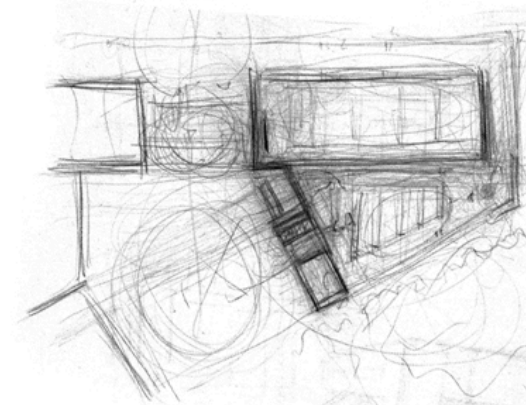
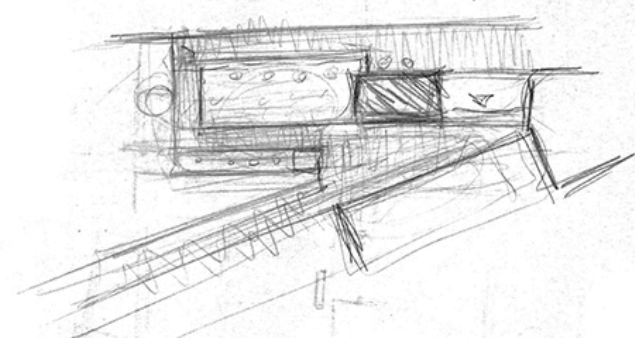
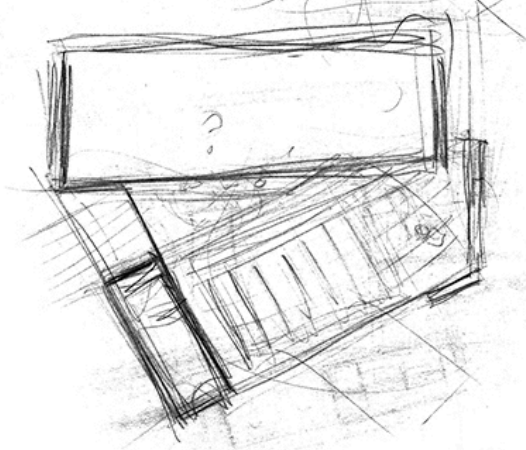
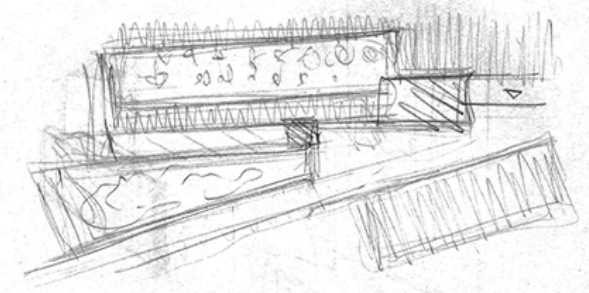
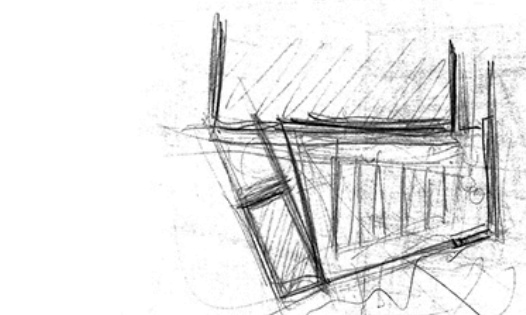




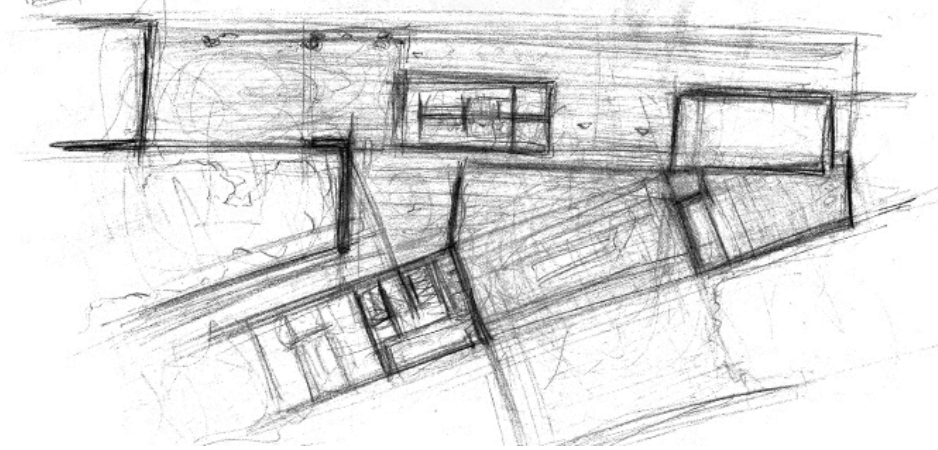


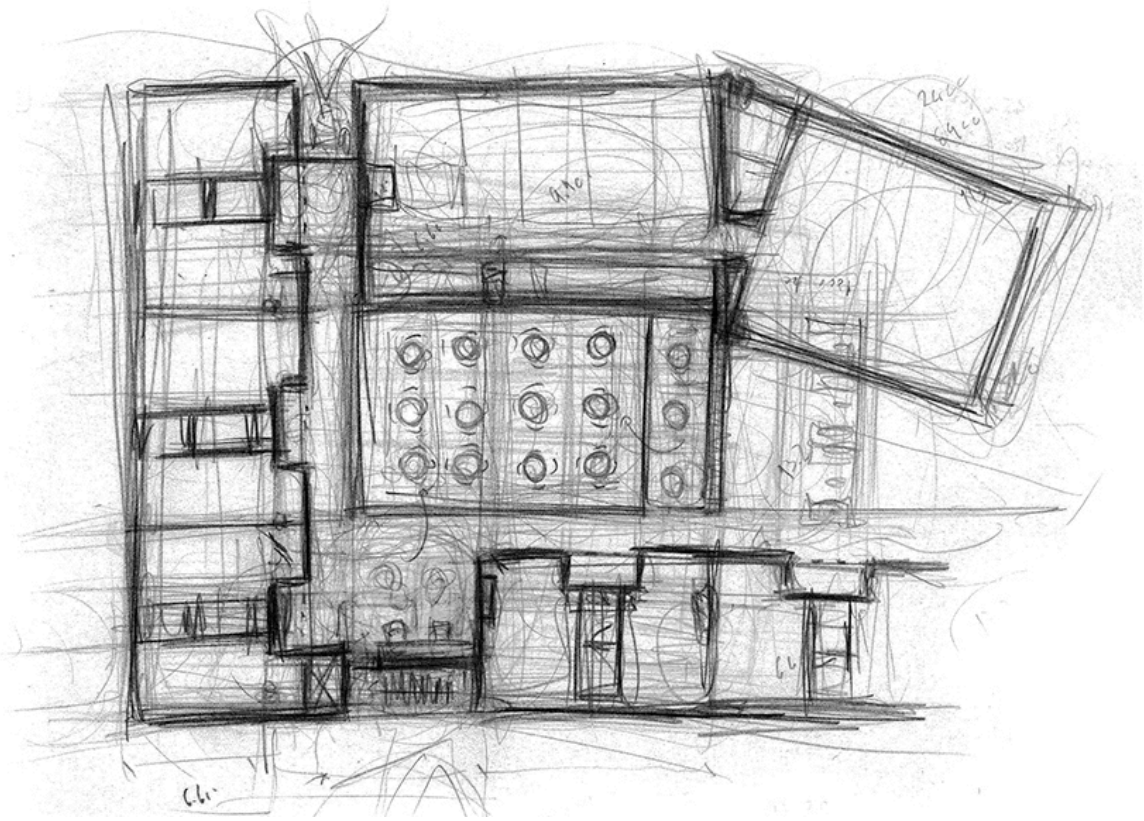
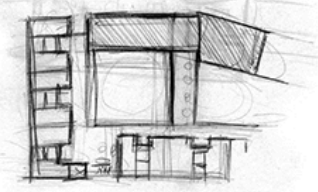
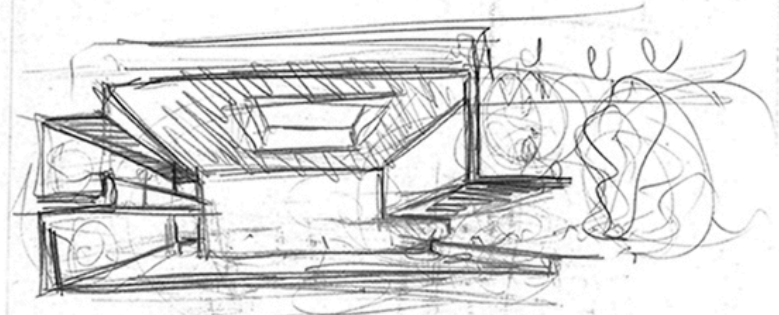
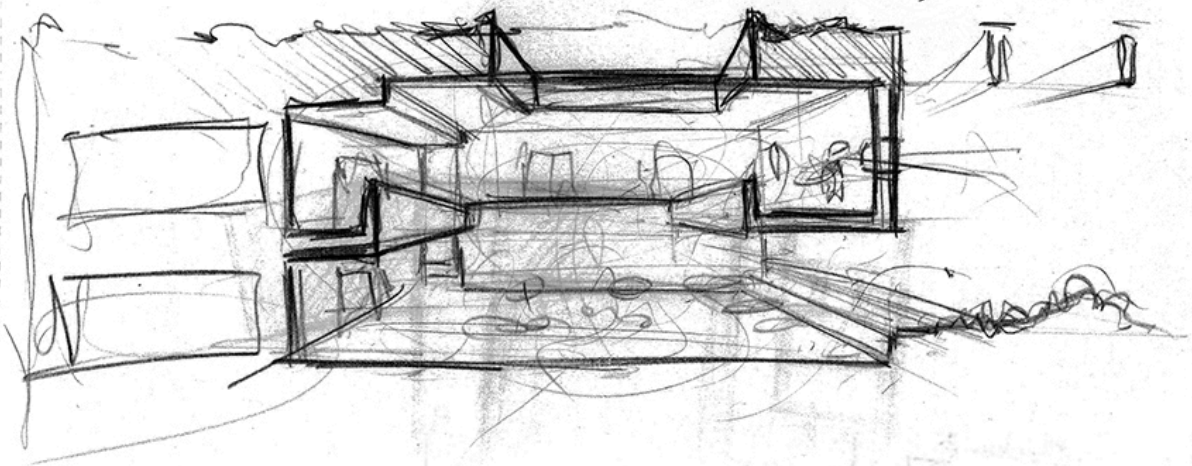


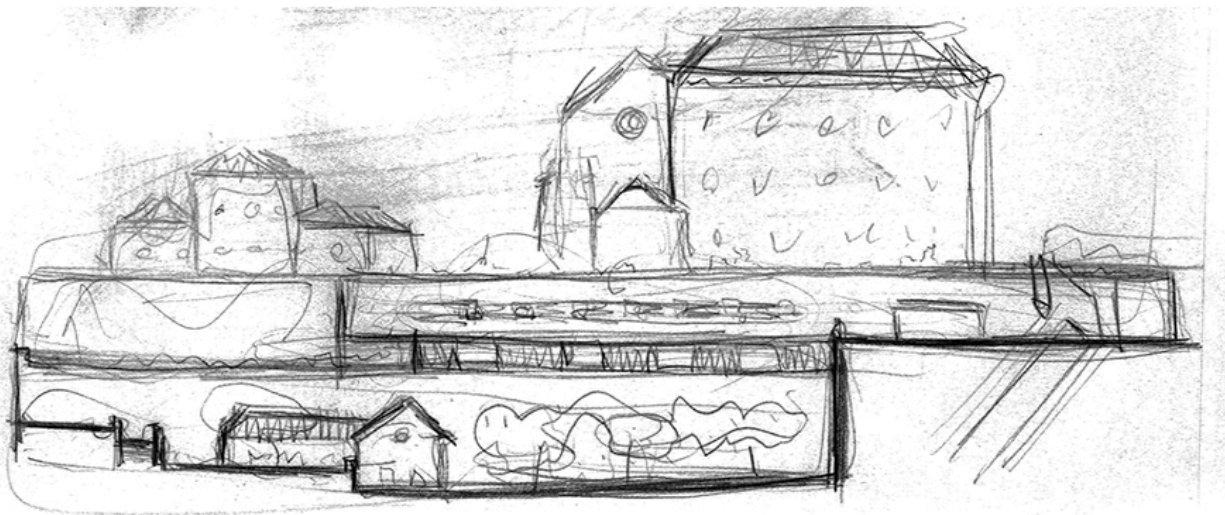
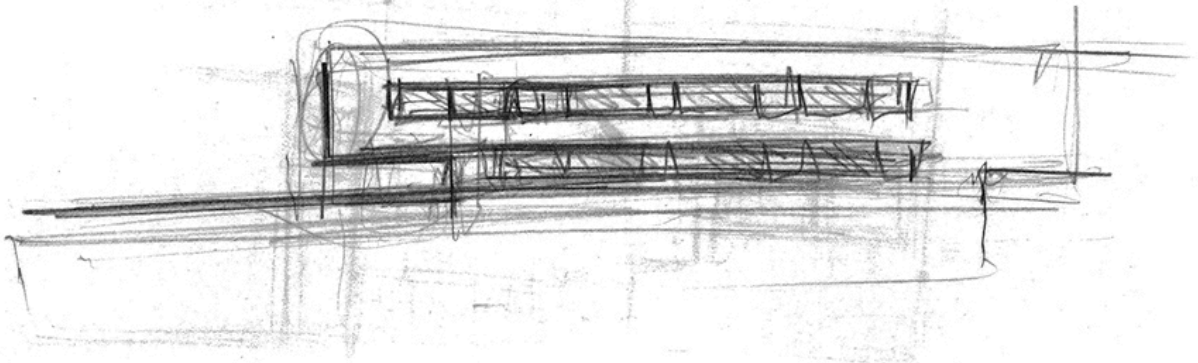
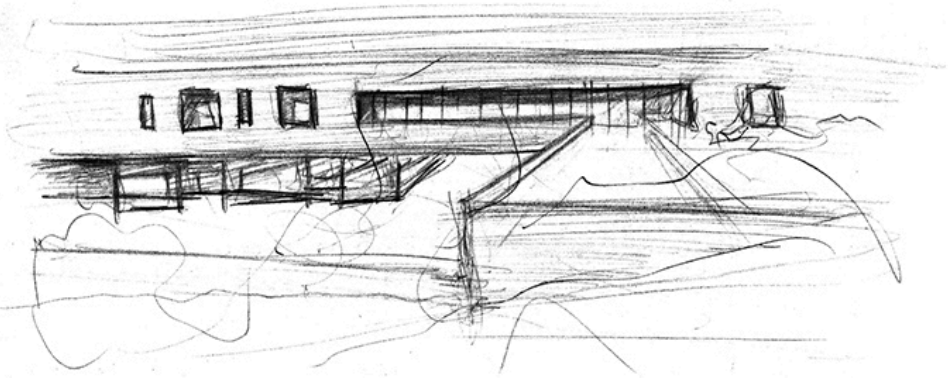
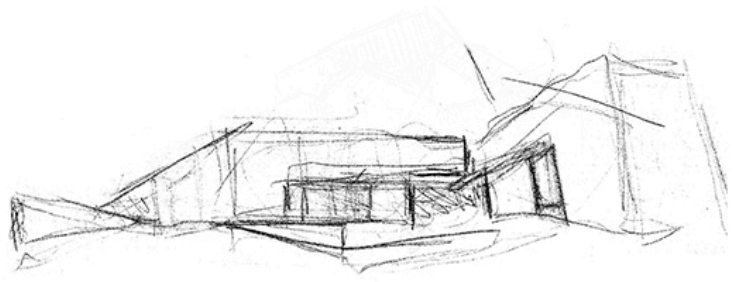


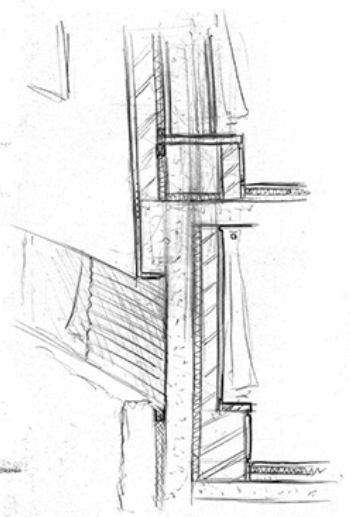
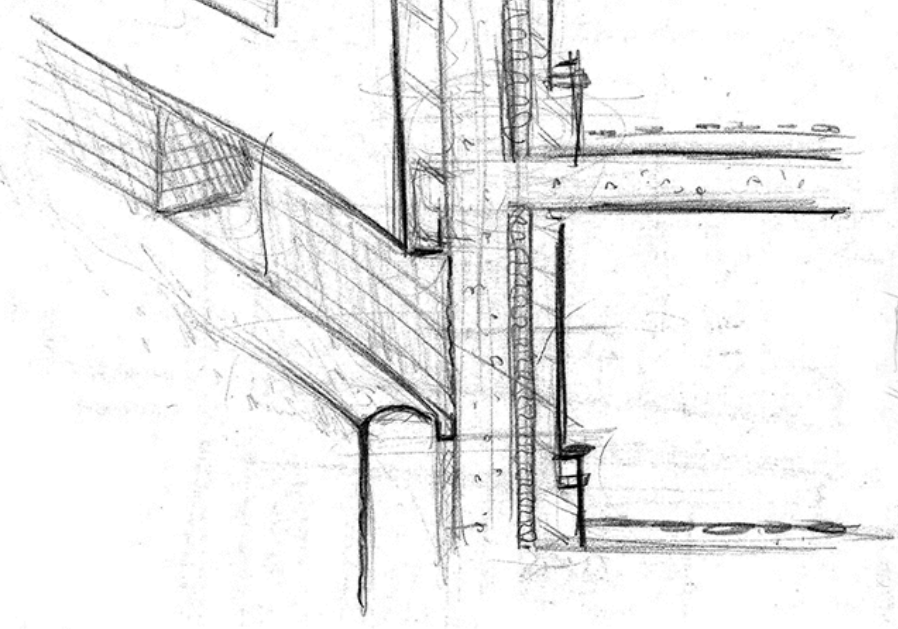
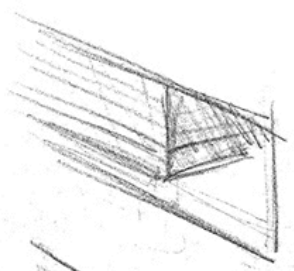
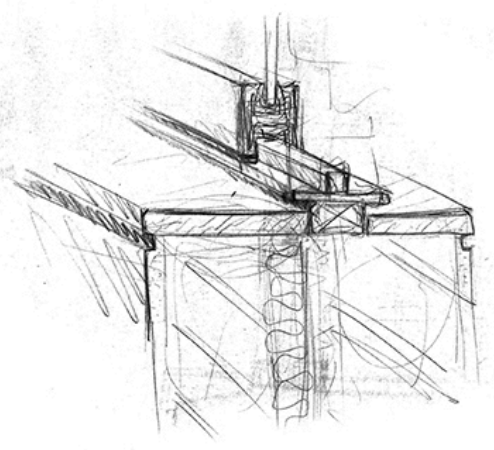
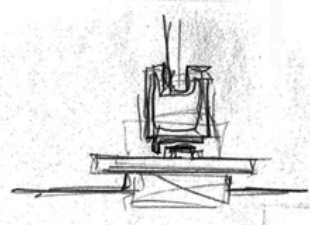
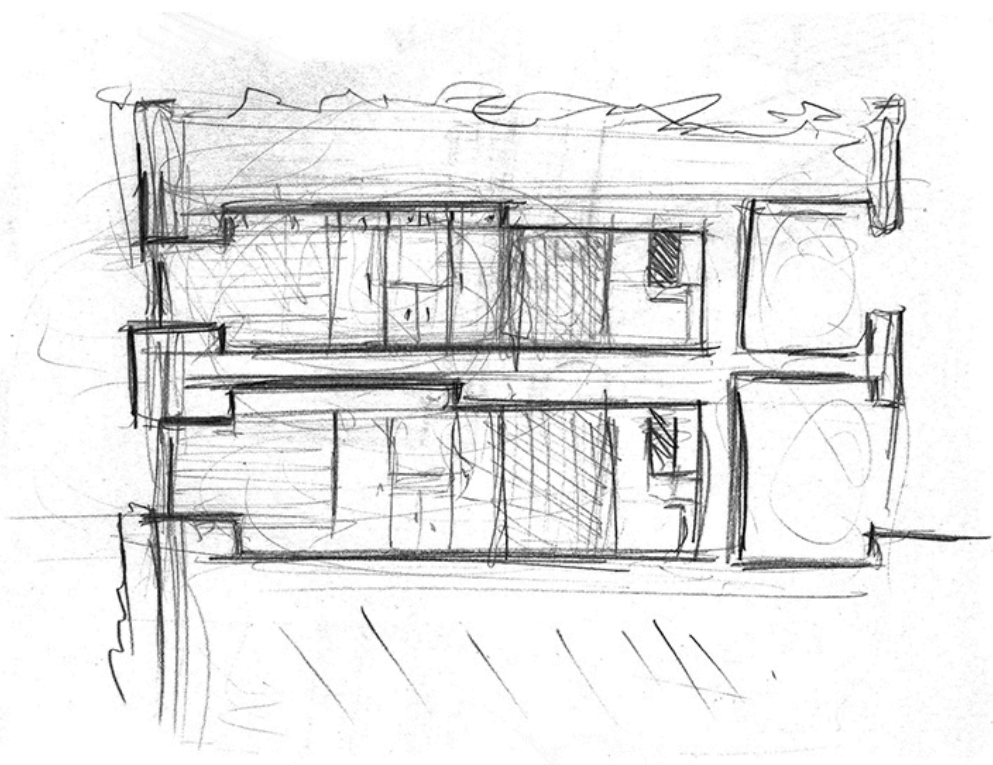


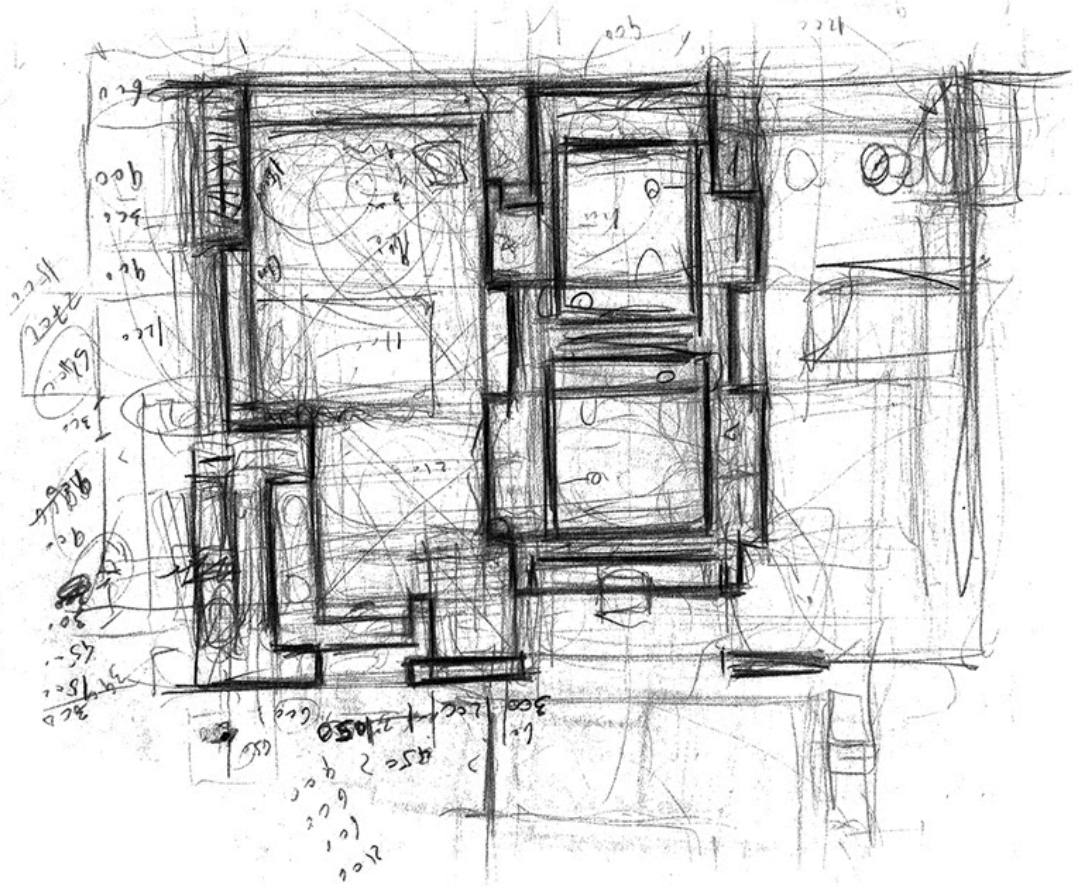
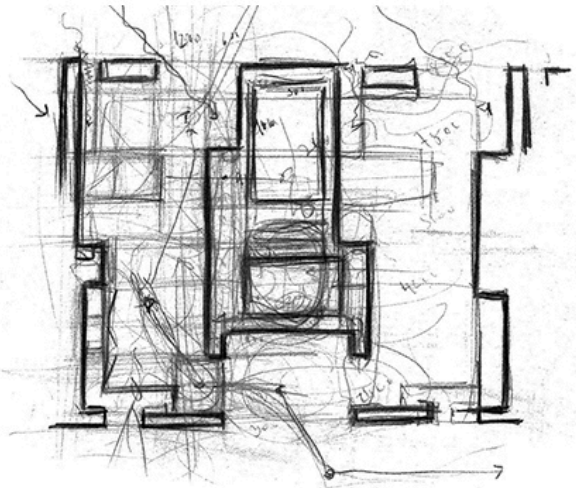
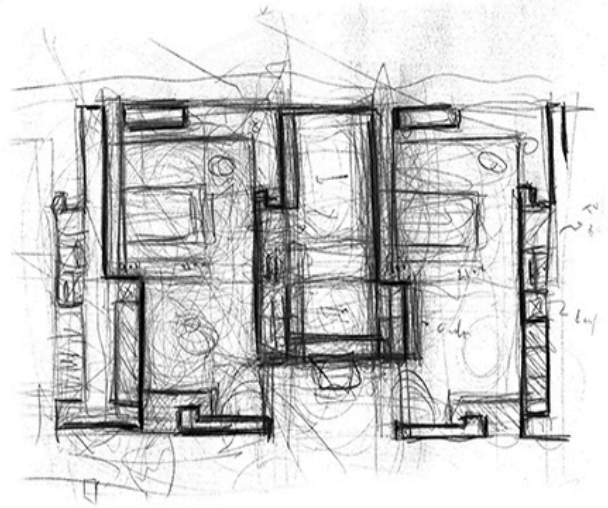
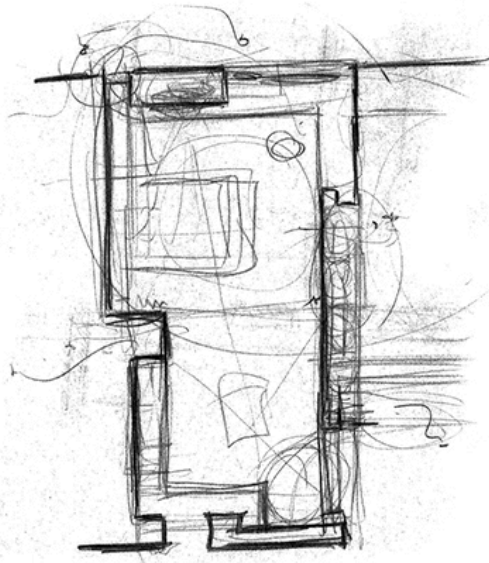
Hand-drawn architectural sketch of a building facade, showing a window and structural lines.

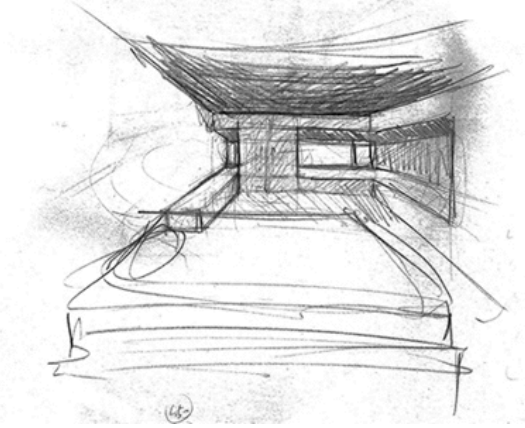
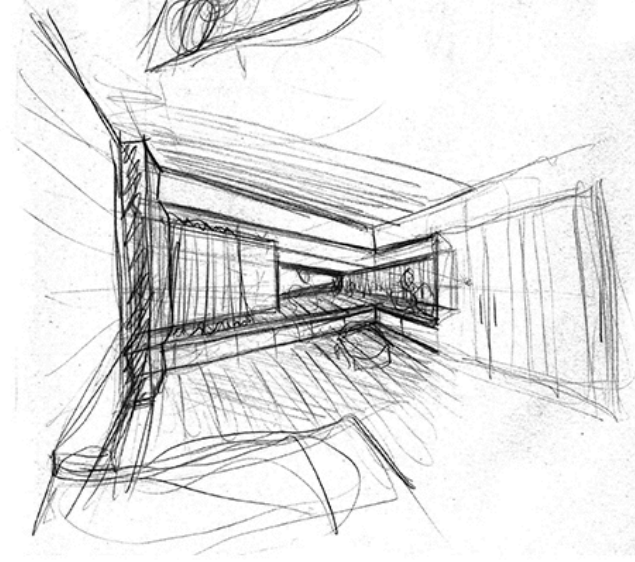
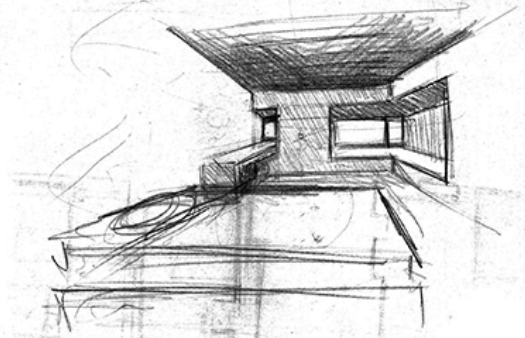
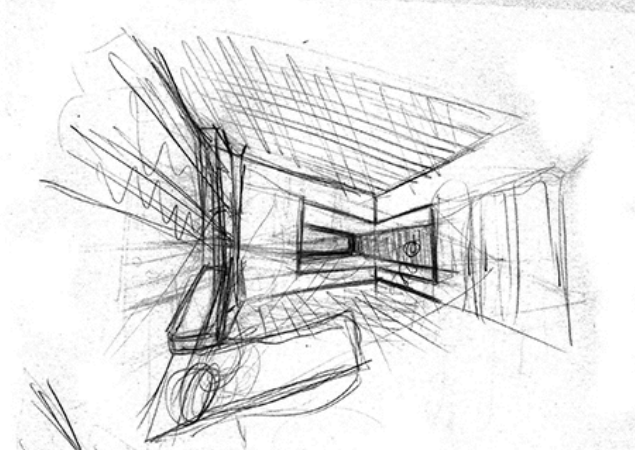
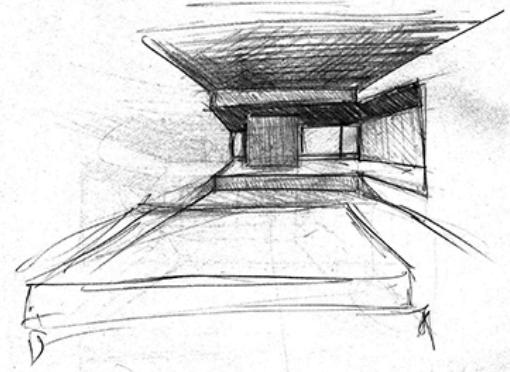
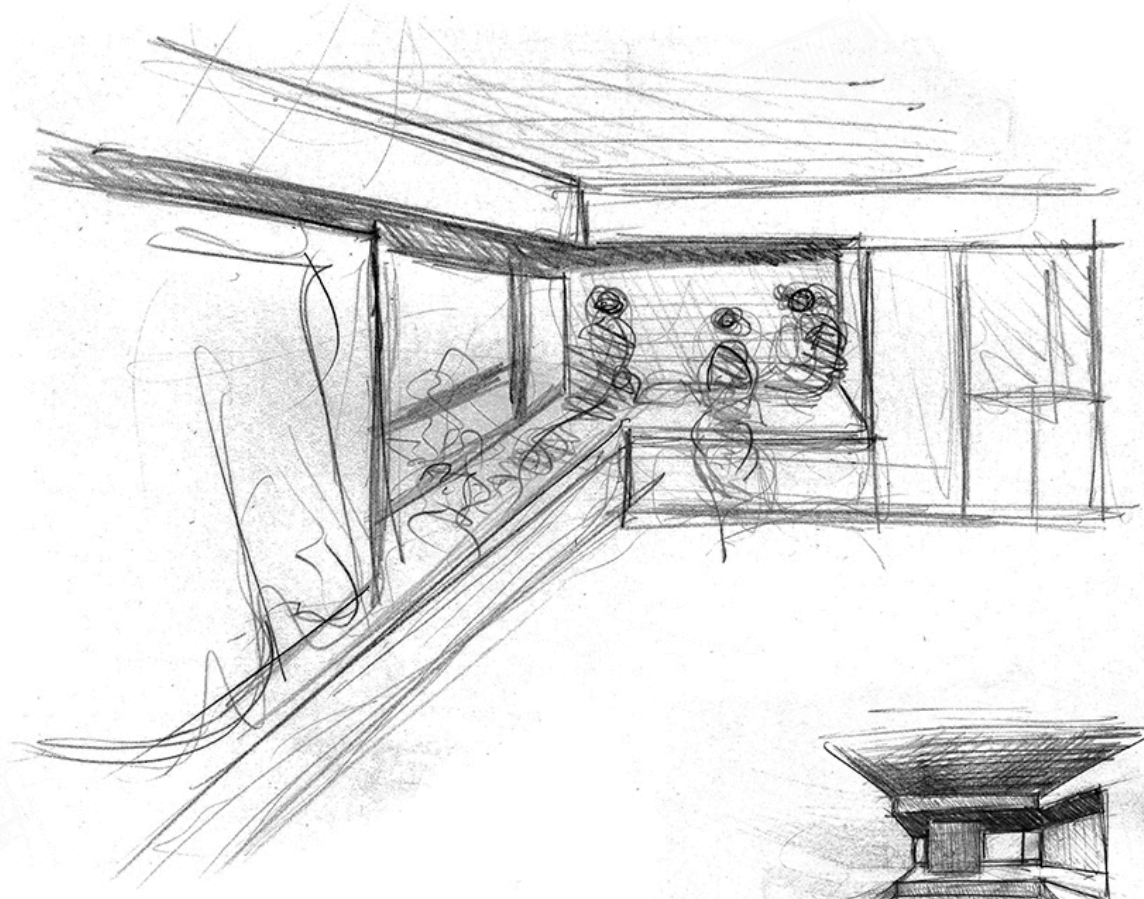












ANEXO 4

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

